



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Eveline Viterbo Gomes

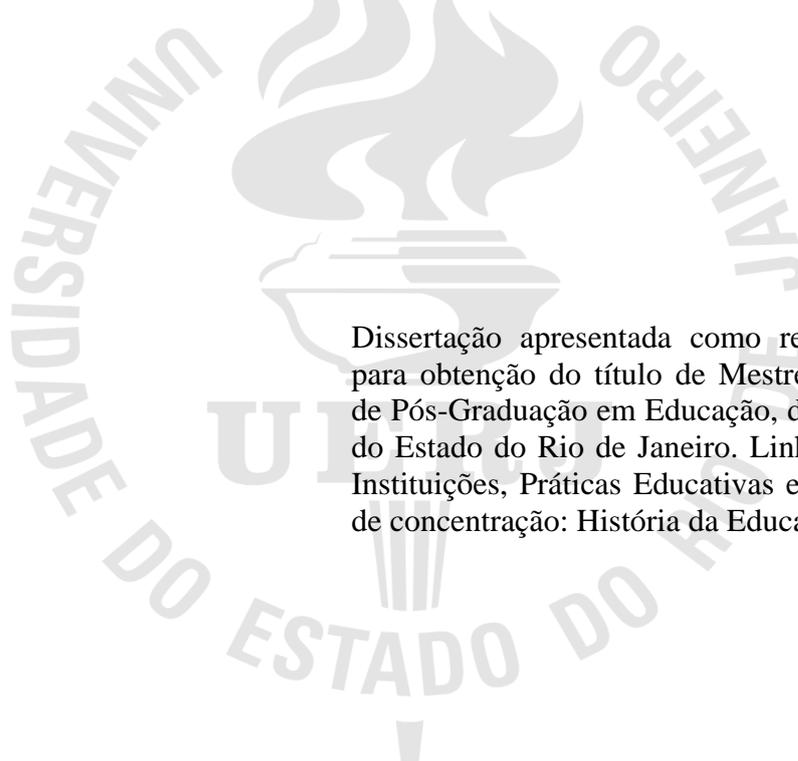
**Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação  
católica em *O Apóstolo* (1866-1882)**

Rio de Janeiro

2018

Eveline Viterbo Gomes

**Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação católica em  
*O Apostolo* (1866-1882)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História. Área de concentração: História da Educação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G633 Gomes, Eveline Viterbo.  
Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação católica em O Apostolo (1866-1882) / Eveline Viterbo Gomes. – 2018.  
149 f.

Orientadora: Maria Celi Chaves Vasconcelos.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Educação

1.Educação – Teses. 2. Periódicos Brasileiros – Teses. 3. Ferreira, José Gonçalves, 1826-1883 – Teses. I. Vasconcelos, Maria Celi Chaves. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37:070(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Eveline Viterbo Gomes

**Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação católica em  
*O Apostolo* (1866-1882)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Instituições, Práticas Educativas e História. Área de concentração: História da Educação.

Aprovada em 22 de outubro de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Celi Chaves Vasconcelos (Orientadora)  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Chrystina Venancio Mignot  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Ciomar Macedo de Faria  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Prof. Dr. Juarez José Tuchinski dos Anjos  
Universidade de Brasília - UNB

Rio de Janeiro

2018

## DEDICATÓRIA

À minha mãe, Luzinethe Viterbo, braço direito (e esquerdo!) que me apoia e mantém firme nos rumos da vida.

À minha filha, Maitê, coração e energia, que renova minhas forças todos os dias na luta pelo melhor.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração desta Dissertação não teria sido possível sem o estímulo e a colaboração de diversas pessoas. Algumas, na luta diária para a conciliação dos papéis de mulher, mãe, trabalhadora e estudante, outras, não tão cotidianamente, mas também muito importantes no incentivo ao riso, no apoio em momentos de aflição e, principalmente, para o fortalecimento na crença de que todo esforço valeria a pena.

Tive a felicidade de contar com uma verdadeira legião a meu favor ao longo do processo que culmina na defesa deste trabalho. Portanto, quero externar por meio deste registro a minha gratidão a todos.

Maria Celi Chaves Vasconcelos, minha orientadora, a quem serei eternamente grata por me possibilitar fazer parte de um dos mais importantes programas de pós-graduação em Educação do país. Seus ensinamentos não se limitam a estas páginas ou ao exercício profissional, levo-os para a vida.

Agradeço a Marco Aurélio Corrêa Martins, de quem tive o prazer de ser aluna durante o curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pois foi quem me apresentou ao estudo da temática aqui desenvolvida, que me conquistou. Sua sabedoria, carisma e conhecimento foram a inspiração para o retorno à vida acadêmica.

Aos amigos do grupo de pesquisa: Ana Cristina Borges López Monteiro Francisco, Bruno Maitam Lima Alfano de Souza, Fabiana Ferreira Pimentel Kloh, Gilmar Rodrigues da Cunha Pereira, Guaraci Fernandes Marques de Melo, Jaqueline Vieira de Aguiar, Karine Tomaz Veiga, Micheli da Cruz Cardoso Tavares, Tiago Augusto Xavier de Souza e Vanessa dos Santos Novais, pelas trocas e parceria.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, essenciais para minha formação acadêmica, especialmente Ana Chrystina Venancio Mignot e Lia Ciomar Macedo de Faria, e aos funcionários da Secretaria.

Agradeço às diretoras Laila Latif Nascimento, da Escola Municipal Castelnuovo, e Alessandra Ferreira Alexandre, do CIEP 230 – Manoel Malaquias Gurgel da Silva, assim como aos demais companheiros que, ao incentivarem minha formação e trabalharem pela construção de escolas acolhedoras, tornaram a difícil tarefa de conciliar trabalho e estudo menos desgastante e mais gratificante.

Às amigas de longa data, família que escolhi: Cremilde Alves Pinto, Daniele de Oliveira Amorim, Karla Gabriella Lopes, Marcela Maria Freire Sanches, Michelle Gran e Rennata de Lima Bennatá, todas especiais em suas especificidades. Há um pouco de cada uma

no que sou hoje.

Por fim, um agradecimento especial à família: meus pais, Luzinethe Viterbo e Marco Aurélio Gomes da Silva, que transbordam amor, confiança e carinho por mim em todas as ações; meu marido, Alessandro César dos Santos Baptista, pelo companheirismo e dedicação e por sonhar o meu sonho; minha filha, Maitê Viterbo Baptista, pelo sorriso puro e por me fazer experimentar o maior de todos os amores; e meus irmãos, sobrinhos, tios e primos, pela compreensão e torcida.

## RESUMO

GOMES, Eveline Viterbo. *Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação católica em O Apostolo (1866-1882)*. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho tem como tema as representações sobre educação católica presentes nos editoriais de *O Apostolo*, entre os anos de 1866 e 1882. Definido pela historiografia como o principal periódico católico do século XIX, sob viés ultramontano, estabeleceu como linha editorial o fortalecimento do papado e do catolicismo entre os brasileiros, o combate ao regalismo e ao projeto liberal de laicização do Estado. Elogiado pelo Papa Pio IX (1846-1878) como uma arma da Igreja contra seus “inimigos”, esse periódico traçava as bases formativas da civilização cristã, dentre as quais destaco o papel da educação nesse processo. Em vista disso, estabeleceu-se como objetivo geral deste trabalho investigar, no periódico em questão, a proposta de educação católica defendida para o brasileiro de fins do século XIX. O exercício de investigação compreendeu a caracterização da criação do jornal *O Apostolo* no período definido neste estudo como primeira fase, tendo à frente o seu fundador e principal redator, monsenhor José Gonçalves Ferreira; e o estudo das abordagens sobre educação católica desenvolvidas nos editoriais do jornal *O Apostolo* como representações de educação próprias do grupo intelectual ao qual pertencia o referido monsenhor. Trata-se de pesquisa qualitativa, histórico-documental, no campo da História da Educação, apoiada nos conceitos de representação e práticas de Roger Chartier e na metodologia de pesquisa desenvolvida “por meio dos impressos”, de que trata Tânia Regina de Luca, uma vez que o periódico em questão é a fonte e também o objeto deste trabalho. Baseando-se em referências pertinentes e no trato da fonte, foi possível concluir que há nos editoriais uma proposta de formação educacional católica cujos agentes – mãe/família, mestres/escola e párocos/escolas paroquiais e colégios confessionais – são manejados em constante diálogo com as circunstâncias políticas e demandas sociais. Tudo isso desenvolvido numa redação de jornal que, para além da aparência de porta-voz da Igreja Católica e de sua representatividade demarcada pela figura do monsenhor, era palco de aproximações e distanciamentos, alianças e rupturas no interior do movimento ultramontano na Corte.

Palavras-chave: *O Apostolo*. Imprensa católica. Educação católica. José Gonçalves Ferreira.

## ABSTRACT

GOMES, Eveline Viterbo. *The workers of the faith and the spreading of the religious order: the project of Catholic education in O Apostolo (1866-1882)*. 2018. 149 f. Dissertation (Master in Education) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This work has as its theme the representations on Catholic education present in the editorials of *O Apostolo*, between the years of 1866 and 1882. Defined by historiography as the main Catholic periodical of the XIX century, under ultramontane bias, established as editorial line the strengthening of the papacy and of Catholicism among Brazilians, the fight against regalism and the liberal project of state secularization. Praised by Pope Pius IX (1846-1878) as a weapon of the Church against his "enemies," this journal traced the formative foundations of Christian civilization, among which I highlight the role of education in this process. In view of this, it was established as a general objective of this work to investigate, in the periodical in question, the proposal of Catholic education defended for Brazilian of the end of century XIX. The research exercise included the characterization of the creation of the newspaper *O Apostolo* in the period defined in this study as the first phase, with its founder and main editor, Monsignor José Gonçalves Ferreira; and the study of the approaches to Catholic education developed in the editorials of the newspaper *O Apostolo* as representations of education belonging to the intellectual group to which Monsignor belonged. This is a qualitative, historical-documentary research in the field of the History of Education, supported by Roger Chartier's concepts of representation and practices and the research methodology developed "through print", which is addressed by Tania Regina de Luca, a the journal in question is the source and also the object of this work. Based on pertinent references and source treatment, it was possible to conclude that there is in the editorials a proposal for Catholic educational training whose agents - mother / family, teachers / school and parish priests / schools and denominational colleges - are handled in constant dialogue with political circumstances and social demands. All this was developed in a newspaper editorial which, in addition to the appearance of the spokesperson of the Catholic Church and its representativeness demarcated by the figure of the monsignor, was the scene of approximations and distances, alliances and ruptures within the ultramontane movement in the Court.

Keywords: *O Apostolo*. Catholic Press. Catholic education. José Gonçalves Ferreira.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Anos de publicação e quantidade de números publicados.....	31
Quadro 2 –	Editoriais utilizados como fonte de pesquisa.....	32
Quadro 3 –	Editoriais em que se destaca a obrigatoriedade da educação religiosa nos estabelecimentos de ensino .....	54
Quadro 4 –	Editoriais em que se destacam o educar e o instruir como operações indissociáveis .....	58
Quadro 5 –	Editoriais em que se destaca o educar sobre o instruir .....	63
Quadro 6 –	Editoriais em que a criminalidade está associada à falta de educação religiosa católica .....	68
Quadro 7 –	Periódicos semelhantes, preços e periodicidade no ano de 1866.....	85
Quadro 8 –	Editoriais sobre a atuação de professores, mestres e preceptores na promoção da formação educacional e instrucional da infância e da mocidade	89
Quadro 9 –	Editoriais relativos ao papel da família, em especial das mães, na promoção da formação educacional e instrucional da infância e da mocidade .....	95
Quadro 10 –	Editoriais que tratam da atuação de sacerdotes e religiosos na formação educacional e instrucional da infância e da mocidade .....	110

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Como <i>O Apostolo</i> quer acabar com a “oposição” .....	37
Figura 2 - Carta do Papa Pio IX (1846-1878) ao diretor do periódico <i>O Apostolo</i> .....	39
Figura 3 - Índícios para a história de <i>O Apostolo</i> em frontispícios adotados entre 1866 e 1882 .....	41
Figura 4 - Homenagem ao monsenhor Ferreira.....	43
Figura 5 - <i>O Apostolo</i> sob nova gerência .....	46
Figura 6 - A recuperação retratada na <i>Revista Illustrada</i> .....	48
Figura 7- Edição inaugural de <i>O Apostolo</i> (1866): primeira página .....	82
Figura 8 - <i>Arma Christi</i> .....	84
Figura 9 - O antigo Seminário de São José .....	92
Figura 10 - Frontispício do jornal <i>O Apostolo</i> com a chancela do bispo D. Lacerda .....	97
Figura 11 - Sobre a imposição da moral cristã, segundo <i>O Mequetrefe</i> .....	100
Figura 12 - Frontispício adotado por <i>O Mosquito</i> nas edições de março de 1876 a março de 1877 .....	101
Figura 13 - Mudança de capa em 1872 .....	108
Figura 14 - Uma representação maçônica do clero ultramontano.....	119
Figura 15 - A disputa entre monsenhor Ferreira e Reis .....	122
Figura 16 - A <i>Revista Illustrada</i> saúda o retorno de <i>O Apostolo</i> .....	125
Figura 17 - Máquina de impressão francesa, fabricada no final do século XIX .....	129

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACMRJ	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
BN	Fundação Biblioteca Nacional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
HDB	Hemeroteca Digital Brasileira
SSJ	Seminário São José
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1 OPERÁRIOS DA FÉ A SERVIÇO DE UM PROJETO EDUCACIONAL CATÓLICO .....	35
1.1 O monsenhor José Gonçalves Ferreira, seus colaboradores e a construção da representação de educação religiosa numa obra em defesa da fé católica .....	36
1.2 O báculo, o cetro e as concepções de educação em disputa no Brasil Império.....	64
2 LETRAS EM MARCHA PELA FÉ: MARCAS DE UMA REPRESENTAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MEIO ÀS CONTENDAS DE <i>O APOSTOLO</i> .....	81
2.1 A afirmação de <i>O Apostolo</i> na imprensa periódica da Corte e o traçado da “falsa educação” .....	84
2.2 O acirramento da militância católica em <i>O Apostolo</i> e a luta pela manutenção do periódico que buscava a “verdadeira instrução” .....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	131
REFERÊNCIAS .....	135
APÊNDICE – Editoriais por frequência das categorias educação religiosa/católica, instrução verdadeira e falsa educação .....	146

## INTRODUÇÃO

Nas salas de professores, nas conversas informais acerca da educação e das vivências nas salas e corredores da escola pública fluminense, para além das trocas de experiências entre profissionais da educação das mais diversas áreas que compõem o currículo escolar, uma questão permanece constante: qual o papel do professor e da escola na formação do estudante? E, nos debates, podem-se ouvir os mais diversos posicionamentos: “Educação vem de casa”; “Professor ensina conteúdo”; “Não! O convívio em sala também educa”.

Afinal de contas, há diferença? Educar e instruir são ações que se podem dissociar? Qual a origem desse debate no cenário educacional brasileiro? Essas eram questões latentes sobre as quais minha graduação em História e a experiência de sala de aula na Educação Básica permitiam vislumbrar respostas. Mas somente o aprofundamento acerca dos debates pedagógicos poderia mostrar a complexidade dessa temática. Estimulada por esses e outros questionamentos, iniciei o curso de graduação em Pedagogia e, em seguida, o Mestrado em Educação.

Ainda no primeiro período do curso de Pedagogia, compus um grupo de pesquisa dedicado à história da escolarização católica no contexto das duas primeiras décadas da República no Brasil. Entre leituras e discussões, percorri a oposição da Igreja Católica ao projeto de escolarização laicizado, que já tomava força em meados do século XIX. Se, por um lado, ali não encontrei as raízes da discussão sobre o instruir e o educar, pude, por outro, perceber o período de grande efervescência de ideias e a demarcação de posições sobre o que se esperava da família e dos estabelecimentos de ensino para a formação do brasileiro naquele período.

Nesse caminho até o curso de Mestrado, apresentei comunicações e artigos com temática decorrente da interlocução entre as graduações de História e Pedagogia, que permitiram uma interseção relacionada ao papel da Igreja na educação numa perspectiva histórica. Resultante dessa primeira aproximação à iniciação científica podem ser citados os trabalhos *A crítica de Nietzsche e a compreensão da escola prussiana* (GOMES; MARTINS, 2015), *As origens da escolarização obrigatória estatal no Brasil* (GOMES; MARTINS, 2016) e *Educação católica versus educação de Estado: a crítica do catolicismo ao modelo de educação prussiano* (MARTINS; GOMES, 2017).

Em busca de vestígios que remontassem às relações de coesão e clivagens entre Igreja e Educação, encontrei na segunda metade do século XIX um período profícuo de documentação capaz de demonstrar circunstâncias, cenários e protagonistas dessas

instituições em diálogo. Refiro-me à imprensa periódica, cujos panfletos, revistas e jornais circulantes, com missão e perfil doutrinário explícitos, lançavam luzes sobre os acontecimentos e temáticas candentes e, quase sempre dialogando com outros periódicos da época, argumentavam e contra-argumentavam em busca do convencimento da opinião pública.

É importante destacar que a ideia de opinião pública aqui destacada está diretamente atrelada a conceito desenvolvido e reformulado pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, na segunda metade do século XX. Em trabalho dedicado a discutir as críticas recebidas pelo autor e a decorrente revisão de conceitos, Barros (2008, p. 29) definiu de maneira concisa o significado de opinião pública:

[...] é resultado da avaliação de opiniões que conseguiram influenciar o sistema político, ou seja, de uma prática comunicacional que racionalizou argumentos e contra-argumentos. Forma-se, na esfera pública, um campo de batalha pela influência, num sentido amplo, onde estão presentes discursos de autoridades, artistas, intelectuais, além de movimentos sociais e da Igreja.

Ao ocupar-se dos acontecimentos e temáticas candentes, a imprensa periódica dos Oitocentos verte-se em fonte privilegiada para a análise das concepções predominantes sobre Educação, uma vez que se apresenta carregada dos valores e visões de mundo de grupos intelectuais que rivalizavam, em maior ou menor medida, as representações acerca do tema.

Longe ainda do mero caráter informativo, a mídia impressa era o principal recurso para a divulgação de ideias e concepções de mundo, bem como agregava pessoas em torno de um mesmo projeto, de um mesmo objetivo. Num ambiente jornalístico livre de censura prévia desde a década de 1820<sup>1</sup>, a riqueza dos jornais e revistas não estava restrita apenas à diversidade de opiniões ali circulantes. Ela também estava refletida na diversidade de recursos comunicacionais – linguísticos e imagéticos – para corroborar ou criticar práticas consolidadas por governos e sociedade, para apontar, laureando ou escarnecendo, personalidades e representações, de acordo com as concepções e expectativas do periódico analisado.

Esse ambiente de florescimento das folhas de cunho político – oficiais ou particulares,

<sup>1</sup> A chegada e instalação da Família Real no Brasil, em 1808, abriu espaço para a produção de impressos em território brasileiro a partir da autorização de funcionamento das tipografias, mas, até o ano de 1821, tudo o que nelas era produzido deveria ser submetido à censura prévia. Por isso, nesse ínterim, os periódicos que circulavam, de modo geral, eram de apoio ao governo (excetuando os oficiosos). Foi somente a partir da adesão de D. João VI à constituição elaborada pelas Cortes reunidas no Porto, em 1821, que o princípio da liberdade de expressão passou a vigorar, dispensando os textos da censura prévia. Contudo, surgiu um movimento pela regulação daquela liberdade: todo material escrito posto a circulação deveria ser enviado ao Diretor de Estudos – responsável por assegurar o respeito à religião, ao soberano e à constituição – e cogitou-se a proibição de reprodução e circulação de materiais anônimos. O abuso da liberdade de imprensa configurava-se como crime (NUNES, 2010).

formais ou jocosas – não estava limitado ao território brasileiro, tratava-se de um movimento intercontinental que, pelo impacto que representou na velocidade e alcance das palavras escritas e por seu potencial de influência sobre as pessoas, foi alvo de ações diversas para a sua regulação e controle. Uma dessas ações, emblemática para o estudo aqui desenvolvido, ocorreu na década de 1830, quando o Papa publicou a encíclica *Mirari Vos* condenando a liberdade de imprensa, por meio da qual, segundo o pontífice, os “inimigos da fé” propagavam doutrinas anticatólicas e revolucionárias, distanciando, cada vez mais, a sociedade da moral e dos preceitos da religião.

Nesse contexto, houve o surgimento da imprensa católica no Brasil. Segundo Lustosa (1983), a década de 1830 marcou o nascimento em terras brasileiras desse segmento da imprensa cujas características principais eram “o empirismo, o artesanato e a dispersão das iniciativas” (LUSTOSA, 1983, p. 12). Na década seguinte, a diversificação das correntes doutrinárias no interior do clero brasileiro, que variavam entre os que apoiavam a submissão da Igreja ao Estado e aqueles que se moviam no sentido de unir o clero em torno da autoridade papal, fez surgir uma nova leva de periódicos católicos, usados como veículo de defesa do catolicismo apostólico romano, reformador do clero e da sociedade brasileiros. A esse perfil pertence *O Apostolo*, destacado pela historiografia como o principal periódico católico fundado no século XIX, tendo surgido na Corte do Rio de Janeiro<sup>2</sup>, em 1866, empreendido pelo monsenhor José Gonçalves Ferreira<sup>3</sup>.

Ainda segundo Lustosa (1983), *O Apostolo* inaugurou a fase em que o periodismo católico foi progressivamente assumindo um caráter militante, cujo auge foi a década de 1870.

---

2 “Município Neutro, segundo a Constituição de 1824, sede do regime imperial e residência oficial dos soberanos brasileiros, a própria cidade do Rio de Janeiro era reconhecida como a Corte, apesar de a expressão corte ser originalmente restrita ao mundo palaciano da nobreza, príncipes e reis” (VAINFAS (org.), 2002, p. 175). Tratava-se de “uma cidade livre do raio de ação dos poderes provinciais que então se estabeleciam, formado pela cidade do Rio de Janeiro e seu termo (limites), independente da província do Rio de Janeiro, cuja capital seria Niterói. [...] Para o historiador Anderson Barboza de Souza, o Rio de Janeiro foi, naquele momento, “definitivamente consagrado como a cidade/capital do Brasil, passando [...] a ser um território único e institucionalmente diferenciado das demais províncias”. Consolidava-se a imagem simbólica do Rio de Janeiro, “uma cidade singular com uma missão bastante peculiar: a de ser o centro da nação. [...] No Município Neutro da Corte se instalaria não apenas a melhor vitrine da nação, como também estaria montado o palco privilegiado das ações e decisões cruciais da política brasileira”, de acordo com o historiador Carlos Eduardo Sarmiento”. Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/65-o-rio-de-janeiro-novamente-corte-o-imperio/2880-rio-de-janeiro-municipio-neutro>>. Acesso em 08 Abr. 2018. Um mapa do município neutro, desenhado por E. de Maschek, publicado em 1870 pela Laemmert, está disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242547>>. Acesso em 08 Abr. 2018.

<sup>3</sup> Abundam as alusões a José Gonçalves Ferreira sob a titulação de cônego, certamente por ter sido a dignidade que carregou por mais tempo. Cônego José Gonçalves Ferreira é a referência que aparece para o jornalista desde os tempos em que foi reitor de Seminário São José, contudo, monsenhor foi a titulação que sustentava na época de sua morte. Por isso, e por ser nomenclatura que indica cargo superior ao de cônego, é tratado ao longo deste trabalho por monsenhor José Gonçalves Ferreira, ou simplesmente monsenhor Ferreira, salvo nas transcrições das fontes destacadas ao longo da Dissertação.

O Jornal, declaradamente criado para a defesa da religião e alinhado ao pensamento ultramontano<sup>4</sup>, inseria-se num movimento centrado nas Províncias do Norte do Império, que tinha como destaque e grande expoente D. Macedo Costa<sup>5</sup>, bispo de Belém do Pará. Deslocado, portanto, do epicentro do movimento, *O Apostolo* adentrou um caminho que já vinha sendo desbravado no Brasil, desde a década de 1840, pelo bispo D. Viçoso<sup>6</sup>, de Mariana, com a circulação de *O Romano* (1844-1850) e *Selecta Catholica* (1846-1847), jornais católicos que tiveram importante papel na primeira fase da reforma ultramontana no Império.

O periódico católico carioca foi o primeiro de seu gênero a propor uma circulação

<sup>4</sup> De acordo com o verbete criado por Ana Cristina P. Lage para o glossário online da Faculdade de Educação da Unicamp, ultramontanismo vem “do latim *ultramontanos*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao Papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando se elegia um Papa não italiano (‘além dos montes’). O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da ‘cabeça’ da Igreja (o Papa), que residia ‘além dos montes’. O ultramontanismo defenderia, portanto, o pleno poder papal. Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram. As ideias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, devido a frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado. O ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países, mesmo que significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Apareceu como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma, uma recusa do contato com o mundo moderno. Os principais documentos que expressam o pensamento centralizador do Papa são as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939)”. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_ultramontanismo.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ultramontanismo.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2016. Recentemente, a Tese de Juarez José T. Anjos discute e apresenta possibilidades de adaptação dessa doutrina no Brasil (ANJOS, 2015). Esse é um conceito fundamental para a compreensão do contexto que estimulou a criação de diversos impressos periódicos católicos, dentre eles, *O Apostolo*, e por isso será mais detidamente abordado adiante.

<sup>5</sup> D. Antonio de Macedo Costa “nasceu na Bahia, em 7 de agosto de 1830, filho de José Joaquim de Macedo Costa, proprietário de engenho em Maragogipe, no Recôncavo, e foi desde cedo encaminhado para o estado sacerdotal. Esteve no seminário da Bahia e concluiu seus estudos na França, em Saint Suplice. Ali recebeu ordens sacras, em 19 de dezembro de 1855. Transferindo-se para Roma, recebeu o grau de doutor em direito canônico. De volta ao Brasil, foi nomeado bispo do Pará, onde fez sua entrada a 1º de agosto de 1861. Suas ideias religiosas o levaram, como ultramontano, a tomar parte ativa, ao lado do bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, na chamada Questão Religiosa (1872-1875), motivo pelo qual foram detidos e condenados a quatro anos de prisão na ilha das Cobras. Em 1875, foram anistiados. Ao longo da vida, escreveu cartas pastorais contra o avanço do protestantismo no Brasil, lutou contra a maçonaria, [defendeu a centralidade do Papa em assuntos da religião]. Morreu em Barbacena, Minas Gerais, em 1891” (VAINFAS [org.], 2002, p. 184).

<sup>6</sup> D. Antonio Ferreira Viçoso, o Conde da Conceição, era “filho de Jacintho Ferreira Viçoso, nasceu na Vila de Peniche, em Portugal, a 13 de maio de 1787. Aos nove anos de idade foi entregue ao prior dos carmelitas de Olhalvo, de cujo convento o pai de Antônio era protetor. Ali fez sua instrução primária e os primeiros estudos de humanidades, concluídos em Santarém. Veio para o Rio de Janeiro em 1819, atuando nas missões de São Vicente de Paula e depois designado para Minas Gerais. Atuou com superior da congregação até 1844, quando assumiu o bispado de Mariana. D. Viçoso se notabilizou, principalmente, pela formação de quadros no Seminário Episcopal de Mariana, sendo mentor de vários presbíteros e futuros bispos do Segundo Reinado. Foi um expoente da Igreja na luta contra os ‘excessos de liberalismo’, contra a maçonaria e contra a intromissão do Estado nos assuntos eclesiais. Faleceu em 7 de julho de 1875” (VAINFAS (org.), 2002, p. 185-186).

nacional, contando com correspondentes em várias regiões do país e também no exterior. Por mais de trinta anos esse periódico foi item constante no cenário jornalístico brasileiro, com lapsos breves e isolados na publicação ao longo desse período.

*O Apostolo*, ao adentrar aquele caminho, o da imprensa católica, alargou-o, pavimentou-o e consolidou-o como campo de ação privilegiado para a defesa da fé de acordo com seus ideais. Fundado no epicentro do Império brasileiro, numa época em que os embates entre Igreja e Estado progrediam geometricamente devido ao crescimento da laicização das instituições e à abertura das fronteiras a imigrantes não católicos, configurou-se em baluarte para a defesa e propagação da ordem religiosa, esta configurada, segundo Azzi (1980), pela crença na fé católica como elemento basilar da sociedade brasileira, pela adesão ao Império e pela divisão dos poderes, conforme disse Jesus: “Dai, pois, a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22:21), portanto, na delimitação das esferas de atuação dos poderes temporal e religioso.

Incorporada na administração imperial não só por força da Constituição de 1824<sup>7</sup>, como também da tradição lusitana, a Igreja no Brasil estava submetida ao Estado pelo sistema do Padroado. Tal sistema pode ser definido em sua origem como um privilégio concedido pelo Papa ao rei de Portugal e a seus sucessores, permitindo ao monarca a administração da estrutura infraeclesiástica em Portugal e seus domínios. Nessa configuração, o compromisso de nomear para todo e qualquer benefício eclesiástico<sup>8</sup>, construir igrejas, organizar as dioceses e pagar as cômruas<sup>9</sup> aos clérigos era assumido pelo rei (SANTINI, 1974).

No interior da relação Estado e Igreja, estabelecida pelo Padroado e regida pela doutrina regalista, surgiu o movimento ultramontano divergente, que, é importante esclarecer, se contrapunha ao regalismo, não ao Padroado. Apesar de não serem o foco principal deste trabalho, tais conceitos são indispensáveis para a contextualização do objeto desta pesquisa, uma vez que balizam a proposta assumida pelos redatores de *O Apostolo*, ao produzi-lo, e subsidiam o esquema intelectual que fundamentou o projeto de civilização brasileira ali defendido.

<sup>7</sup> Era prerrogativa do Imperador “II. Nomear bispos, e prover os benefícios eclesiásticos. [...] XIV. Conceder, ou negar o beneplácito aos decretos dos Concílios, e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição; precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição geral” (BRASIL, 1824).

<sup>8</sup> De acordo com a definição de D. Manuel Franco Falcão (2004), na *Enciclopédia Católica Popular*, benefício eclesiástico é o “direito de quem exerce um ofício eclesiástico ao usufruto dum fundo de rendimento para sua cômrua sustentação. O regime benéfico surgiu na Igreja pelo século VII e deu origem a diversos abusos da parte dos clérigos e dos leigos fundadores que, muitas vezes, davam mais importância ao benefício que ao ofício”.

<sup>9</sup> Falcão (2004) define cômruas como “Nome substantivado para designar, sobretudo no passado, o necessário à digna (ou “cômrua”) sustentação dos clérigos, por meio do benefício ligado ao respectivo ofício”.

De acordo com Santirocchi (2010b), o ultramontanismo, ou movimento ultramontano, foi um termo reapropriado durante a Contrarreforma, deixando de ser uma referência geográfica “além dos montes”, fora da Península Itálica – para designar a submissão do clero ao pleno poder religioso do Papa. Contudo, tornou-se mais comum do século XIX em diante, quando caracterizava a reação do papado ao liberalismo político em nome da independência da Igreja em relação ao Estado. Segundo o autor, a historiografia do século XX adotou o termo “romanização” para tipificar a atitude política empregada pelo Vaticano como resposta ao liberalismo. De acordo com os estudiosos que se debruçaram sobre aquele período, havia interferências políticas diretas do papado sobre questões locais, as quais seriam de responsabilidade dos bispos. Porém, a partir de aprofundada revisão bibliográfica e análise de documentos clericais, Santirocchi (2010b) identificou uma postura contrária por parte da Santa Sé. Segundo o historiador, a Sé Apostólica incentivava os bispos a agirem autonomamente na resolução das questões locais.

No exercício de tal autonomia, os bispos alinhavam-se aos preceitos presentes nas letras apostólicas por pura adesão, não por imposição. Para essa prática, Santirocchi (2010b) indica o termo ultramontanismo como o mais adequado, pois, historicamente, aponta a figura do Papa como centro da hierarquia da Igreja e elemento de coesão do clero.

Todavia, a entrada das ideias ultramontanas no Brasil, a partir da década de 1840, produziu diferentes matizes desse discurso entre nós. Riolando Azzi (1977; 1978; 1980; 1991; c. 1992), em estudos desenvolvidos a partir da década de 1970, notou a profunda ambiguidade dos nossos primeiros reformadores católicos, pois, embora defendessem a autonomia da Igreja e a fidelidade ao Papa, eles não queriam a perda de nenhum privilégio alcançado no interior do sistema de Padroado.

Em contrapartida, a doutrina regalista impunha a submissão do poder religioso ao poder temporal. Era isso, inclusive, o que a Constituição do Império brasileiro, de 1824, deixava claro. De acordo com tal Carta, qualquer documento papal teria validade no território brasileiro somente se recebesse o beneplácito<sup>10</sup> do Imperador. Esse procedimento afirmava o controle do Estado sobre o ordenamento público, permitindo uma dupla percepção sobre a Igreja. De um lado, seu aspecto doutrinário, importante para o controle moral do povo; de outro, sua estrutura absorvida como instituição administrativa para o governo do povo brasileiro.

Percebeu-se, portanto, que as regras desse acordo não eram pontos pacíficos entre

---

<sup>10</sup> O beneplácito régio, ou *placet*, era a validade atribuída pelo Imperador do Brasil às determinações oriundas da Igreja Católica destinadas ao clero e aos leigos católicos.

todos os membros da sociedade civil e do clero. Nas discussões acerca das vantagens e desvantagens do Padroado no Brasil, três linhas interpretativas se destacavam: a do catolicismo iluminista, que legitimava a posição reservada à Igreja na doutrina regalista; a do clero reformista, responsável pelo movimento de adequação da hierarquia eclesiástica às determinações tridentinas<sup>11</sup>, bem como pela inserção do povo a uma nova cultura devocional, caracterizando o movimento ultramontano no Brasil; e a dos liberais, defensores da desvinculação do Estado em relação à Igreja, em nome, portanto, do Estado laico, livre das intervenções clericais (ANJOS, 2015).

Apesar das divergências, as três linhas interpretativas eram acomodadas pelo sistema de governo, o qual primava pela conciliação na composição do gabinete do Império. A alternância dos grupos políticos no poder acabava por gerar certa harmonia entre os opositores. Contudo, o Estado Imperial vinha perdendo sustentação desde a década de 1860, com a fundação de organizações liberais e republicanas. E, na década de 1870, a situação se agravou quando Estado e Igreja protagonizaram um importante conflito que ficou conhecido como Questão Religiosa (1872-1875).

De acordo com Basile (2000, p. 277 et seq.), o problema teve um início “discreto”. No ano de 1871, Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros do Império, sancionou a Lei do Ventre Livre, a qual determinava que todas as crianças nascidas de mães escravizadas, a partir da promulgação da lei, seriam declaradas livres. Tratava-se de uma vitória conquistada depois de mais de vinte anos de tentativas de implementação de leis semelhantes. Diante disso, foi organizada uma comemoração na loja maçônica Grande Oriente e nela o padre Almeida Martins discursou em homenagem a Rio Branco, que também era grão-mestre da maçonaria brasileira. Ao ter conhecimento disso, o bispo da diocese do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda<sup>12</sup>, suspendeu o padre. Isso porque a maçonaria representava as ideias

---

<sup>11</sup> Refere-se às determinações resultantes do Concílio de Trento, reunido entre os anos de 1546 e 1563, por convocação do Papa Paulo III. Tal reunião respondia às demandas por reforma à Igreja Católica surgidas a partir das críticas doutrinárias efetuadas pelo movimento da Reforma Protestante (1517). Algumas das decisões tomadas no Concílio foram a reafirmação dos sete sacramentos, o fim da venda de indulgências, a delimitação da intervenção do poder temporal sobre a Igreja, a reafirmação da salvação pela fé e pelas ações, a criação de seminários para formar o clero e o fortalecimento da unidade católica, entre outras.

<sup>12</sup> “Pedro Maria de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, em 1830. O filho de João Maria Pereira de Lacerda e Camila Leonor Pontes de Lacerda iniciou seus estudos no Rio de Janeiro, onde também frequentava as aulas de latim do padre Antônio Vieira Borges. Em 1841, com 11 anos de idade, segue para o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Serra do Caraça, que tem como reitor o padre lazarista Antônio Ferreira Viçoso, depois bispo de Mariana. Devido a eventos ligados à Revolução Liberal, em Minas Gerais, Lacerda transfere-se, em 1842, para Congonhas do Campo, onde os padres lazaristas já estavam instalados. Em 1844, foi levado para o Seminário Episcopal de Mariana por D. Viçoso, onde cursou filosofia e teologia. Em 1848, foi encaminhado à Roma e lá estudou no Colégio Romano, obtendo o grau de doutor em teologia no ano seguinte. Ao retornar para o Brasil, foi empregado no Seminário de Mariana, como professor de geografia e filosofia, e pouco depois foi nomeado professor público de geografia e história do Liceu Marianense. Com apenas 22 anos foi

liberais e racionalistas que fomentavam a secularização das instituições e o anticlericalismo, ou seja, a maçonaria era a materialização do “indiferentismo” e do “erro” combatido pelo clero ultramontano, do qual fazia parte D. Lacerda.

Em repúdio ao incidente os maçons se reuniram em assembleia, no ano de 1872, e publicaram o *Manifesto da Maçonaria do Brasil*, iniciando uma grande campanha contra a Igreja católica no Brasil. Em reação, o bispo de Olinda, D. Vital<sup>13</sup>, e o bispo do Pará, D. Macedo Costa, apoiados pelo *Syllabus* (1864)<sup>14</sup>, emitiram Cartas Pastorais em ataque ao liberalismo, definindo-o como “elemento negativo de transformação moral da sociedade” e passaram a interditar as irmandades e as confrarias religiosas sob influência de maçons. D. Macedo Costa, em sua diocese, determinou que os sacerdotes que mantivessem ligação com a maçonaria perdessem o direito à sepultura eclesiástica e à absolvição sacramental. D. Vital, por sua vez, lançou um interdito ameaçando de excomunhão os membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, e de outras da região, que permaneciam ligados à maçonaria.

Os atingidos pelos referidos bispos recorreram formalmente ao governo imperial. Os pareceres emitidos pelo Conselho de Estado afirmavam que irmandades e confrarias eram organizações civis, portanto, fora da alçada dos sacerdotes. D. Vital e D. Macedo deveriam suspender os interditos. Foi a partir daí que a situação se agravou ainda mais. D. Vital ignorou a determinação do governo, estendeu o interdito a outras irmandades e confrarias e, referindo-se ao Imperador como um “César”, reafirmou o dever de obediência ao Papa. Já D. Macedo

---

promovido a presbítero e aos 23 anos foi efetivado cônego da Sé de Mariana. Em 1868, foi nomeado bispo do Rio de Janeiro, certamente por influência do marianense José Joaquim Fernandes Torres, detentor no ministério Zacarias da pasta do Império, justamente a que trata das questões entre o governo e a Igreja. Sua sagração episcopal aconteceu em Mariana, no ano de 1869, presidida por D. Viçoso. D. Lacerda permaneceu no cargo até 1890, quando, bastante doente, renunciou o bispado do Rio de Janeiro em favor de D. João Esberard. Faleceu no Seminário de São José, Rio de Janeiro, em novembro de 1890” (Disponível em: < <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/d-pedro-maria-de-lacerda-biobibliografia.html>>. Acesso em: 29 Mar. 2017).

<sup>13</sup> “Vital Maria Gonçalves de Oliveira Júnior nasceu em 1844, no atual município de Pedras de Fogo, na Paraíba. Filho de Antônio Gonçalves de Oliveira e Antônia Albina de Albuquerque, foi batizado Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior. Seus primeiros estudos foram feitos sob a direção do padre Antônio Generoso Bandeira, na escola pública de Itambé. Seguiu, mais tarde, para Pernambuco, onde estudou no Colégio do Benfica (Recife) e no Seminário de Olinda, em 1861. No ano seguinte cursou Filosofia no Seminário de São Sulpício, na França. Recolheu-se ao noviciado capuchinho, em Versalhes, no ano de 1863, quando recebeu o nome religiosos de Frei Vital Maria de Pernambuco. Aos 19 de outubro de 1864 emitiu a Profissão Temporária na Ordem Capuchinha, prosseguindo os estudos no Convento de Perpignan. Em 1868, já ordenado sacerdote, Frei Vital voltou ao Brasil. Em 1869, lecionou no Seminário de São Paulo e foi pregador no Colégio das Irmãs de São José em Itu. Em 1871, foi nomeado bispo de Olinda e, no ano seguinte, foi sagrado por D. Lacerda, na Catedral de São Paulo. Foi protagonista na Questão Religiosa e, após receber a anistia, viajou à Europa, retornando à diocese de Olinda em 1876. Bastante doente, em 1877, buscou tratamento na França, país em que faleceu no ano seguinte, aos 33 anos de idade” (Disponível em < <http://www.domvitaldeoliveira.org/biografia/>>. Acesso em: 29 Mar. 2016).

<sup>14</sup> Assinada pelo Papa Pio IX (1846-1878), o documento uma série de pontos, ou opiniões consideradas erradas pela autoridade da Igreja, dentre elas destaca-se a condenação de princípios maçônicos. Foi publicado como apêndice da encíclica *Quanta cura*.

Costa foi além, ao defender abertamente que os assuntos religiosos eram internos à Igreja, ignorando a autoridade do governo.

Acusados de desobediência, os bispos foram condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, em 1874. A comoção foi imediata e, após acordo firmado em missão diplomática no Vaticano<sup>15</sup>, D. Pedro II anistiu os bispos, e o Papa Pio IX<sup>16</sup> suspendeu os interditos aplicados nas dioceses de Olinda e Pará.

No que tange à educação, área sobre a qual se debruça este trabalho, o avanço liberal nas instâncias do governo imperial significou o avanço do processo de secularização do ensino. Ora defendido como função do Estado, ora relegado às ações individuais privadas, a instrução da população foi sendo apartada da ideia de educação, que, segundo os liberais, se constituía em papel exclusivo da mãe e da família. Convencidos de que isso corrompia a moral e contribuía para a desestruturação do país, o clero ultramontano manifestava-se nos mais diferentes meios: nas cartas pastorais, nos sermões e na imprensa, indicando a indissociabilidade entre ensino e religião católica. Sendo assim, a formação de homens e mulheres brasileiros deveria ocorrer dentro dos preceitos da religião, em nome da verdade e da ordem, conforme apontou Azzi (1980, p. 120) em estudo sobre a concepção de ordem social presente nos escritos de D. Macedo Costa:

A fé cristã, pelo vínculo de consciência, faz com que todas as pessoas se mantenham fielmente dentro dos quadros da ordem estabelecida. [...] Na mente do prelado, a obrigatoriedade do ensino religioso, bem como a obrigatoriedade da prática da fé católica, constituem os dois bastiões para a preservação dos valores morais na sociedade.

No maior veículo de comunicação estruturado por tal segmento do catolicismo<sup>17</sup> no

<sup>15</sup> Foi durante esta missão, chamada Missão Penedo, que o Papa Pio IX escreveu ao Imperador Pedro II a célebre frase: “Vossa Majestade [...] descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono” (BASILE, 2000, p. 279).

<sup>16</sup> Nascido Giovanni Maria Mastai-Ferretti, na Itália, em 13 de maio de 1792, foi ordenado sacerdote, em 1819, e, em 1828, bispo, sendo destinado à arquidiocese de Espoleto. Em 1832, foi transferido para diocese de Ímola. Em 1840, foi nomeado cardeal e em 1846 foi eleito Papa, quando adotou o nome Pio IX. Durante seu pontificado houve a unificação italiana e a perda do Estados pontifícios. “A sua primeira Encíclica foi uma visão programática e, ao mesmo tempo, uma antecipação do *Syllabus*, condenou as sociedades secretas, a maçonaria e o comunismo. Em 1847 promulgou um decreto de ampla e surpreendente liberdade de imprensa. Entre as realizações do seu pontificado, podem-se destacar: o restabelecimento da hierarquia católica na Inglaterra, Holanda e Escócia; a condenação das doutrinas galicanas; [...] a promulgação do *Syllabus errorum*, no qual condenou os erros do modernismo; [...] a celebração do Concílio Ecumênico Vaticano I - ápice do seu pontificado - que teve início em 1869 e se concluiu a 18 de julho de 1870. Depois da queda de Roma (20/9/1870) e do fim do poder temporal, Pio IX encerrou-se no Vaticano, considerando-se prisioneiro”. Seu pontificado terminou no dia 7 de fevereiro de 1878,

com a sua morte. (Disponível em:

<[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_pius-ix\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html)> Acesso em: 20 Mar. 2017).

<sup>17</sup> A identificação ao movimento ultramontano foi feita pelos opositores contemporâneos do Jornal e pela aproximação ideológica àqueles que a historiografia recente destaca como expoentes do movimento no Brasil.

Brasil do século XIX – *O Apostolo* – não havia uma seção reservada ao debate pedagógico. O tema da formação educacional permeava o periódico, emergindo de maneira mais sistematizada nos artigos, notícias e editoriais quando algum fato social influía ou era decorrente da “falsa educação”<sup>18</sup>. Por essa característica, o supracitado Jornal tem sido tomado como fonte para inúmeras pesquisas na linha de História da Educação.

Daquela constatação, derivou o interesse de promover uma incursão nos números disponíveis de *O Apostolo*. Eu visava somente a conhecer melhor uma fonte tão recorrente em estudos sobre educação no século XIX. Mas, após leituras transversais, pude perceber que o Jornal veiculado sob a divisa *periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade* delineava o projeto reformador que culminaria na ampliação e no fortalecimento da civilização cristã. A partir de uma representação de civilização totalmente atrelada à religião, inserida na concepção triunfalista da ação evangelizadora e educativa da Igreja no período colonial (AZZI, 1980), os redatores do Jornal forjavam práticas que configuraram uma proposta de “sistema de educação católico”, visto por eles como sinônimo de sistema de educação brasileiro.

Tema ainda não estudado, o projeto de educação católica presente no periódico *O Apostolo* desenhava-se como promissora temática de pesquisa, mas adversidades materiais se impunham nessa proposta. Primeiro, o volume de fontes: o Jornal, inaugurado em 1866, circulou até 1901 com a periodicidade média de três números semanais. Segundo, a educação católica era assunto tratado em partes diversas do Jornal, demandando um grande esforço para a leitura e catalogação de cerca de quatro mil números publicados. E, terceiro, a difícil tarefa de identificar os autores dos artigos publicados num periódico que teve como marca o anonimato de redatores e articulistas.

O primeiro recorte foi feito ao estabelecer o foco de análise da seção intitulada “O Apostolo”, modernamente qualificada como o editorial do Jornal. Essa delimitação solucionou duas adversidades impostas à análise das fontes no espaço de uma Dissertação: reduziu a atenção a apenas uma seção do periódico e solucionou, em parte, o obstáculo

---

Inicialmente, a redação identificava-se unicamente como católica e, mais tarde, o termo ultramontano foi aceito com a significação de defensor e propagador do catolicismo apostólico romano.

<sup>18</sup> Os redatores de *O Apostolo* compreendiam a instrução como o ato de transmitir conhecimento e a educação como o desenvolvimento dos valores morais por meio dos valores religiosos. Ainda segundo eles, a educação se dava pela intervenção da família, dos mestres e dos sacerdotes, portanto, consistia numa formação à qual o sujeito estava submetido ao longo da vida e da qual não poderia prescindir. Disto divergiam os liberais. Os políticos com este viés filosófico defendiam que os valores religiosos deveriam ser assunto de foro íntimo, portanto, reservado à família. Nos estabelecimentos de ensino, dever-se-ia priorizar a instrução, sendo os valores morais moldados pela legislação vigente, não pela Igreja (ANJOS, 2015). Em negação a essa representação de educação, os redatores do referido periódico católico chamavam-na “falsa educação”.

imposto pelo anonimato de redatores e articulistas. Tudo isso porque a aludida seção trazia, segundo os próprios redatores, o artigo de fundo, uma modalidade de editorial cujas características são assim definidas pela linguista Gomes (2007, p. 112-113, grifo meu):

[...] desde o período artesanal da imprensa, no qual informação e opinião apareciam quase indistintamente, circulavam textos opinativos a partir dos panfletos, com todos os requisitos que hoje reconhecemos como próprios do editorial. Alguns eram de autoria do proprietário do jornal (artigo de fundo), outros eram de autoria do redator do jornal (cartas do redator) e muitos outros não tinham identificação, mas portavam a voz opinativa da instituição jornalística (artigo editorial ou simplesmente editorial), assim como também faziam os dois primeiros.

Ou seja, ao analisar mudanças e permanências em editoriais de jornais pernambucanos do século XIX, a autora apontou que os artigos de fundo eram, via de regra, escritos pelos proprietários do jornal. Por conseguinte, essa afirmação fez despontar a figura do sacerdote José Gonçalves Ferreira, ou simplesmente monsenhor Ferreira, primeiro proprietário do jornal *O Apostolo* e personificação dele na imprensa carioca, mesmo após perder a tipografia onde se produzia o periódico e ter doado o título do Jornal a outro empresário em 1882.

O percurso descrito até aqui me levou a delimitar o objeto desta pesquisa nos editoriais sobre educação católica publicados em *O Apostolo* entre os anos de 1866 e 1882, período em que esteve à frente do Jornal o mencionado sacerdote. Acredito, porém, ainda caberem alguns esclarecimentos acerca da circunscrição temporal da pesquisa estar atrelada à atuação de um homem, tendo em vista não se tratar, o trabalho em pauta, de um estudo biográfico.

Conforme apontei anteriormente, monsenhor Ferreira emergiu dos artigos de fundo, aqui chamados editoriais com a finalidade de explicitar a função social da seção analisada: portar a voz opinativa da instituição jornalística (GOMES, 2007). Sendo o sacerdote proprietário e redator-chefe do Jornal, pode-se concluir que na seção “O Apostolo” estava posta a representação de educação católica chancelada por ele, fosse ou não o escritor, de fato, de todos os editoriais publicados.

E, ainda, conforme concepção de Franco Ferrarotti, “um homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamar-lhe um universal singular: ‘totalizado’ e, por isso mesmo, universalizado pela sua época, ‘retotaliza-a’ reproduzindo-se nela enquanto singularidade” (FERRAROTTI, 2014b, p. 48). Portanto, ao construir a representação de um grupo intelectual atuante na esfera pública, o monsenhor evidenciava a atuação sobre si mesmo de elementos do contexto social em que vivia, ao tempo em que sobre isso atuavam também as ideias, as representações elaboradas e divulgadas pelo sacerdote nos editoriais de seu Jornal.

Cabe destacar que o foco desta pesquisa não é a Igreja ou o projeto ultramontano, mas *O Apostolo* na qualidade de cultura material escrita, produzida por um homem que representa

e atua no mundo ao qual pertence, pois, ao analisar o período em que o monsenhor Ferreira foi proprietário e redator-chefe do jornal *O Apostolo*, também se está evidenciando um projeto teleológico que, no dizer de Ferrarotti (2014a, p. 52), “se dá a um objetivo”, considerando a história como memória coletiva do passado.

Nessa perspectiva, configura-se como a problemática de investigação norteadora deste estudo acadêmico, a análise de como os editoriais de *O Apostolo*, ao divulgarem a ordem religiosa entre as décadas de 1860 e 1880, propunham um projeto de educação católica com vistas ao fortalecimento da civilização cristã. Esse problema foi estabelecido contendo ainda as seguintes questões complementares de estudo: Quando e por que surge o Jornal *O Apostolo*? Que tipo de jornal era *O Apostolo*? Por quem era editado e com qual objetivo? Como estava configurada a ordem religiosa? Como o assunto educação católica era abordado nos editoriais de *O Apostolo*? Qual o projeto de educação defendido e estimulado pelo periódico *O Apostolo*, de 1866 a 1882? Quem eram os agentes autorizados a praticar esse projeto de educação católica? Quais argumentos auxiliavam na promoção da educação católica? Que estratégias eram divulgadas para promover o projeto de formação de *O Apostolo* a parâmetro educacional para as famílias católicas brasileiras?

Essas questões orientaram a definição do objetivo geral deste trabalho: investigar as representações de educação católica, e seus protagonistas, veiculadas pelo editorial do supracitado periódico, de 1866 a 1882. Especificamente, este trabalho cuida de caracterizar a criação e a trajetória de *O Apostolo* no período de 1866 a 1882 – definido neste estudo como a primeira fase do Jornal –, etapa em que o periódico era propriedade do monsenhor Ferreira; e de explorar nos editoriais do periódico católico os elementos constituintes da representação de formação educacional própria do grupo intelectual representado pela redação de *O Apostolo*.

Sendo o meio pelo qual aquele grupo, inicialmente caracterizado como de sacerdotes, difundia sua visão de mundo para a geração de certas práticas educacionais, os editoriais de *O Apostolo* verteram-se em fonte e objeto deste estudo. Eles foram selecionados por intermédio das categorias preliminares “educação católica” e “educação religiosa”, a partir da qual se revelaram “falsa educação” e “instrução verdadeira”. Tais categorias estão atreladas às discussões acerca do ensino ofertado a meninos<sup>19</sup> e adultos, pobres ou ricos, lançando-se como fio condutor das questões tratadas nos editoriais objeto deste estudo, que se referem ao

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que no Jornal *O Apostolo* o sinônimo utilizado para indicar crianças é meninos. Tal substantivo, mais do que uma alteração de significado da palavra, tem sua utilização relacionada à prevalência da educação masculina, como a única que deveria atingir amplamente a sociedade. A educação feminina era abordada predominantemente nos editoriais sobre meninas órfãs e desvalidas, as quais, nas palavras dos redatores, deveriam ser formadas para boas mães, mestres ou preceptoras, substituindo as estrangeiras e a mão de obra escrava, livrando-as, por conseguinte, da prostituição.

papel da família, em especial da mãe, na educação religiosa de viés católico dos filhos; da educação doméstica dada às moças; do povo católico como educador e entusiasta do ensino religioso; dos efeitos da má literatura na ordem social e na instrução da juventude; do ensino paroquial; do Estado e da iniciativa privada na promoção da educação e da instrução do trabalhador; entre outras. Esses axiomas foram analisados tendo por orientação os conceitos de representação e prática definidos por Chartier (1991; 1999; 2002; 2010; 2014).

A par do problema de investigação e da decorrente operação historiográfica para evidenciá-lo, e congregando categorias de análise e objetivos associados às indagações complementares, apresento, a seguir, a revisão da literatura e os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na realização do estudo.

### ***O Apostolo* e seus pesquisadores: definindo a proposta teórico-metodológica**

Os impressos periódicos de filiação religiosa paulatinamente vêm ganhando espaço nos congressos de História da Educação, nas teses e dissertações da mesma área, sendo muitas vezes utilizados como uma das fontes privilegiadas de pesquisa<sup>20</sup>. Com *O Apostolo* não tem sido diferente<sup>21</sup>.

No campo da História, o uso de *O Apostolo* é constante nos estudos que envolvem Igreja e Estado a partir da segunda metade do século XIX. Martha Abreu o analisou na tese de doutoramento que deu origem ao livro *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*, publicado no ano de 1999. Nesse estudo, a autora

<sup>20</sup> Paula Leonardi e Fátima Aparecida do Nascimento desenvolveram “A boa educação e a boa instrução na verdadeira imprensa: a Revista do Ensino e O Apostolo (1880-1889)”, apresentado no IX CBHE, em 2017; Daniela Gonçalves Gomes publicou “O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876)” na Revista da História da UEG (2013); Adriana Duarte Leon apresentou o artigo “Impressos católicos e o debate educacional: conexões com a modernidade na década de 1930” no Congresso Brasileiro de História da Educação (2013); Luciano Conrado Oliveira e Marcella Sá Brandão apresentaram “O viçoso: uma análise do periódico maranhense no período de laicização do Brasil” em *Simpósio da Associação Brasileira de História das religiões* (2011); Andrea Caruso defendeu a dissertação *Traço de União como vitrine: educação feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina* na área de Educação (2006). Mas é nas áreas de História e História da Mídia que o impresso periódico de orientação religiosa ganha maior destaque como fonte e também como objeto. São muitos os trabalhos que, inclusive, se dedicam a periódicos ultramontanos, tais como: Mauro Dillmann Tavares publicou o artigo “Progresso e civilização à luz ultramontana: jornais católicos no sul do Brasil – Porto Alegre, século XIX” no periódico do *Arquivo do Estado de São Paulo* (2006).

<sup>21</sup> Inicialmente, busquei Teses e Dissertações que tivessem como objeto ou fonte privilegiada o periódico *O Apostolo*. Em seguida, artigos com as mesmas definições. Foram consultados os sites da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do IBICT; do Banco de Teses da Capes, o Google Acadêmico e as páginas da Sociedade Nacional de História da Educação, onde é possível consultar os anais das edições do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com atenção ao Grupo de Trabalho História da Educação (GT 02). As buscas nos mesmos sítios foram também efetuadas através dos verbetes “imprensa católica” e “ultramontanismo”, por se entender que são os principais grandes temas onde se insere *O Apostolo* como fonte ou objeto.

dedicou algumas páginas ao Jornal, a fim de contextualizar a posição da Igreja diante do que chamou de “domesticação das festas populares”. Ainda na mesma obra, fez um breve estudo de materialidade de *O Apostolo*, que vem servindo de base a vários outros trabalhos, como os apresentados na revisão de literatura sobre o tema, descritos a seguir.

Renata Batista Brotto, em 2009, desenvolveu a Dissertação na área da História das Ciências e da Saúde intitulada *Médicos e padres: maternidade e representação dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*, em que *O Apostolo* forneceu subsídios para definir a posição da Igreja quando elegia em seu discurso a mulher, a partir da valorização da maternidade, como agente reformador da sociedade. A autora concluiu, ao analisar periódicos católicos e discursos médico-científicos, que a maternidade foi compreendida por médicos e padres como função moral e social da mulher.

Ainda na área de História, Marcella de Sá Brandão desenvolveu o artigo intitulado *A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso O Apostolo*, de 2011, em que busca entender o posicionamento dos bispos do Brasil frente aos poderes envolvidos na Questão Religiosa. Para a autora, o periódico construiu argumentos críticos ao liberalismo político, tornando-se importante fonte para a visualização das discussões e debates que permeavam os conflitos entre Igreja e Estado.

Em 2014, Flávio Rodrigues Neves defendeu a Dissertação de Mestrado em História Social com o título *Vozes da reação: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890-1891)* e trouxe à tona os discursos de diferentes agentes da Igreja Católica, com destaque ao periódico *O Apostolo*, em defesa dos interesses dessa instituição frente ao desprestígio imposto pelo governo provisório. De acordo com o autor, a ação de tais agentes foi determinante no abrandamento das leis relativas à laicização do governo e na acomodação de interesses entre Igreja e Estado.

Mais recentemente, em 2016, a tese de doutoramento em História *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*, de Tatiana Costa Coelho, identificou os principais bispos do Sudeste envolvidos com a proposta ultramontana e destacou o papel da imprensa nas dioceses da região, com destaque na diocese do Rio de Janeiro para o periódico *O Apostolo*.

Contudo, foi na área de Comunicação que *O Apostolo* passou a figurar também frequentemente como objeto de pesquisa. Alceste Pinheiro, professor do curso de Comunicação Social, da UFF, escreveu alguns artigos sobre o periódico anunciado, dentre os quais foi possível acessar: *O Apostolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do*

*século XIX*, de 2009, em que contextualizou os produtores do Jornal e os conceitos de imprensa que os norteavam; *Catequese indígena e educação do escravo e liberto: antídotos à imigração em O Apostolo*, de 2011, detectando um discurso de incentivo à capacitação dos trabalhadores locais para a produção, contra a imigração; *O Ventre Livre em um jornal católico do século XIX*, também de 2011, em que debateu o que teria sido o primeiro posicionamento público do setor da Igreja representado por *O Apostolo* acerca da questão servil; e *A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico*, de 2012, em que apresentou a repercussão do movimento destacado nas páginas de *O Apostolo*, confirmando sua posição em defesa do fim da escravidão e sobre o que deveria ser o Brasil.

Em perspectiva mais abrangente, que não enfoca *O Apostolo* como objeto a ser “dissecado” para a visibilidade de uma única temática, mas situando-o como um exemplo da diversidade de correntes de pensamento interpretativo da doutrina católica, Juarez José Tuchinski dos Anjos, em Tese intitulada *Pais e filhos na Província do Paraná: uma história da educação pela família*, de 2015, teve como objeto o estudo das práticas educativas das famílias sobre suas crianças. Para isso, discutiu a disputa de projetos dos principais atores envolvidos na elaboração de representações de educação que guiavam aquelas práticas. Identificados como regalistas, liberais e ultramontanos, o autor situou cada um deles no contexto pesquisado. No presente estudo, a Tese citada é de grande importância, pois o autor desenvolveu no Livro II uma análise sobre a heterogeneidade de pensamento do clero brasileiro no período imperial, em bem fundamentado diálogo com alguns dos referenciais do tema, dentre eles, Azzi (1977; 1978; 1980; 1991; 1992) e Santirocchi (2010; 2011; 2014). Os autores destacados desenvolvem estudos nos campos da Filosofia e da História, onde são discutidas a diversidade de pensamentos e as concepções de mundo circulantes no clero e no laicato, apresentando uma Igreja mais plural e menos harmônica em suas bases do que se costuma pensar.

Para esclarecer o posicionamento sobre educação católica presente no Jornal aludido, interessa atentar para a forma como suas apreciações foram construídas. De maneira mais específica, o referencial teórico-bibliográfico dialoga com os estudos de Roger Chartier (1991; 1999; 2002; 2010; 2014), nas minúcias da materialidade e na busca das marcas do discurso, propondo trazer à tona os esquemas intelectuais que definem práticas e representação de mundo inscritos nos editoriais de *O Apostolo*, numa tentativa de, conforme apontou o autor,

[...] decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um

acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

E, a fim de dimensionar o papel e a influência desempenhados pelo aludido Jornal no debate público, proponho a articulação dos conceitos de práticas e representações aos conceitos reformulados por Habermas (1997) sobre opinião pública – já referenciada no início desta introdução – e sobre esfera pública, em que esta

[...] assemelha-se a uma rede para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões. Nela, as manifestações são relativas a temas e a posição é a favor ou contra. Informações e argumentos são apresentados na forma de opiniões. Essa rede é altamente complexa e se ramifica em arenas internacionais, nacionais, regionais ou locais que se interagem. Os públicos diferenciados e segmentados por temas, interesses e níveis de organização conseguem, em determinados momentos, dialogar por terem uma linguagem comum e por estarem integrados pelos meios de comunicação (HABERMAS, 1997 *apud* BARROS, 2008, p. 28-29).

Apesar de escreverem tendo como base escolas historiográficas diferentes, esses autores desenvolveram abordagens que se complementam na medida em que permitem situar as representações formuladas num *locus* muito específico: o da imprensa periódica quando seu objetivo não era o de somente comunicar, mas convencer. Assim, da transação daqueles conjuntos de conceitos, proponho-me a pensar as peculiaridades de se ver construindo na mídia impressa a adequação das práticas educacionais aos padrões do proprietário e redator-chefe de *O Apostolo*, o monsenhor Ferreira, e como os argumentos e contra-argumentos do grupo intelectual representado por esse sacerdote disputavam a opinião pública.

Conforme afirmou Chartier (2002, p. 17): “As lutas de representação têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”. Logo, trata-se da luta não só pelo direito de se expressar, mas pela predominância da representação de mundo forjada pela ideologia católica ultramontana. Assumindo, aqui, que:

A ideologia corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. [...] [Nesta acepção], está sempre associada a um sistema de valores. Tem a ver com ‘poder’, com ‘controle social’ exercido sobre os membros de uma sociedade (BARROS, 2003, p. 163).

Os jornais ocupam um lugar bastante interessante dentre os impressos, especialmente quando estão situados no século XIX. Os impressos periódicos, por seu formato, preço e conteúdo, tinham alcance maior do que o de um livro, por exemplo. Alcançavam espaços e

estratos sociais mais amplos e combinavam com a dinamicidade da circulação de ideias que caracterizou a segunda metade do século XIX no Brasil. Conhecer, portanto, o espaço onde as clivagens de representações de civilização davam-se a ver e a debater é essencial para entendermos os elementos que caracterizavam a educação católica delineada nos editoriais de *O Apostolo*.

Outro referencial utilizado para a análise, principalmente relativa ao estudo de periódicos, são as obras de Tânia Regina de Luca (1999; 2005; 2011; 2012a; 2012b; 2016). Tal como alerta De Luca, o trato da fonte periódica impressa como objeto implica a análise do conteúdo associada à materialidade do suporte, aos objetivos propostos, aos leitores e às relações estabelecidas com o mercado; aspectos que são desenvolvidos neste trabalho.

Como fontes complementares de diálogo com o Jornal *O Apostolo*, também utilizei outros periódicos contemporâneos a sua publicação. A obra *Revistas Ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado* (2011), organizada por Paulo Knauss, Marize Malta, Cláudia de Oliveira e Mônica Pimenta Velloso, é a base de onde parti para pensar os periódicos ilustrados *Semana Illustrada* (1860-1875), *O Mosquito* (1869-1877), *O Mequetrefe* (1875-1893), *O Ganganelli* (1876) e *Revista Illustrada* (1876-1898). E o clássico *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, de Carlo Ginzburg, publicado no Brasil em 1989, para perseguir não a autoria, mas uma personagem delineada no intenso diálogo desses periódicos com *O Apostolo*, percebida em pequenos sinais, símbolos, que faziam referência ao periódico ou seu proprietário. Dentre as anedotas e charges que preenchiam as páginas dos jornais e revistas ilustrados, selecionei aquelas que forneciam indícios para a escritura da história daquele periódico católico, desvelando nomes e acontecimentos que possibilitaram o preenchimento de lacunas em sua trajetória. Pretendeu-se, a partir da leitura dos textos e figuras com valores cômicos e/ou satíricos, delinear aspectos e cenários que colaboraram para o reconhecimento de importantes atores que disputavam a opinião pública.

Portanto, Paulo Knauss (2011) e outros autores que tiveram seus estudos publicados naquele livro – Joaquim Marçal de Andrade, Rafael Cardoso, Ana Cavalcanti e Laura Nery – forneceram os elementos que tornam possível a interlocução entre imagem e texto, necessária para fazer fluir a trajetória da Dissertação aqui desenvolvida.

Retomando as proposições já apresentadas na introdução deste estudo, a questão-problema traz como principal foco de investigação os editoriais sobre educação católica de *O Apostolo*, buscando identificar como estão representados os argumentos e/ou posicionamentos relacionados às categorias de análise – educação católica, ou religiosa, falsa educação e instrução verdadeira. Nessa linha de pesquisa, o estudo em pauta aproxima-se das incursões

realizadas pelos autores dos trabalhos acadêmicos citados na revisão de literatura elaborada, no que se relaciona à premissa de que o Jornal possuía posições claramente demarcadas acerca do papel da Igreja na chancela de rituais católicos, dos limites da condição feminina, das fronteiras entre ciência e religião e da laicização do ensino, entre outras convicções.

Todavia, o estudo que se segue acessa o Jornal sob outra perspectiva, tomando a educação católica como eixo dirigente e priorizando os discursos de seu principal redator.

Além da diferenciação postulada no objetivo e problema de pesquisa deste estudo, outras questões subjacentes vão se fazer presentes nas múltiplas possibilidades de inserção ao tema investigado, reunindo os discursos sobre educação católica representados nos editoriais de *O Apostolo* e o ideário do grupo intelectual representado pela redação. Nesse caso, vale destacar, ainda, os cenários educacionais relativos ao Oitocentos, que se constituem naqueles que aparecem tensionados sobre a legitimidade, o lugar, o papel social e as proximidades com as representações propagadas pelo Jornal, quais sejam, as três modalidades de ensino presentes no século XIX – educação doméstica, ensino privado e instrução pública<sup>22</sup>-, que compõem o cenário educacional discutido em *O Apostolo*.

Os procedimentos metodológicos remetem à realização de uma pesquisa histórica, documental, cuja fonte principal é a série de documentos composta pelos números disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), do periódico católico *O Apostolo*, mobilizando um aporte teórico-metodológico da História Cultural, que, de acordo com Chartier (2002), “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p. 16-17).

A investigação documental requer atenção e rigor do pesquisador à medida que os documentos permitem múltiplas leituras. Afirma Bacellar (2015, p. 63) que

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local. A interação do bispo com sua comunidade, e com os outros membros do clero, dará um tom muito específico a essa carta, e deve ser considerada.

E completa:

O historiador não pode se submeter à sua fonte, julgar que o documento é verdade [...]; antes de tudo, ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos (Ibid., p. 64, grifo do autor).

---

<sup>22</sup> Tais categorias reportam-se às modalidades de educação que, de acordo com Vasconcelos (2005), eram reconhecidas, no Brasil do século XIX, como maneiras de educar jovens e crianças.

Os arquivos consultados pertencem ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN), localizada no Rio de Janeiro, constituídos por via de depósito legal. Os números de *O Apostolo* estão disponíveis na seção Periódicos, enquanto os números de *A Estrella*, título que substituiu o original no período de janeiro a novembro de 1894<sup>23</sup>, durante sua suspensão por determinação do governo republicano provisório, estão na seção de Obras Raras.

Disponibilizado digitalmente na HDB em 2012, esse acervo é constituído pelos números do Jornal católico publicados nos seguintes períodos: de sua inauguração, em 7 de janeiro de 1866, a março de 1897 – incluídos aí os números 1 a 56, publicados entre os meses de janeiro e novembro de 1894, sob identificação de *A Estrella*; os meses de julho, novembro e dezembro de 1899; e de janeiro de 1900 a abril de 1901, quando encerrou suas atividades. De acordo com informações colhidas no catálogo de periódicos microfilmados da BN, a coleção possui como entrada o título *O Apostolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade*, com a variante *A Estrella* entre janeiro e novembro de 1894, sugerindo três fases para o Jornal.

Contudo, neste estudo, a distribuição catalográfica da HDB não será observada para a análise, considerando que o período ao qual se refere a proposta situa-se entre 1866 e 1882, ou seja, anterior à mudança sinalizada.

Inicialmente, segui as pistas sobre a propriedade, responsabilidade e colaboração para a produção de *O Apostolo*, procurando definir sua linha editorial e identificar as fases do Jornal, além do seu lugar naquele contexto. A partir da identificação dos proprietários e redatores de *O Apostolo*, localizei, entre o período de existência do Jornal, fases distintas relacionadas, supostamente, à direção de cada redator-chefe entre os anos de 1866 e 1901. O monsenhor Ferreira esteve à frente do Jornal católico entre os anos de 1866 e 1882; os padres João Scaligero Augusto Maravalho<sup>24</sup> e João Fernando Santiago Esberard<sup>25</sup>, de 1883 até

<sup>23</sup> Embora fuja do período pesquisado, esse fato foi destacado para mostrar que o falecimento do monsenhor Ferreira não significou o fim do Jornal, o qual se manteve fiel à diretriz ultramontana, porém com discurso cada vez mais contundente, levando seus novos editores a terem problemas com o governo republicano e com parte da população, que o empastelou em meio a Guerra de Canudos por considerá-lo um veículo monarquista tal qual seria o movimento sertanejo mencionado.

<sup>24</sup> João Scaligero Augusto Maravalho nasceu em Sobral, Ceará, no ano de 1844, e faleceu em 1905. Era filho de Rufino Alves Maravalho e de Dona Francisca Carolina Maravalho. Estudou e ordenou-se no Seminário de Fortaleza, onde foi professor. Saiu dali para tornar-se pároco em Quixadá, Ceará, em 1873. Mais tarde atuou como professor em diversos colégios do Rio de Janeiro e no Seminário de Porto Alegre. Integrou-se à campanha abolicionista, envolveu-se na imprensa periódica, fundou a *Estrella* em campanha contra o Marechal Floriano Peixoto e atuou por quatorze anos como redator-chefe de *O Apostolo*, até março de 1897, quando a tipografia onde era produzido foi queimada. A partir desse evento, passou a ser perseguido e ameaçado de morte pelos jacobinos e refugiou-se na Europa. Ao retornar, restaurou o Jornal. Colaborou também, com os periódicos cearenses *Tribuna Catholica* e *Constituição*. É o autor das obras *O Companheiro Fiel do Cristão ou repertório de orações úteis ao cristão*, de 1872; *O Século actual e o Dogma da Infalibilidade*, do mesmo ano, publicado nas páginas do *Constituição*; e traduziu *O Cristianismo, seus dogmas e suas provas pelo*

1891<sup>26</sup>; a partir de 1892, o nome de Esberard é substituído pelo do padre José Alves Martins do Loreto<sup>27</sup> até 1897; e, a partir de 1897, identificam-se como redatores-chefes do Jornal “João Scaligero Augusto Maravalho e companhia”.

Conforme explicitado anteriormente, este trabalho tem como foco a fase associada à direção de monsenhor Ferreira, o primeiro proprietário e principal redator de *O Apostolo*, delimitando-se o estudo entre os anos de 1866 e 1882.

Os dados coletados permitiram a elaboração de um panorama sobre o periódico escolhido para o recorte da pesquisa, destacando a quantidade de publicações – ou o número de editoriais publicados –, a fim de identificar o volume das obras a serem analisadas, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Anos de publicação e quantidade de números publicados

Ano	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	Total
Nº	52	52	52	52	53	53	52	60	134	189	148	148	135	151	148	147	149	1.775

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de dados disponíveis no catálogo de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira. OBS. Todos os números consultados estavam legíveis.

A variação no volume de publicações ao longo dos anos se deu pela mudança de periodicidade do Jornal. Nos sete primeiros anos, ou seja, entre 1866 e 1872, foi publicado

*Padre Verger* (STUDART, 1910, p. 513-514).

<sup>25</sup> Nascido em 1843, Barcelona, veio para o Rio de Janeiro ainda criança. Na nova cidade empreendeu os estudos para exercício do sacerdócio. Lecionou e foi capelão do Seminário São José, no Rio de Janeiro. Colaborou na redação de *O Apostolo* durante os primeiros meses de 1874 e voltou ao mesmo periódico em data incerta, onde atuou como um dos redatores chefes até 1891, pois em 1892 foi nomeado bispo de Olinda. No ano seguinte, com a elevação do Bispado da Capital Federal para Arcebispado, assumiu o lugar de arcebispo. Atuou também nos periódicos *Nova Era* e *Brasil*, conforme apontam dados biográficos disponíveis em < <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/joaoesberard.html>>. Acesso em 24 Ago. 2018.

<sup>26</sup> Distinguem-se, nesse período, propriedade e redação de *O Apostolo*. Os citados padres foram redatores-chefes do Jornal enquanto Florentino Montenegro era seu proprietário e também da tipografia que o imprimia.

<sup>27</sup> O padre José Alves Martins do Loreto nasceu no ano de 1845, na Bahia. Tornou-se diácono em 1868 e presbítero em 1869. Ainda em 1869 lecionou Direito canônico e Direito natural no Seminário da Bahia e ocupou a cadeira de Teologia no mesmo Seminário. A partir disso, passou a se dedicar exclusivamente ao magistério, tornando-se, junto a seu irmão, o padre Urbano Cecílio Martins, diretor do Colégio Atheneu Bahiano. Foi nomeado vigário da freguesia de Vitória, em Salvador, Bahia, quando fundou um novo colégio sob os auspícios de Nossa Senhora da Vitória, e dirigiu-o até ser acometido por doença que o trouxe ao Rio de Janeiro, em 1887. Estabelecendo-se na nova cidade, tornou-se professor de Latim e secretário do Colégio São Bento. Também passou a colaborar na redação de *O Apostolo* e, posteriormente, chegou a redator-chefe. Padre Loreto era amigo próximo de José do Patrocínio (1854-1905), uma das figuras mais importantes no movimento abolicionista brasileiro, e foi Patrocínio que fez o discurso de despedida em seu enterro. Seu nome figurou no frontispício do Jornal até fevereiro de 1897 (*O APOSTOLO*, ano XXXII, n. 47, 19 Abr. 1896, p. 1-3).

semanalmente em edições dominicais. Aliás, as edições de domingo foram uma constante no período pesquisado, somando-se a elas uma ou duas publicações semanais a partir de fins de 1873. Vale destacar que nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1875 a publicação foi “diária” – não era publicado às segundas-feiras, nem no dia após data santificada –, num esforço de publicizar as ações do governo e do clero no conflito político que envolveu ambas as partes e ficou conhecido como Questão Religiosa.

Número por número, os editoriais foram selecionados tendo por critério inicial a presença de temática relacionada à educação católica. A partir da análise desse considerável conjunto de documentos, emergiram dali as categorias que transversalizavam as matérias sobre educação/ensino/instrução: educação católica ou religiosa, instrução verdadeira e falsa educação. São comuns os artigos que abordam duas ou três categorias simultaneamente. Essa característica dificultou a elaboração de um quadro de fontes organizado por categorias, levando à elaboração de uma extensa lista onde figuram todos os editoriais cujo tema em destaque é a formação educacional do povo brasileiro, disponível no Apêndice deste trabalho.

A partir da leitura pormenorizada dos editoriais, o Quadro 2 aponta aqueles que foram efetivamente consultados como fontes para a pesquisa realizada.

Quadro 2 – Editoriais utilizados como fonte de pesquisa

Ano, número e página	Data	Título
Ano I, n. 24, p. 4-5	17 Jun. 1866	<i>Lê-se no Relatório do Exm. Ministro do Imperio</i>
Ano II, n. 2, p. 10-12	13 Jan. 1867	<i>O ensino religioso e os máos livros</i>
Ano II, n. 37, p. 290	15 Set 1867	<i>A necessidade do ensino religioso</i>
Ano II, n. 50, p. 393-394	15 Dez. 1867	<i>Escolas nocturnas. I</i>
Ano II, n. 51, p. 402	22 Dez. 1867	<i>Escolas nocturnas. II</i>
Ano II, n. 7, p. 50	17 Fev. 1867	<i>A educação religiosa</i>
Ano III, n. 14, p. 106-107	05 Abr. 1868	<i>A actualidade</i>
Ano III, n. 17, p. 130-131	26 Abr. 1868	<i>A actualidade IV.</i>
Ano III, n. 33, p. 258	16 Ago. 1868	<i>A escola domestica de Nossa Senhora do Amparo</i>
Ano IX, n. 111, p. 1	11 Out. 1874	<i>A Instrucção publica.</i>
Ano IX, n. 114, p. 1.	22 Out. 1874	<i>A Maçoaria [sic] Imperial</i>
Ano IX, n. 117, p. 1.	01 Nov. 1874	[Sem título]
Ano IX, n. 73, p. 1	28 Jun. 1874	<i>O Sr. Vieira da Silva e Mme. de Stael</i>
Ano V, n. 12, p. 90	20 Mar. 1870	[Sem título]
Ano V, n. 35, p. 273-274	21 Ago. 1870	[Sem título]
Ano V, n. 39, p. 309-310	18 Set. 1870	[Sem título]
Ano VII, n. 39, p. 2	29 Set. 1872	[Sem título]
Ano VII, n. 41, p. 1-2	13 Out. 1872	[Sem título]
Ano VIII, n. 24, p. 1	15 Jun. 1873	[Sem título]
Ano VIII, n. 36, p. 1	07 Set. 1873	[Sem título]
Ano VIII, n. 44, p. 1	02 Nov. 1873	[Sem título]
Ano VIII, n. 7, p. 1-2	16 Fev. 1873	[Sem título]
Ano X, n. 180, p. 1	08 Dez. 1875	<i>A conferencia sobre os órfãos</i>
Ano X, n. 183, p. 1	15 Dez. 1875	<i>O Ilm. Sr. Pires Ferrão</i>
Ano X, n. 38, p. 1	19 Fev 1875	<i>Desacatos á autoridade publica durante o ultimo carnaval</i>
Ano X, n. 41, p. 1	23 Fev. 1875	<i>Ao "Globo"</i>

Quadro 2 – Editoriais utilizados como fonte de pesquisa

Ano, número e página	Data	Título
Ano X, n. 50, p. 1	05 Mar. 1875	<i>O "Globo" e sua revista</i>
Ano X, n. 99, p. 1	02 Jun. 1875	<i>A sociedade actual</i>
Ano XI, n. 145, p. 1	24 Dez. 1876	<i>O ensino religioso</i>
Ano XI, n. 78, p. 1	19 Jul. 1876	<i>Para onde vamos?</i>
Ano XII, n. 101, p. 1	02 Set. 1877	<i>O Relatório da Escola Domestica Nossa Senhora do Amparo</i>
Ano XII, n. 140, p. 1	07 Dez. 1877	<i>O Collegio Immaculada Conceição</i>
Ano XII, n. 146, p. 1	23 Dez. 1877	<i>A funesta propaganda da "Província de São Paulo"</i>
Ano XII, n. 23, p. 1	28 Fev. 1877	<i>O ensino da doutrina</i>
Ano XII, n. 46, p. 1	22 Abr. 1877	<i>O ensino religioso na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro</i>
Ano XII, n. 65, p. 1	10 Jun. 1877	<i>A instrucção e educação do povo</i>
Ano XII, n. 69, p. 1	20 Jun. 1877	<i>As theses do liberalismo</i>
Ano XII, n. 78, p. 1	11 Jul. 1877	<i>O "Globo" e as Irmãs da Caridade e os Padres Lazaristas</i>
Ano XII, n. 80, p. 1	15 Jul. 1877	<i>O "Globo" e as Irmãs da Caridade</i>
Ano XII, n. 81, p. 2	18 Jul. 1877	<i>Ainda as Irmãs da Caridade</i>
Ano XII, n. 97, p. 1	24 Ago. 1877	<i>A Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo</i>
Ano XIII, n. 10, p. 1	25 Jan. 1878	<i>O liberalismo e seus fructos</i>
Ano XIII, n. 100, p. 1	04 Set. 1878	<i>A falta de educação religiosa</i>
Ano XIII, n. 101, p. 1	06 Set. 1878	<i>O dia 7 de setembro</i>
Ano XIII, n. 113, p. 1	08 Nov. 1878	[Sem título]
Ano XIII, n. 116, p. 1-2	15 Nov. 1878	[Sem título]
Ano XIII, n. 117, p. 1-2	17 Nov. 1878	[Sem título]
Ano XIII, n. 128, p. 1	13 Dez. 1878	<i>A educação</i>
Ano XIII, n. 129, p. 1	15 Dez. 1878	<i>A educação</i>
Ano XIII, n. 130, p. 1	18 Dez. 1878	<i>A educação</i>
Ano XIII, n. 131, p. 1	20 Dez. 1878	<i>A educação</i>
Ano XIII, n. 132, p. 1	22 Dez. 1878	<i>A educação</i>
Ano XIII, n. 134, p. 1	27 Dez. 1878	<i>A educação</i>
Ano XIII, n. 39, p. 1	05 Abr. 1878	<i>A educação da mocidade</i>
Ano XIII, n. 41, p. 1	10 Abr. 1878	<i>Instrucção religiosa</i>
Ano XIII, n. 43, p. 1	14 Abr. 1878	<i>Instrucção religiosa</i>
Ano XIII, n. 49, p. 1	28 Abr. 1878	<i>A instrucção religiosa</i>
Ano XIII, n. 5, p. 1	13 Jan. 1878	<i>O ensino obrigatório</i>
Ano XIII, n. 66, p. 1	09 Jun. 1878	<i>Ainda o ensino religioso</i>
Ano XIII, n. 87, p. 1	02 Ago. 1878	<i>O ensino do Catechismo nas escolas</i>
Ano XIV, n. 121, p. 1	17 Out. 1879	[Sem título]
Ano XIV, n. 143, p. 1	10 Dez. 1879	[Sem título]
Ano XV, n. 16, p. 1	13 Fev. 1880	[Sem título]
Ano XV, n. 22, p. 1	27 Fev. 1880	[Sem título]
Ano XV, n. 67, p. 1	16 Jun. 1880	[Sem título]
Ano XV, n. 87, p. 1	08 Ago. 1880	[Sem título]
Ano XVI, n. 103, p. 1	14 Set. 1881	[Sem título]
Ano XVI, n. 114, p. 1	09 Out. 1881	[Sem título]
Ano XVI, n. 128, p. 1	13 Nov. 1881	[Sem título]
Ano XVI, n. 44, p. 1	22 Abr. 1881	<i>Incidente no Caraça</i>
Ano XVI, n. 47, p. 1	29 Abr. 1881	[Sem título]
Ano XVII, n. 17, p. 1	10 Fev. 1882	[Sem título]
Ano XVII, n. 43, p. 1	16 Abr. 1882	[Sem título]
Ano XVII, n. 48, p. 1	28 Abr. 1882	[Sem título]

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

Após a seleção demonstrada nos Quadros 1 e 2, procedi à análise dos editoriais

destacados no Quadro 2, para tratar o problema de pesquisa, uma vez que o jornal *O Apostolo* fazia a divulgação da ordem religiosa, durante as décadas de 1860 e 1880, visando a um projeto de educação católica voltado para a construção da civilização cristã.

Como resultado, a Dissertação foi desenvolvida em dois capítulos centrais. O primeiro capítulo aponta os envolvidos na fundação e manutenção da empresa *O Apostolo*, enquanto foi proprietário o monsenhor Ferreira, num esforço de compreensão dos esquemas intelectuais que elaboraram o significado da educação católica e do meio intelectual representado pelo periódico. Ou seja, apresenta os autores do discurso construído no Jornal e seus lugares de fala. Esse capítulo discorre ainda sobre o cenário que estimulou a fundação do Jornal, com atenção para a relação Igreja-Estado e as representações de educação derivadas dessa relação.

No segundo capítulo apresenta-se a análise desenvolvida sobre os editoriais, evidenciando a definição e legitimação dos agentes promotores da educação católica, de acordo com a representação de educação própria do grupo intelectual atuante na redação de *O Apostolo*, sob a orientação do monsenhor Ferreira. Tal abordagem tem por fio condutor a história de *O Apostolo* enquanto cultura material escrita, um periódico católico “dedicado aos interesses da religião e da sociedade”, como afirmava sua divisa.

Contudo, não há uma delimitação estanque entre um capítulo e outro, considerando que ambos se cruzam e dialogam tendo como pano de fundo o objeto desta investigação, ou seja, os editoriais sobre educação católica do Jornal *O Apostolo*.

Ao final, a Dissertação traz os resultados da pesquisa, bem como encaminhamentos possíveis a outros estudos.

## 1 OPERÁRIOS DA FÉ A SERVIÇO DE UM PROJETO EDUCACIONAL CATÓLICO

Tradicionalmente escrito pelo proprietário do jornal, os editoriais – também chamados artigos de fundo – publicados nos periódicos brasileiros do século XIX vertem-se na alma desses impressos. Certamente por isso, quando se trata de *O Apostolo*, vemos seu proprietário, o monsenhor Ferreira, transformado em figura metonímica. Ora seu nome ora sua imagem, seja fidedignamente retratado ou parodiado, surgem tomados por sua obra. Contudo, a pesquisa, atenta às páginas do citado periódico católico, assim como a outros periódicos da época, mostra que o sacerdote contou com a colaboração de diversos outros nomes na escritura daquela seção.

A seção “O Apostolo”, que carregava o editorial do Jornal, tinha por tradição não ser assinada. Se, por um lado, isso, salvo situações muito específicas, impediu a atribuição de autoria a cada um dos editoriais sobre educação católica ali publicados, por outro, permitiu-me afirmar que a redação de *O Apostolo* formava um coletivo católico alinhado ao movimento ultramontano, mas com liberdade interpretativa para relacionar os objetivos da Igreja aos interesses políticos locais.

Tal coletivo tinha em comum com outros clérigos e leigos ultramontanos o apoio às ações de bispos locais para a reforma do clero brasileiro. Na verdade, até o século XIX, os bispos do Brasil ainda não tinham sido capazes de alinhar a Igreja às determinações do Concílio de Trento, e aderir ao movimento ultramontano no Brasil significava implantar a reforma tridentina, com vistas à autoridade papal.

Um clero de moral flexível, formado precariamente e desconectado da Igreja Católica Romana, esse é um quadro sintético do corpo eclesiástico brasileiro até meados dos Oitocentos, assim como mostra Goldschmidt (1998, p. 167, grifo da autora):

Ou outro [sacerdote] que, além de amancebar-se em Araçariгуama e engravidar a amásia, que com efeito pariu dele, foi incriminado por tornar o relacionamento incestuoso ao ser ele próprio o ministro do batismo da criança. [...] Os comportamentos abusivos provocavam reações de intolerância na população colonial. A comunidade agia por vezes por conta própria, como ocorreu na vila de Parnaíba, onde os descontentes com as atitudes incompatíveis com o estado clerical assumidas pelo pároco, fortuitamente o espancaram.

Deveras, havia padres amancebados, com filhos, distantes da ortodoxia exigida pelo sacerdócio e que, por isso, deixavam não só de cumprir o papel de conformadores da moral, como colaboravam para sua degeneração. Mas eles não eram os únicos alvos da ação ultramontana. Na verdade, em *O Apostolo* a atenção à família para a reforma de suas práticas religiosas foi uma das principais marcas.

Tal característica é fruto de uma concepção que coloca a família como a base da sociedade. Aquele núcleo, muitas vezes culpabilizado pela “desordem social”, passava, então, a alvo do controle da Igreja, sendo chamado à responsabilidade de dar a suas crianças a educação religiosa adequada. Assim, com atenção especial à mãe e, depois, às escolas, o Jornal desenvolvia uma representação de educação consonante à visão de mundo ultramontana e que disputava espaço com as representações elaboradas pelos grupos rivais, a saber: o Estado regalista e o Estado liberal.

Em vista disso, este capítulo é desenvolvido em duas seções dedicadas, cada uma, nesta ordem, a apresentar o proprietário do Jornal e seus colaboradores e a desenvolver a noção de representação de educação católica ultramontana, mais especificamente a elaborada em *O Apostolo*, revelada em suas especificidades, similaridades e discordâncias em relação às outras representações de educação desenvolvidas pelos oposicionistas.

### **1.1 O monsenhor José Gonçalves Ferreira, seus colaboradores e a construção da representação de educação religiosa numa obra em defesa da fé católica**

O homem que personificou *O Apostolo* se manteve anônimo por muito tempo. Nas fontes consultadas, a mais antiga menção ao monsenhor José Gonçalves Ferreira como defensor de dado segmento do catolicismo foi encontrada no periódico *Semana Illustrada*. Trata-se de uma referência imagética (Figura 1) que, num primeiro momento, me passou despercebida e somente após a reunião de outras imagens relacionadas ao monsenhor e ao Jornal pude perceber seu real valor para esta pesquisa.

A charge<sup>28</sup> de 1869 traz amarrado à fogueira ainda apagada um dos principais símbolos da *Semana Illustrada*<sup>29</sup>, enquanto um grupo de sacerdotes preparava uma segunda fogueira e providenciava as chamas para atear no condenado Dr. Semana<sup>30</sup>. Mas, entre os

<sup>28</sup> Conforme Carlos Romualdo, na obra *Charge jornalística*, charge pode ser considerada “como representação crítica de determinado fato, personagem ou acontecimento, geralmente político e com limitação temporal”, diferenciando-se de cartum – “uma representação genérica e atemporal” – e de caricatura – “uma representação exagerada, proposital, partindo das características mais alusivas dos indivíduos ou fatos” (ROMUALDO, 2000, p. 21).

<sup>29</sup> O periódico ilustrado foi criado em dezembro de 1860, pelo alemão Henrique Fleiuss, radicado no Brasil desde 1858. Contava com jornalistas e escritores como Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva e Machado de Assis. Conforme Cardoso (2011, p. 26), o periódico foi “um marco divisor que representou uma mudança qualitativa no cenário brasileiro de revistas ilustradas”, consolidando o uso da imagem na perspectiva da crítica de costumes. Com o fim da revista em 1876, Henrique Fleiuss lançou o periódico *Ilustração Brasileira*, que circulou entre 1876 e 1878, e, em 1880, *A Nova Revista Illustrada*, que consumiu todo seu capital, levando-o a falecer na pobreza dois anos mais tarde.

<sup>30</sup> “O Dr. Semana, personagem imaginário que tinha a função de satirizar o cotidiano político da cidade, e seu parceiro *Moleque* apareceram continuamente em todo o período de duração da revista. O Dr. Semana era

padres, todos de aspecto físico e fisionômico similares, um se destaca. Com bochechas coradas e barriga avantajada, o padre à direita a tudo observa e parece não só concordar, mas permitir e coordenar a cena desenhada. Da imagem e da legenda original pode-se concluir que seja o monsenhor Ferreira, o nome a que todas as fontes convergem quando se trata da propriedade e direção de *O Apostolo*, assim como da tipografia onde era produzido: a Typographia do Apostolo.

Figura 1 - Como *O Apostolo* quer acabar com a “oposição”



### Auto-da-fé.

„Ao fogo!” gritam os padrecos do *Apostolo*. E o infeliz, no meio das chammas, ouviu este cântico em voz roufenha: *Et plebs tua lætabitur in te*.

Fonte: SEMANA ILLUSTRADA, n. 469, 5 Dez. 1869, p. 3749<sup>31</sup>. Disponível na HDB.

Existem muitas alusões ao monsenhor Ferreira nas revistas ilustradas à época. Algumas delas são utilizadas neste trabalho para dar ao Jornal uma face mais matizada.

---

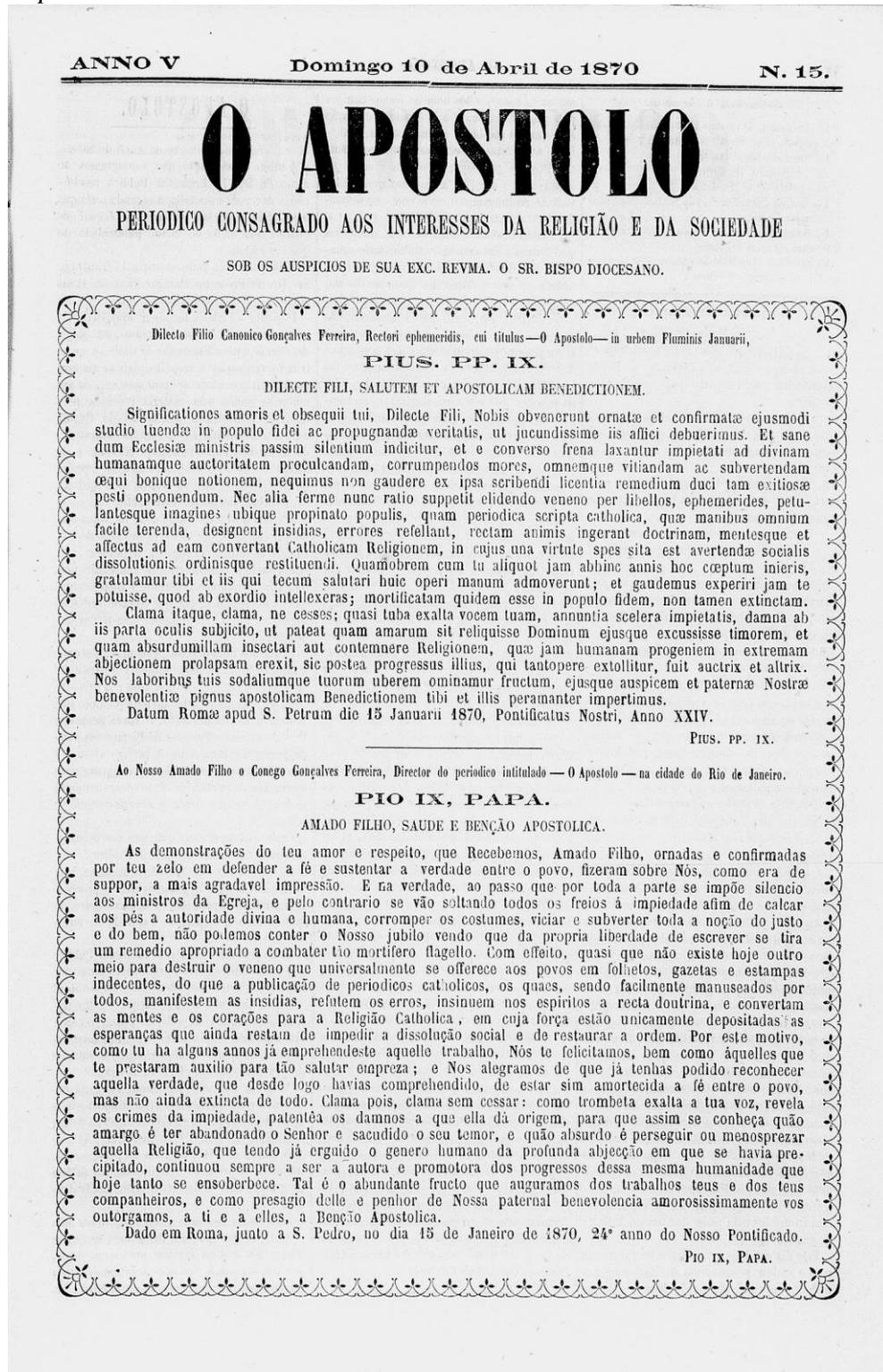
branco, solteirão, bem trajado, frequentador da Corte e, a despeito de criticar a escravidão, morava com seu escravo *Moleque*. [...] Fleiuss inovou quando colocou o Moleque discursando no Parlamento em 1864 e o alforriou em 1866, posturas surpreendentes naquela década, pois o movimento em prol da abolição mal engatinhava no país” (FONSECA, 2013, p. 12).

<sup>31</sup> Transcrição: “... Ao fogo!” gritam os padrecos do *Apostolo*. E o infeliz, no meio das chammas, ouviu este cântico em voz roufenha: *Et plebs tua lætabitur in te*.

Extravasando os limites da autocompreensão fabricada pelos redatores de *O Apostolo*: “‘Jornal dedicado ao Catolicismo’, escolástico e não ‘discípulo de Bacon’, ‘folha religiosa’ aviltada por que defendia a fé e a coroa e tomava partido de um bispo, capaz de perceber o ‘sinistro futuro que se avizinhava (PINHEIRO, 2009, p. 11), as piadas, historietas e charges publicadas nos periódicos ilustrados, ao dialogarem com as notícias do momento, registravam a percepção e a apropriação da representação de mundo elaborada pelos “operários da fé”. Propondo a correção dos costumes por meio do riso, conforme determinava a divisa *Ridendo castigat mores* sob o título da *Semana Illustrada*, as revistas satíricas converteram-se em alvo dos redatores católicos, protagonizando muitas discussões e trocas de ofensas em suas páginas.

Contudo, vale ressaltar, o nome do monsenhor Ferreira só apareceu oficialmente ligado ao Jornal em 1870. Em carta enviada pelo Papa Pio IX (1846-1878) ao “Amado Filho e Conego Gonçalves Ferreira, Director do periodico intitulado – O Apostolo”, o pontífice agradecia a atuação do periódico católico em defesa da Igreja (Figura 2).

Figura 2 - Carta do Papa Pio IX (1846-1878) ao diretor do periódico *O Apostolo*



Fonte: O APOSTOLO, ano V, n. 15, 10 Abr. 1870<sup>32</sup>. Disponível na HDB.

<sup>32</sup> Transcrição integral conforme o original: Ao Nosso Amado Filho e Conego Gonçalves Ferreira, Director do periodico intitulado – O Apostolo – na cidade do Rio de Janeiro. Pio IX, Papa. Amado Filho, saude e benção apostolica. As demonstrações do teu amor e respeito, que Recebemos, Amado Filho, ornadas e confirmadas por teu zelo em defender a fé e sustentar a verdade entre o povo, fizeram sobre Nós, como era de suppor, a mais agradável impressão. E na verdade, ao passo que por toda a parte se impoe silencio aos ministros da

O estudo publicado pela historiadora Abreu (1999) apontou a propriedade de *O Apostolo* para padre José Gonçalves Ferreira, servindo de orientação a outros trabalhos que usaram o mencionado periódico como fonte. A também historiadora Isabel Lustosa, ao produzir para o programa *Observatório da Imprensa*, da TV Cultura, uma série de vídeos sobre a trajetória da imprensa no Brasil, abordou no programa de número 657<sup>33</sup>, de 18 de setembro de 2012, a importância do periódico *O Apostolo*, limitando-se à atuação do referido padre no debate em defesa da autonomia da Igreja. As poucas informações sobre a história do Jornal talvez tenham como causa a escassez de dados acerca do grupo que atuou na produção daquela folha, ou a crença no peso institucional da Igreja sobre pensamento e ações do clero.

Entre os anos de 1866 e 1882, período em que o monsenhor Ferreira foi proprietário e chefe do Jornal e da Typographia do Apostolo, o frontispício não fornecia muitas pistas sobre as pessoas que colaboravam naquela empresa, conforme mostram as imagens que compõem a Figura 3:

---

Egreja, e pelo contrario se vão soltando todos os freios á impiedade afim de calcar aos pés a autoridade divina e humana, corromper os costumes, viciar e subverter toda a noção do justo e do bem, não podemos conter o Nosso jubilo vendo que da propria liberdade de escrever se tira um remedio apropriado a combater tão mortifero flagello. Com effeito, quasi que não existe hoje outro meio para destruir o veneno que universalmente se offerece aos povos em folhetos, gazetas, e estampas indecentes, do que a publicação de periodicos catholicos, os quaes, sendo facilmente manuseados por todos, manifestem as insidias, refutem os erros, insinuem nos espiritos a recta doutrina, e convertam as mentes e os corações para a Religião Catholica, em cuja dorma estão unicamente depositadas as esperanças que ainda restam de impedir a dissolução social e de restaurar a ordem. Por este motivo, como tu há alguns annos já emprehendeste aquelle trabalho, Nós te felicitamos, bem como áquelles que te prestaram auxilio para tão salutar empreza; e Nos alegamos de que já tenhas podido reconhecer aquella verdade, que desde logo havias comprehendido, de estar sim amortecida a fé entre o povo, mas não ainda extincta de todo. Clama, pois, clama sem cessar: como trombeta exalta a tua voz, revela os crimes da impiedade, patentêa os damnos a que ella dá origem, para que assim se conheça quão amargo é ter abandonado o Senhor e sacudido o seu temor, e quão absurdo é perseguir ou menosprezar aquella Religião, que tendo já erguido o genero humano da profunda abjecção em que se havia precipitado, continuou sempre a ser a autora e promotora dos progressos dessa mesma humanidade que hoje tanto se ensoberbece. Tal é o abundante fructo que anguramos dos trabalhos dos teus e dos teus companheiros, e com presagio d'elle e penhor de Nossa paternal benevolencia amorosissimamente vos outorgamos, a ti e a elles, a Benção Apostolica. Dado em Roma, junto a S. Pedro, no dia 15 de Janeiro de 1870, 24º anno do Nosso Pontificado, Pio IX, Papa.

<sup>33</sup> O programa é intitulado “*O Apostolo e a questão religiosa*” e está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cZEyWRhA-g&feature=youtu.be>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

Figura 3 - Índícios para a história de *O Apostolo* em frontispícios adotados entre 1866 e 1882

(A)

**O APOSTOLO**

<p>ASSIGNATURAS PARA A CÔRTE.</p> <p style="text-align: center;"><i>Adiantados.</i></p> <p>Por um anno . . . . . 6\$000          Por semestre . . . . . 3\$000          Por trimestre . . . . . 1\$500</p>		<p>ASSIGNATURAS PARA AS PROVINCIAS.</p> <p style="text-align: center;"><i>Adiantados.</i></p> <p>Por um anno . . . . . 7\$200          Por semestre . . . . . 3\$600          Por trimestre . . . . . 1\$800</p>
--	---	--

**PERIÓDICO RELIGIOSO, MORAL E DOCTRINARIO, CONSAGRADO AOS INTERESSES DA RELIGIÃO E DA SOCIEDADE.**

Dum lucem habetis, credite in lucem.  
S. João 12.30.

---

Publica-se aos domingos. Assigna-se na Typographia de N. L. Vianna & Filhos, rua d'Ajuda n. 79. →

Anno I. DOMINGO, 7 de Janeiro de 1866. N. 1.

(B)

ANNO II. DOMINGO 13 DE JANEIRO DE 1867. NUMERO. 2

**O APOSTOLO.**

<p>A redacção recebe qualquer artigo de interesse publico-religioso, sendo porém publicado o que estiver de accordo com o programma deste periodico.</p> <p>Para côrte e Nictherohy, por anno. . . 6\$000.</p>		<p>As communicações e reclamações, que houverem de ser feitas á redacção, recebem-se na sacristia da Igreja de S. PEDRO, onde tambem se assigna. <span style="color: red;">→</span></p> <p>Para as Provincias, por anno. . . 7\$000.</p>
--	--	--

**PERIÓDICO RELIGIOSO, MORAL E DOCTRINARIO, CONSAGRADO AOS INTERESSES DA RELIGIÃO E DA SOCIEDADE.**

**PUBLICA-SE IMPRETERIVELMENTE AOS DOMINGOS.**

Dum lucem habetis, credite in lucem.  
s. João CAP. 12. v. 30.

(C)

ANNO V Domingo 2 de Janeiro de 1870 N. 1

**O APOSTOLO**

PERIÓDICO CONSAGRADO AOS INTERESSES DA RELIGIÃO E DA SOCIEDADE

→ SOB OS AUSPICIOS DE SUA EXC. REVMA. O SR. BISPO DIOCESANO. →

As communicações e reclamações devem ser dirigidas unicamente á redacção, na typographia do APOSTOLO, rua Nova do Ouvidor n. 16.

Dum lucem habetis, credite in lucem.—(s. João CAP. 12, v. 36.)

(D)

**O APOSTOLO**

PUBLICAÇÃO DIARIA

Dum lucem habetis, credite in lucem. (S. João, cap. 12, v. 36.) Clama iliaqu, clama, ne cesses. (Certa do Pio IX á redacção do Apostolo.)

Anno X.	REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO 14-16 Rua Nova do Ouvidor 14-16 <span style="color: red;">→</span>	Rio, 3 de Janeiro de 1875	PREÇO DA ASSIGNATURA Por anno. 20\$000   Por semestre 10\$000	N. 2
---------	--	---------------------------	--	------

Fonte: (A) O APOSTOLO, ano I, n. 1, 07 Jan. 1866; (B) O APOSTOLO, ano II, n. 2, 13 Jan. 1867; (C) O APOSTOLO, ano V, n. 1, 02 Jan. 1870; (D) O APOSTOLO, ano X, n. 2, 03 Jan. 1875. Disponíveis na HDB.

Entre os dezesseis anos compreendidos pela pesquisa aqui desenvolvida, *O Apostolo*

passou por inúmeras reformulações em sua aparência. Para além da diversidade de tipos utilizados pela Typographia do Apostolo, que assumiu o fabrico do Jornal já em fins de 1866, tanto no que diz respeito ao tamanho quanto ao formato, a sequência de imagens que compõem a Figura 3 apresenta, por um lado, as poucas informações e pistas acerca da propriedade e funcionamento não só da Typographia, mas do Jornal que é objeto e fonte desta Dissertação e, por outro, alimenta silêncios que se tornam sua marca no cenário jornalístico brasileiro do século XIX<sup>34</sup>. Os endereços das tipografias (Figura 3 A, C e D), o registro da sacristia de uma igreja como endereço da redação (Figura 3 B), a associação declarada ao bispo do Rio de Janeiro e a posterior supressão da mesma informação e também da divisa do Jornal (Figura 3 C e D) permitiram uma incursão inicial, mesmo que fragmentada, na trajetória do periódico católico.

A ausência de nomes ligados à propriedade e produção do Jornal em seu frontispício, a omissão de assinaturas e nada além de iniciais gravadas ao fim de alguns artigos levaram-me a, conforme aponta Le Goff (1990, p. 110), “questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar [...] sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história”. O autor chama-nos a atenção para o fato de que os esquecimentos, ou seja, as lacunas, assim como as recordações, são resultados de “manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória” (Ibid., p. 427). Disso, pode-se inferir que talvez houvesse por parte do proprietário de *O Apostolo* uma tentativa de manipular a percepção de seus leitores acerca da representatividade do Jornal junto à sociedade imperial brasileira, associando-o não a um nome ou a um grupo de intelectuais, mas à autoridade da Igreja Apostólica Romana, tomada como a única detentora da verdade pelos católicos.

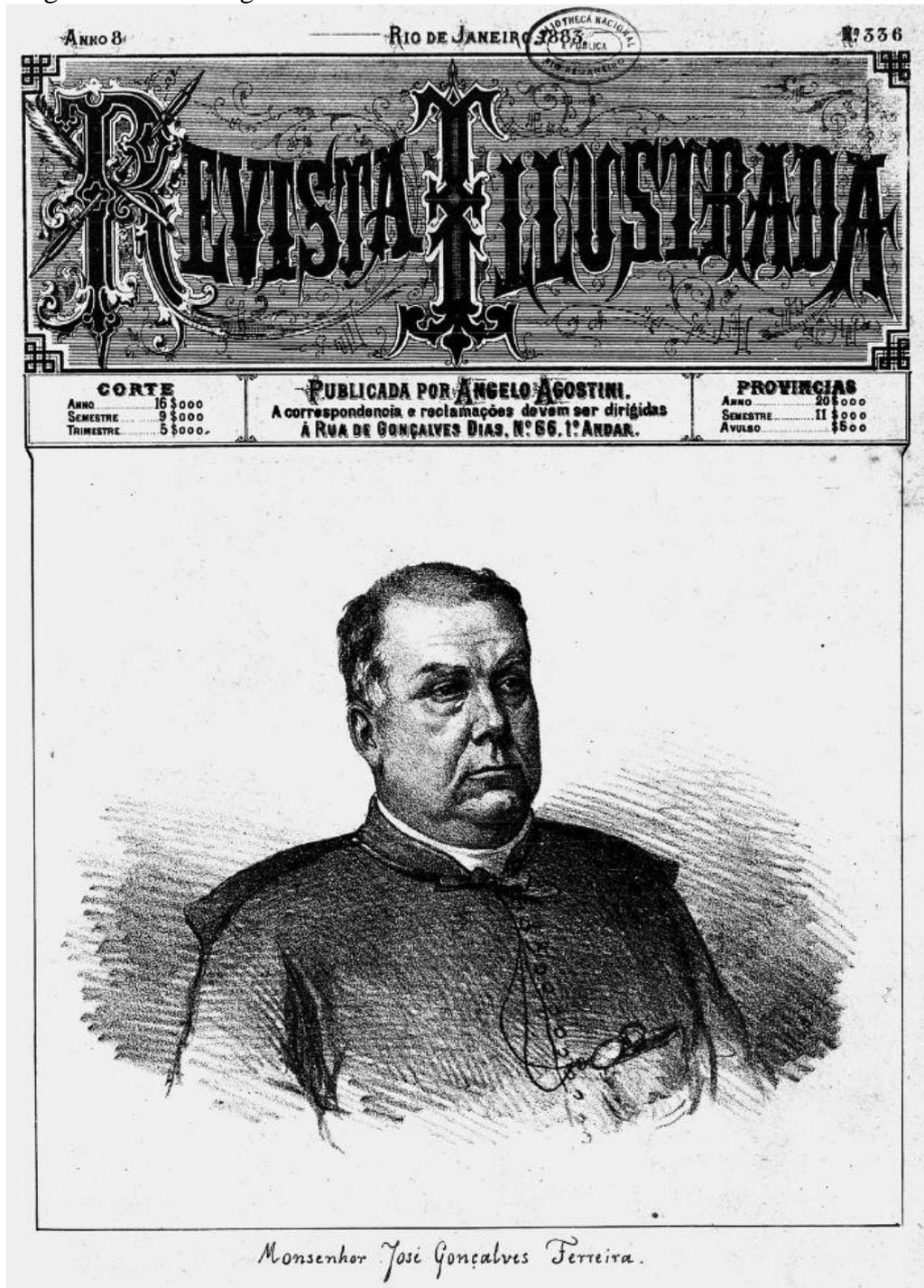
Ao tempo em que lia as publicações para a catalogação e a sistematização das fontes para este estudo, empreendi uma busca por detalhes da vida do monsenhor Ferreira na biblioteca do Seminário São José, de onde foi reitor na década de 1860; nos arquivos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, casa de guarda de vasta documentação procedente da Arquidiocese do Rio de Janeiro, do referido seminário e das igrejas católicas da cidade; e na Igreja de São Pedro, sede da irmandade da qual fazia parte o sacerdote e da redação do Jornal. Nada foi encontrado. Em meio a essa “realidade opaca”, parti em busca de “zonas privilegiadas – sinas, indícios – que [permitissem] decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Sendo assim, decidi voltar os olhos novamente aos periódicos. Por meio do verbete “José

---

<sup>34</sup> Os elementos da materialidade do jornal católico *O Apostolo* são o fio condutor do texto desenvolvido no Capítulo 2 desta dissertação.

Gonçalves Ferreira” e variantes, procurava qualquer informação que me permitisse esboçar, ao menos, algo sobre sua vida. Foi assim que cheguei ao documento reproduzido na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Homenagem ao monsenhor Ferreira



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA, ano VIII, n. 336, 21 Mar. 1883. Disponível na HDB.

Foi nessa imagem que, pela primeira vez, pude ver o rosto por trás do objeto desta pesquisa, o sujeito que personificou *O Apostolo* mesmo quando não estava mais à frente dele.

Foi essa imagem que me permitiu o reconhecimento do Jornal representado nas charges em forma de um caricato sacerdote – sempre o mais corpulento ou em forma de porco com o nome do periódico marcado no couro, usando óculos e/ou batina<sup>35</sup>.

A partir, então, do que mostra a Figura 4, principiei a iluminar alguns aspectos da vida e do trabalho de monsenhor Ferreira. A edição n. 336 da *Revista Illustrada*<sup>36</sup>, cuja capa trazia a imagem do sacerdote, era a homenagem póstuma a quem, nas palavras impressas no mesmo semanário, “mostrou sempre fé inquebrantável e nunca desmedida dedicação” (REVISTA ILLUSTRADA, ano VIII, n. 336, 21 Mar. 1883, p. 3) na luta em defesa da religião. De acordo com o periódico em questão, era um bom soldado que caía. Porém, havia outras opiniões sobre a vida e obra do monsenhor. *O Mequetrefe*<sup>37</sup>, periódico que esta pesquisa constata ter sido mais “ácido” e radical que o primeiro em relação à marca institucional do catolicismo sobre a política e a sociedade, divergia da *Revista*. Na edição n. 307, a nota assinada por um “K. Pina” lamentava ter o sacerdote dedicado a vida a lutar por “um princípio sem consistência, odioso, desprezado e, no fim, não encontrar como recompensa dos seus semelhantes, senão o esquecimento e a mais completa indiferença! [...] nenhuma obra foi mais estéril, mais ingloria, mais inútil” (O MEQUETREFE, ano IX, n. 305, p. 7), concluindo que, com sua morte, morria também a imprensa católica.

A tese de *O Mequetrefe* não passava de um recurso jornalístico, como a própria história do periódico *O Apostolo* comprovava. Isso porque ele vinha sobrevivendo às ausências de seu diretor desde fins da década de 1870, momento em que a saúde de monsenhor Ferreira se debilitara e, com alguma frequência, forçava seu afastamento da

<sup>35</sup> Essas charges são fontes para o desenvolvimento do Capítulo 2 desta Dissertação.

<sup>36</sup> Segundo verbete produzido por Carla Silva do Nascimento para o site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a *Revista Illustrada*, “folha literária, artística e política, foi criada em 1876, no Rio de Janeiro, por Angelo Agostini (1843-1910), e deixou de circular no ano de 1898. Até o ano de 1885, a maioria dos editoriais da revista foi assinada por José Ribeiro Dantas Júnior, sob os pseudônimos “A. Gil” e “Júnior”. No início da publicação, o próprio Agostini chegou a assinar alguns textos com os pseudônimos “A.A” e “X”. A partir de 1885, Luís de Andrade começou a assinar a maioria dos editoriais da Revista, sob o pseudônimo de “Júlio Verim”, passando, em janeiro de 1887, a publicar regularmente artigos assinados. Em 1888, Agostini deixou a Revista, sendo substituído por Pereira Neto. Durante o período em que Agostini comandou a folha, era comum a contribuição de artistas que não tinham vínculo com a Revista Ilustrada, como Eduardo de Martino, Augusto Off, George Manders e Antônio Parreiras, que se tornaria, na década de 1920, um dos mais populares pintores do país. Também colaboraram com a folha figuras expressivas do meio literário, como Coelho Neto, Osório Duque Estrada, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, Raimundo Correia, Silva Ramos, Valentim Magalhães e Emílio de Meneses. Durante toda a atuação de Agostini no comando da Revista Ilustrada, a política foi, sem dúvida, setor de destaque. Entretanto, a Revista nunca atuou como porta-voz de qualquer partido ou organização política”. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20ILUSTRADA.pdf> > Acesso em: 24 Ago. 2018.

<sup>37</sup> *O Mequetrefe* (1875-1893) surgiu, segundo Cardoso (2011), a partir da fragmentação do grupo que compunha a rede de Angelo Agostini, fundador da *Revista Illustrada* (1876-1898) e outra, tornando-se concorrente desta revista, contando com equipe de redação estelar, que chegou a incluir Olavo Bilac e Arthur Azevedo.

redação. Além disso, nem mesmo a dissolução da tipografia, em 1882, significou o fim do Jornal, o qual foi mantido em circulação com todas as suas características, tendo à frente Florentino José Pedro Montenegro<sup>38</sup>.

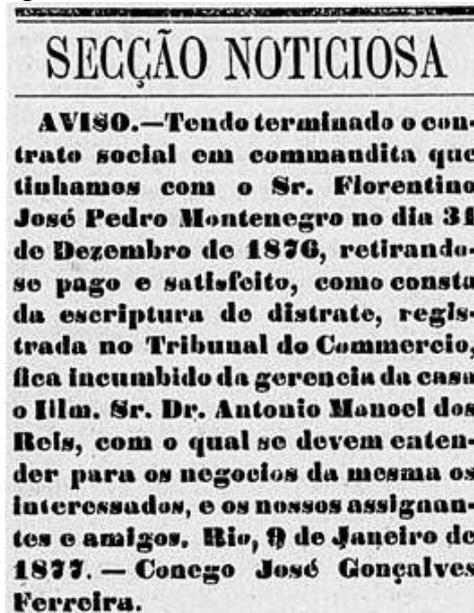
Ainda que enfrentando tais circunstâncias, o monsenhor mantinha importante representatividade na imprensa local. Quando era de conhecimento público que *O Apostolo* já não lhe pertencia, e que nele tinha “participação diminuta”, a imprensa ainda encarava sua morte como a morte também do Jornal católico e até da imprensa católica. Por isso, Montenegro, o proprietário do Jornal desde 1882, publicou uma declaração assegurando a continuidade da folha mesmo após o falecimento do monsenhor, em vistas das dúvidas levantadas na imprensa periódica da época: “Declaração – Com o falecimento de Monsenhor José Gonçalves Ferreira diversas pessoas têm posto em duvida a continuação da publicação do *Apostolo*; declaro que elle continuará a ser publicado como até agora tem sido e foi durante a enfermidade do mesmo Monsenhor” (O APOSTOLO, ano XVIII, n. 33, 25 Mar. 1883. Secção Noticiosa, p. 1).

Monsenhor Ferreira teve falência decretada no ano de 1882. A Justiça determinou o leilão de seus bens, incluindo aí a Typographia do Apostolo. Foi Montenegro quem arrematou todo o maquinário da oficina e, em seguida, recebeu, por doação, o jornal *O Apostolo*. Ao assumir a produção do famoso periódico católico, seu novo proprietário comprometeu-se a manter suas características. A doação efetuada pelo antigo proprietário demonstra a relação de amizade e confiança mantida entre as partes, mesmo após o fim da sociedade que firmaram anos antes, conforme indica o aviso veiculado em 1877 (Figura 5):

---

<sup>38</sup> Proprietário da Typographia Montenegro. Tal tipografia iniciou seu funcionamento em 1876, na rua São José, n. 9, onde permaneceu até 1883, quando foi transferida para o último endereço da Typographia do Apostolo, a rua Nova do Ouvidor, n. 16. Em 1893, Florentino Montenegro, Viriato Montenegro e Luciano Montenegro Júnior, inauguraram a Imprensa Montenegro, na rua Sete de Setembro, n. 54, mantendo a Typographia na rua Nova do Ouvidor, mas nos números 12 e 14. As duas tipografias funcionaram até o ano de 1898 (BERGER, 1984, p. 165).

Figura 5 - *O Apostolo* sob nova gerência



Fonte: O APOSTOLO, ano XII, n. 3, 10 Jan. 1877. Aviso, Secção Noticiosa, p. 3<sup>39</sup>. Disponível na HDB.

O contrato social em comandita<sup>40</sup> estava definido no Art. 311 do Código Comercial de 1850, como um contrato em que

[...] duas ou mais pessoas, sendo ao menos uma comerciante, se associam para fim comercial, obrigando-se uns como sócios solidariamente responsáveis, sendo outros simples prestadores de capitais, com a condição de não serem obrigados além dos fundos que forem declarados no contrato, esta associação tem a natureza de sociedade em comandita (BRASIL, 1850).

Sendo um acordo tratado entre duas partes, uma como proprietário do comércio e a outra como financiadora, em que o monsenhor Ferreira claramente está na posição de proprietário do negócio, pode-se concluir que Montenegro, até 1876, e Antonio Manoel dos Reis, a partir de 1877, eram simples prestadores de capitais. Contudo, quando se analisa o período em que Reis atuou juntamente ao monsenhor na administração da Folha, fica claro que ele foi mais do que um gerente. Sua atuação na redação do Jornal foi marcada pela publicação de textos com uma retórica mais clara e objetiva, características que acabaram por

<sup>39</sup> Transcrição: Secção Noticiosa – Aviso. – Tendo terminado o contrato social em commandita que tinhamos com o Sr. Florentino José Pedro Montenegro no dia 31 de Dezembro de 1876, retirando-se pago e satisfeito, como consta da escriptura de distrate, registrada no Tribunal do Commercio, fica incumbido da gerencia da casa o Illm. Sr. Dr. Antonio Manoel dos Reis, com o qual se devem entender para os negocios da mesma os interessados, e os nossos assignantes e amigos. Rio, 9 de Janeiro de 1877. – Conego José Gonçalves Ferreira.

<sup>40</sup> A legislação que regia este tipo de contrato estava inscrita no Código Comercial Brasileiro, Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 Jan 2018.

gerar insustentável divergência entre ele e o proprietário de *O Apostolo*, levando Reis a deixar a sociedade antes do prazo previsto e aprofundando a crise econômica experimentada pela Typographia do Apostolo. Mais adiante, retomarei essa questão tão importante para a trajetória do periódico católico em pauta.

Um ano após ter seus bens leiloados, monsenhor Ferreira faleceu. O editorial publicado em *O Apostolo* para anunciar a morte de seu antigo proprietário contribuiu com importantes informações sobre sua trajetória. Além de afirmar que nos últimos três anos os redatores da folha haviam sido seus ex-alunos no Seminário São José<sup>41</sup>, apontando para aquela instituição como um núcleo formador do clero, e talvez do laicato, ultramontano no Rio de Janeiro, a seção transcreveu alguns obituários que traziam muitos dados, ainda que alguns bastante confusos, acerca da origem e das atividades exercidas pelo religioso ao longo de sua vida.

A *Gazeta da Tarde* informou que monsenhor Ferreira havia sido cônego da Capela Imperial, ex-reitor do Seminário São José, cônego honorário da catedral de São José, em São Pedro do Rio Grande do Sul, Protonotário Apostólico, Promotor do bispado, vigário interino da diocese do Rio de Janeiro e ex-religioso do mosteiro de São Bento<sup>42</sup>. Chamava atenção para o fato de ter perdido todo o seu dinheiro tentando manter o Jornal durante dezesseis anos. E concluiu afirmando que o enterro seria no cemitério São Pedro, contudo, a pesquisa apontou o equívoco dessa informação. Na verdade, o corpo foi velado na Igreja de São Pedro e depois levado para o cemitério de São Francisco, no bairro do Caju, para sepultamento no adro da Ordem de São Pedro.

O *Jornal do Commercio* trouxe-nos informações complementares. A causa da morte teria sido embolia cerebral, e o adro a que se referiu a *Gazeta da Tarde* pertencia à Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro. O monsenhor nasceu a 5 de agosto de 1826, no Rio Grande do Sul, e faleceu, portanto, antes de completar 57 anos de idade. Foi da Ordem Beneditina até 1850, quando se secularizou. Foi também cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador do Santo Sepulcro.

A *Folha Nova* afirmava que o falecido havia se retirado das lutas da imprensa ao passar a propriedade de *O Apostolo*, “tomando parte diminuta”, a partir de então, em sua redação.

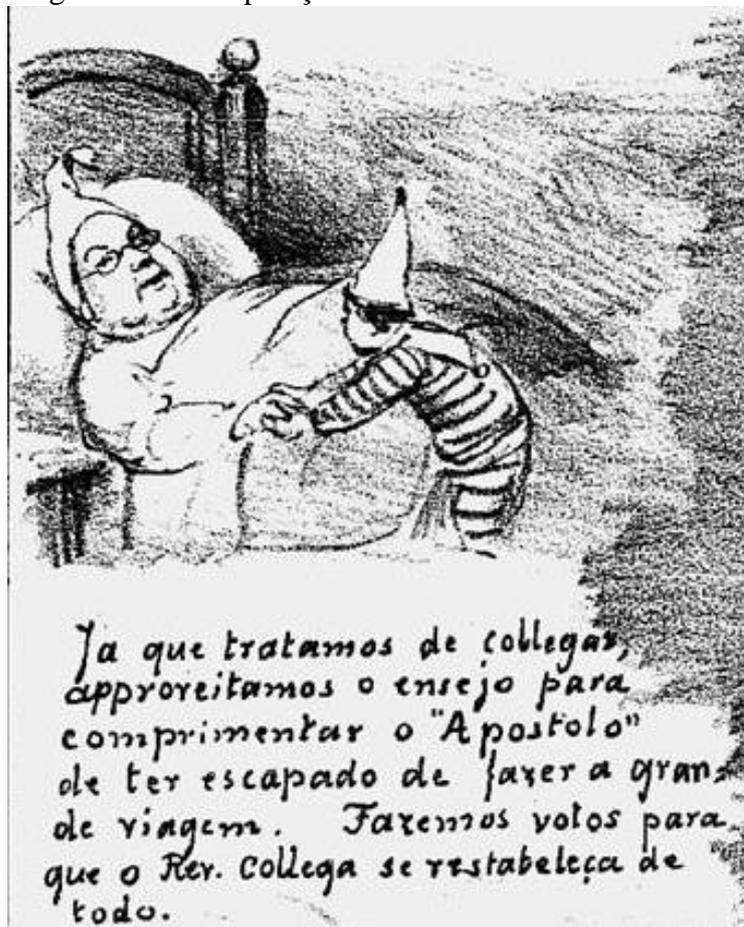
O *Globo* (20 Mar. 1883, n. 489, p. 2) afirmou que ele era defensor do “neo-

<sup>41</sup> Segundo Pinheiro (2011), eram eles os padres João Scaligero Augusto Maravalho e João Fernando Santiago Esberard.

<sup>42</sup> No *Almanak Popular do Rio de Janeiro*, de 1879, ed. 2, p. 67, no verbete “Seminário de São José”, o monsenhor Ferreira estava indicado também como administrador do patrimônio do seminário.

catholicismo” no Brasil. E colocou como marco inicial do adoecimento do monsenhor o ano de 1878, após o supramencionado conflito com Reis, o antigo gerente da Typographia do Apostolo. Encontra-se sustentação para essa colocação nos diversos jornais da época, onde foram noticiados procedimentos cirúrgicos pelos quais o monsenhor passou em 1878 e 1879<sup>43</sup>, para a retirada de uma ulceração causada na pele das costas por antraz, seguidos de um derrame, no fim de 1882, e a piora que o levou à morte em 1883. Esse processo foi acompanhado de perto pela imprensa da época e pode ser exemplificado pela publicação retratada na Figura 6:

Figura 6 - A recuperação retratada na *Revista Illustrada*



REVISTA ILLUSTRADA, 1882, n. 325, p. 8<sup>44</sup>. Disponível na HDB.

Em meio às buscas por maiores detalhes sobre a crise que culminou na suspensão do Jornal em 1878, deparei-me com o editorial de 19 de junho sobre o falecimento de D. Lina de

<sup>43</sup> Nessa fase, o monsenhor Ferreira se dedicou somente ao sacerdócio, rezando missas na paróquia Nossa Senhora das Dores, localizada entre as ruas da Fonte e Formosa, atuais ruas Presidente Pedreira e Dr. Pereira Nunes, na Praia da Flechas, Ingá, Niterói.

<sup>44</sup> Transcrição: Já que tratamos de colegas, aproveitamos o ensejo para complimentar o “Apostolo” de ter escapado de fazer a grande viagem. Fazemos votos para que o Rev. Collega se restabeleça de todo.

Jesus da Silveira, mãe do monsenhor Ferreira, em 17 do mesmo mês e ano. Natural do Rio Grande do Sul, era viúva de José Gonçalves Ferreira, com quem teve mais filhos. Morreu aos 81 anos. Residia na rua Cruzeiro, em Icaraí, Niterói. Esse editorial foi o ponto de partida para a pesquisa sobre a origem familiar do monsenhor.

No periódico *A Nação*<sup>45</sup>, seção “Anúncios”, encontra-se a seguinte nota:

D. Lina de Jesus da Silveira Ferreira, o padre José Gonçalves Ferreira, Joaquim José Gonçalves Ferreira, a condessa de S. Mamede (ausente), D. Maria do Carmo Ferreira Louzada e João Ribeiro Louzada, convidam a seus parentes e amigos para assistirem á missa que mandam celebrar, segunda-feira 24, ás 8 ½ horas da manhã, na Igreja de S. Francisco de Paula, por alma de seu filho, irmão e cunhado, Manoel José Gonçalves Ferreira, falecido na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, no dia 6 corrente (A NAÇÃO, n. 46, 22 Mar. 1874. Anúncios, p. 4).

O único membro da família cuja busca forneceu resultados satisfatórios foi a condessa de São Mamede, irmã do monsenhor Ferreira. Seu nome era Joana Maria Ferreira da Silveira, e naquele ano vivia numa ampla chácara situada no bairro do Cosme Velho, na altura do atual n. 44 da rua que leva o mesmo nome do bairro. A propriedade havia sido herdada de seu primo e marido, o primeiro conde de São Mamede, Rodrigo Pereira Felício, um dos fundadores do *Brazilian and Portuguese Bank Limited* (1863), depois chamado *English Bank of Rio de Janeiro Limited* (1866), cuja riqueza era oriunda dos bens deixados por seu tio, o visconde de Guaratiba, um grande traficante de escravos conhecido por seus trabalhos filantrópicos. O conde faleceu no ano de 1872 e, em 1876, a condessa casou-se com Miguel Joaquim Xavier de Novais, cunhado de Machado de Assis, tendo vivido no Rio de Janeiro até cerca de 1893, retirando-se para Lisboa, onde faleceu em 18 de março de 1897.

Alguns indícios encontrados em almanaques da época apontam para Manoel José Gonçalves Ferreira como grande proprietário de terras no sul do país e para Joaquim José Gonçalves Ferreira como um capitalista com investimentos em Portugal, onde teria fundado uma famosa farmácia em Lisboa. Mas, conforme afirmei, são apenas indícios. Faltaram-me elementos para comprovar que esses nomes são de fato dos irmãos do monsenhor.

Sem informações sobre a trajetória de formação sacerdotal do monsenhor Gonçalves, além de ter sido monge beneditino, sua atuação no Seminário São José como reitor ou professor emerge como o elo que conecta o grupo intelectual representado pelo jornal *O Apostolo*. Tal grupo, identificado no número inaugural, de 1866, apenas como de sacerdotes, mostrou-se mais diverso em 1874, auge da Questão Religiosa e ano em que a redação do Jornal deu-se a ver pela listagem nominal de seus colaboradores diretos, fosse na escritura da

<sup>45</sup> Periódico fluminense pertencente ao Partido Liberal. Circulou entre 1872 e 1876.

folha, fosse no apoio e sustento financeiro, publicada em edição de 19 de junho daquele ano.

Essa listagem nominal apareceu numa seção interna do Jornal, onde estava transcrita uma carta de apoio ao bispo de Olinda, preso por desrespeitar uma ordem do governo. Na verdade, os autores da carta apresentavam-se como membros da Associação Catholica Fluminense<sup>46</sup>, fundada na redação do jornal *O Apostolo* e responsável, dentre outras coisas, por nomear uma comissão de redatores para atuar no periódico durante a Questão Religiosa e por contribuir financeiramente para a sua produção e circulação<sup>47</sup>.

Evidenciam-se na liderança desse grupo nomes de destaque na política imperial e, dentre eles, o nome daquele que marcou o apogeu e declínio de *O Apostolo*: Antonio Manoel dos Reis. Nas edições de n. 79 e 80, ambas de julho de 1874, Reis esteve listado na equipe que passou a redigir o Jornal no período de ampliação de periodicidade. Junto a ele, estiveram o redator-chefe, monsenhor Ferreira, e o padre João Esberard, o Dr. Antonio Secioso Moreira de Sá e Paulo Faria.

Dos três últimos nomes, Paulo Faria se faz uma incógnita. Não há dados biográficos disponíveis sobre ele. Acerca de Antonio Secioso Moreira de Sá, sabe-se que foi advogado reconhecido e um dos fundadores da Conferência São José, em 1872, instalada no Seminário São José. Tal Conferência marca o início das atividades da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) no Brasil<sup>48</sup>. João Esberard é o mais conhecido dentre eles, pois chegou ao cargo de Arcebispo do Rio de Janeiro em 1893.

De acordo com informações constantes do perfil de D. João Esberard no site do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e em nota obituária publicada em *O Apostolo*, seu

---

<sup>46</sup> Seus membros eram o presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, os vice-presidentes Jeronymo Martiniano Figueira de Mello e Cândido Mendes de Almeida, os secretários Dr. Antonio Ferreira Vianna e Dr. Antonio Manoel Reis e os demais, Dr. Pedro Autran da Matta e Albuquerque, Francisco de Paula Borges, João Pedreira do Couto Ferraz, João José Monte Junior, Manoel Pontes Camara, Ignacio da Cunha Galvão, José Rodrigues de Azevedo Pinheiro, Antonio José de Mello, Joaquim de Souza Reis, Dr. Francisco de Menezes Dias da Cruz, Dr. Fernando Francisco da Costa Ferraz e Firmino Rodrigues Silva.

<sup>47</sup> A Associação Catholica Fluminense, que passou a ser assunto constante nas publicações de 1873, teve seu estatuto criado em outubro de 1872, mas não foi aprovado pelo governo, de acordo com o editorial, por culpa do sr. Visconde de Souza Franco, Conselheiro de Estado, senador do Império e mestre maçônico (*O APOSTOLO*, ano VIII, n. 50, 23 Nov. 1873). Com sua extinção, em março de 1875, o dinheiro do caixa foi destinado a *O Apostolo*. As reuniões ocorriam ora na sede da redação de *O Apostolo*, ora na Escola São José. Tal escola foi um dos palácios escolares construídos na década de 1870 e mantidos pela câmara municipal. O prédio ficava no Largo da Ajuda, atual praça Marechal Floriano, mais conhecida como Cinelândia. Em seu lugar foi construído o Palácio Pedro Ernesto, Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

<sup>48</sup> Segundo Pinto (2015, p. 1), “a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização e um movimento católico internacional de leigos, fundada em 1833 em Paris por Antônio Frederico Ozanam (1813-1853) e um grupo de amigos universitários. Seus membros confrades se denominam vicentinos, em referência ao padroeiro da confraria, São Vicente de Paulo. Organizada sob forma de Federação Internacional, é acreditada junto à Santa Sé e à ONU como instituição que se dedica ao serviço voluntário de promoção humana e assistência social através de seus membros colaboradores (vicentinos e vicentinas). A data oficial da implantação da SSVP no Brasil é 16/11/1872, data da agregação da Conferência São José do Rio de Janeiro ao Conselho Geral, em Paris”.

nome completo era João Fernando Tiago Esberard, filho de pai suíço e mãe espanhola, nascido no ano de 1843, em Barcelona. Segundo as fontes, sua família veio para o Rio de Janeiro quando ainda era criança, estabelecendo-se em Campos dos Goytacazes. Aos 21 anos, matriculou-se no Seminário Episcopal de S. José, onde, mais tarde, lecionou diversas disciplinas. Em 1869 foi ordenado sacerdote por D. Lacerda, bispo da diocese do Rio de Janeiro. Assumiu o bispado de Olinda em 1892 e, com a elevação do Bispado da Capital Federal para Arcebispado, em 1893, assumiu sua direção. Desde 1891 fazia parte do IHGB.

Ao longo de sua trajetória sacerdotal, D. João Esberard publicou alguns livros<sup>49</sup> e colaborou nos periódicos de viés católico *O Apostolo*, durante a Questão Religiosa, e *Nova Era*, fundando, anos mais tarde, o periódico político-religioso *Brasil*.

Esses três colaboradores deixaram a redação em dezembro de 1874, conforme publicou *O Mosquito*<sup>50</sup>:

E que me dizem á retirada dos tres illustres collaboradores do *Apostolo*? Logo tres, de pancada! E que tres!!! O fogado Pº Esberard, o terrivel Dr. Secioso da Liberdade e da vitella maravilhosa, e o importante luzeiro Paulo de [sic] Faria, que fornecia artigos para a folha e molhados para a dispensa.  
Que homens, bom Deus, que campeões da infallibilidade, da mansidão evangelica e dos queijos do paquete!  
Como o *Apostolo* deve estar de orelheira murcha! Perder aquelles tres esgrimadores de anathemas, elle, o jornal catholico já abandonado pelo nosso amado bispo diocesano, já excommungado por Carolino, o temeroso iconoclasta das nossas celebridades medicas!  
Pobre *Apostolo*! Sem querer injuriar o leão velho da fabula, tambem tens levado cada... pontapé na alma n'estes ultimos tempos! (*O MOSQUITO*, n. 273, 05 Dez. 1874, p. 7).

Para além da referência irônica à ferocidade com que o Jornal defendia seus argumentos, a nota de *O Mosquito* sugeria o enfraquecimento de *O Apostolo* pela saída de figuras importantes para a legitimidade do trabalho nele desenvolvido. Os motivos da saída daqueles colaboradores não estão explicitados nas fontes consultadas, mas há indícios que apontam divergências acerca da flexibilidade dos níveis de adesão às concepções que

<sup>49</sup> Publicou: *As Delícias da Piedade: tratado sobre o culto da Santíssima Virgem, seguido de conferência sobre o culto dos Santos pelo padre Ventura de Raulita* (tradução do francês), em 1867, pela Typographia do Apostolo; *A Igreja Católica e o Sr. Bispo Diocesano e o Maçonismo*, em 1872; *Questão "Ite, missa est"*, em 1884; *Criação de uma Faculdade de Ciências Religiosas: sua organização e plano de estudo*, em 1884; *A obra da Santa Infância no Brasil: relatórios (1886/87)*, em 1887; *A Rosa de Ouro*, em 1888; *Da Igreja e de Sua Divina Missão: carta pastoral*, em 1891; e *Do Chefe da Igreja e sua ação social: carta pastoral*, em 1894. (D. JOÃO Esberard. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/joaoesberard.html>>. Acesso em: 24 Ago. 2018).

<sup>50</sup> *O Mosquito* (1869-1877) foi um projeto paralelo à *Vida Fluminense* (1868-1876) e a *O Figaro* (1876) empreendido por Angelo Agostini, Candido Aragonez de Faria e Pinheiro Guimarães, aos quais se juntou Bortaldo Pinheiro. Com linha editorial mais mundana, remetia a temáticas mais picantes, "coquete", como diziam seus redatores (CARDOSO, 2011).

orientavam a ação católica ultramontana. O mesmo teria acontecido, anos mais tarde, no episódio que marcou a quebra do acordo comercial entre monsenhor Ferreira e Reis.

Reis, portanto, passou a fazer parte da redação de *O Apostolo* em 1874 e permaneceu atuando ali até setembro de 1878. Além de publicar muitos artigos sob a rubrica “R.”, deixou também sua marca em todos os editoriais por cerca de trinta dias, entre os meses de agosto e setembro de 1878, período em que o monsenhor esteve afastado após passar por uma cirurgia. Inclusive, essa foi a única vez dentro do período estudado nesta pesquisa que houve identificação de autoria nos editoriais de *O Apostolo*, quebrando uma tradição que consistia em marca do Jornal. Apesar de àquela altura os nomes dos envolvidos na elaboração do periódico católico ser do conhecimento dos leitores, pois apareciam em algumas cartas e documentos publicados ali, os editoriais seguiam sem qualquer indicação para a identificação de autoria. Havia a manutenção do anonimato, que, conforme apontei anteriormente, imprimia a ideia não só de adesão, mas de unidade da Igreja Católica.

Com um estilo textual mais objetivo, Reis abordou temáticas sensíveis ao Jornal, sem censuras. Descreveu situações, efetuou denúncias, nomeou os “inimigos”, firmou posição em favor do catolicismo ultramontano, chamado por ele de reformador, distinguindo-se veementemente da imprensa e dos sacerdotes “infiéis”. Ao mostrar a cisão da Igreja entre “infiéis” e “reformadores”, Reis tomava um posicionamento bastante diferente daquele em vigor na redação enquanto monsenhor Ferreira esteve atuante de fato. Em meio aos treze editoriais que assinou, um deles merece destaque pela maneira como abordou aspectos da representação de educação ultramontana: *O dia 7 de setembro*, publicado no dia 06 de setembro de 1878.

Antes de abordar o editorial supracitado, é interessante notar uma característica comum aos redatores de *O Apostolo*: dedicar longos comentários acerca da educação religiosa e da emergência de sua aplicação ao povo, principalmente quando o tema central do texto é a situação política do país. Tal constatação leva-me à conclusão de que a finalidade da matéria era legitimar a educação religiosa de viés católico, e a temática, que parece ser central, tornava-se apenas um recurso argumentativo para ratificar a opinião do Jornal, como foi o caso de *O dia 7 de setembro*.

Naquele editorial, Reis fez uma análise sobre avanços e retrocessos que marcaram o Brasil, numa comparação entre o momento em que vivia e o período colonial. Segundo ele, desde a Independência, em 1822, “muito [tinha-se feito] na ordem material; quase nada na ordem moral” (O APOSTOLO, ano XIII, n. 101, 06 Set. 1878, p. 1). As obras de modernização do país ganharam destaque, “mas no que respeita ao moral, no que se relaciona

com o espirito, no que concerne ao eu social, religioso e político, o que se há feito? Quasi nada” (Ibid, p. 01, grifo do autor). Após criticar a prática do patronato e do nepotismo no governo e a desmoralização dos tribunais, por servirem aos interesses dos governos, voltou as atenções à instrução e educação:

A instrucção publica é toda nominal. Há este ou aquelle professor habil, zeloso e digno do lugar que occupa. Mas em geral não pôde ser maior o relaxamento em que cahiu este ramo do serviço publico. Os relatorios se succedem com elogios bombasticos, mas tudo são apparencias, e a realidade consta de algarismos que para nossa vergonha são reproduzidos no estrangeiro.

O Imperial Collegio de Pedro II, sempre reformado para peor, é uma verdadeira sinecura. Hoje, principalmente, melhor fora extinguil-o, do que sustental-o no pé em que vae. Alli nada se aprende, não porque o professor seja inhabil, mas porque é impossivel adiantar um passo com a pessima reforma do regulamento que há pouco começou a vigorar. Como já dissemos, é uma caza de detenção em que os pobres meninos purgam os seus peccados por longos sette annos (O APOSTOLO, ano XIII, n. 101, 06 Set. 1878, p. 1).

Merece destaque a representação de instrução pública que se coloca nos dois parágrafos acima. Reis afirmou que o referido “ramo do serviço público” não passava de uma fraude, com dados não confiáveis e servindo apenas para onerar os cofres públicos, portanto, dispensável. Essa é uma considerável divergência do autor em relação ao discurso hegemônico do Jornal.

Mesmo nas críticas mais contundentes aos “professores ímpios” que ocupavam as cadeiras no sistema de instrução pública ou às reformas educacionais que promoviam a secularização, os editoriais sobre educação católica tendiam a ver a instrução pública como campo a ser reconquistado, nunca dispensado, chamando, aliás, o governo à responsabilidade de promover o catolicismo. Tem-se, como exemplo, o seguinte editorial:

Pelo decreto n. 4.468 do 1º de fevereiro findo [1870], publicou-se a reforma, tão esperada, do Imperial Collegio de Pedro II: acostumados desde muito á pouca efficacia das reformas de estudos, por que tem passado o estabelecimento normal de instrucção secundaria do Imperio, pouca attenção lhe demos.

Mas prevenidos pela opposição que recebeu, resolvemo-nos a estuda-la em suas partes mais importantes. [...]

Entendeu-se por muito tempo naquelle collegio que o ensino da religião bem pouco merecia, quando se carregava a intelligencia do estudante com tanta variedade de materias, ainda que mal estudadas fossem.

Era e é este um defeito, que por muito tempo ha de obstar a que tenhamos um systema completo de instrucção.

Si da pouca attenção que sempre se deu ao ensino religioso, passamos a procurar o character dominante da instrucção publica no Brazil, o quadro mais desanimador se apresentará aos olhos de todos. É para lamentar que na instrucção publica de uma nação catholica, como é a nossa, o que menos predomina seja o character catholico, quando tudo devêra convergir ahi.

Não é preciso muito trabalho para conhecer-se a falta que apontamos; basta examinar os compendios, que quasi todos mais ou menos são ou racionalistas ou muito visinhos disso.

Em philosophia e em historia a prova é evidente; e este mal não foi remediado pela

reforma do Imperial Collegio, pois lá está no programma para compendio de historia da idade media e moderna o Bacharelado, quando muito preferivel e superior em doutrina e verdade historica é o compendio de historia universal de Chantrel, onde talvez muitos professores iriam encontrar novidades na apreciação dos factos, acostumados como estão todos com os compendios da escola racionalista, e sempre viciados.

Mas si persiste em parte o mal, um bem trouxe a reforma, e foi dar maior desenvolvimento ao ensino da religião, tornando-o obrigatorio e sujeito a exame.

Quando outro beneficio não tivesse a reforma, este era por si de summa importancia; não faz theologos, mas é evidente que o ensino serio e consciencioso do cathecismo produzirá menos impios e espancará a ignorancia, em que estão sobre os fundamentos da religião de Jesus-Christo, tantos que por ahi andam cheios de falsas theorias, que os levam até á blasphemia.

Honra pois o Sr. ministro do Imperio por ter comprehendido que um collegio não póde ser catholico sem que seu ensino ahi predomine.

A justa apreciação dos actos da autoridade está acima de tudo: e nós que temos censurado alguns dos actos de S. Ex., incorreriamos altamente em criminosa parcialidade, si deixassemos de apreciar devidamente nesta occasião um trabalho, que honra tanto ao Sr. ministro do Imperio.

Um ministro houve que comprehendeu tambem a conveniencia do ensino obrigatorio da religião no Collegio de Pedro II, e folgamos declinar aqui seu nome.

O Sr. Marquez de Olinda no seu ministerio de 1857 estabeleceu o ensino obrigatorio do cathecismo, que depois foi dispensado pelo Sr. Barão das Tres-Barras, quando ministro do Imperio.

A presente reforma porém restabelecendo o ensino obrigatorio do cathecismo, ainda que no limitado espaço de um anno, satisfez á uma das maiores lacunas, que havia no programma de estudos do Imperial Collegio de Pedro II, deu um passo de real e verdadeiro progresso, e abriu caminho para o desenvolvimento da moral e da Religião na educação da mocidade que frequenta aquelle estabelecimento.

Transborda em nosso coração o regosijo ao escrevermos estas linhas por tal modo, que não podemos passar em silencio as medidas que devem realizar tão importante pensamento.

Além do ensino do cathecismo e historia sagrada, que é dado tanto no internato, como no externato tres vezes na semana; o capellão deve explicar o Evangelho do dia aos alumnos, que são obrigados a assistir á elle: nos domingos e dias santificados celebrará o capellão no internato e nas quintas-feiras no externato. [...]

Assim como apontamos os erros, sabemos tambem reconhecer os bons actos, os actos meritorios, e somos coherentes com nossos principios de: Justiça e verdade (O APOSTOLO, ano V, n. 12, 20 Mar. 1870, p. 90).

Não é à toa que o discurso predominante no período pesquisado é o da obrigatoriedade do ensino religioso católico em todas as escolas do Império. A defesa a essa visão está presente nos seguintes editoriais:

Quadro 3 – Editoriais em que se destaca a obrigatoriedade da educação religiosa nos estabelecimentos de ensino

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano I, n. 24, p. 4-5	17 Jun. 1866	<i>Lê-se no Relatório do Exm. Ministro do Imperio</i>	Afirma que o professor da instrução pública é obrigado a dar ensino religioso católico nas escolas.
Ano II, n. 50, p. 393-394	15 Dez. 1867	<i>Escolas nocturnas. I</i>	Trata-se da proposição de um projeto coletivo, com a participação do governo, de particulares e do clero, para promover ensino e educação religiosa às crianças trabalhadoras.
Ano II,	22 Dez.	<i>Escolas nocturnas. II</i>	[Continuação da matéria anterior]

Quadro 3 – Editoriais em que se destaca a obrigatoriedade da educação religiosa nos estabelecimentos de ensino

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
n. 51, p. 402	1867		
Ano V, n. 12, p. 90	20 Mar. 1870	[Sem título]	Sobre o Decreto n. 4.468/1870, que reforma o Imperial Colégio de Pedro II. Trata do retorno da obrigatoriedade do ensino de religião católica.
Ano V, n. 35, p. 273-274	21 Ago. 1870	[Sem título]	Solicita ao Ministério do Império maior controle sobre os compêndios e professores da instrução pública para a adoção de material adequado à doutrina católica, assim como o ensino de religião, conforme a lei determina.
Ano V, n. 39, p. 309-310	18 Set. 1870	[Sem título]	Anuncia a inauguração de escola municipal e aponta a necessidade de educação religiosa atrelada à instrução para “cimentar” a base da sociedade.
Ano X, n. 38, p. 1	19 Fev 1875	<i>Desacatos á autoridade publica durante o ultimo carnaval</i>	Usa conflitos ocorridos durante o carnaval para justificar a necessidade do ensino religioso tanto nos estabelecimentos de ensino público quanto privados.
Ano XI, n. 145, p. 1	24 Dez. 1876	<i>O ensino religioso</i>	A redação declara estar acompanhando as discussões na assembleia provincial do Rio de Janeiro sobre a reforma da instrução pública e alerta que a “escola liberal” é a origem de “todas as aberrações humanas”. Por isso, pede ajuda aos leitores para que exijam a aplicação do ensino religioso nas escolas.
Ano XV, n. 16, p. 1	13 Fev. 1880	[Sem título]	Por meio de exemplos ocorridos na França e na Bélgica, aponta os perigos da secularização do ensino público e privado.
Ano XV, n. 22, p. 1	27 Fev. 1880	[Sem título]	Apresentando um cenário de caos social, o editorial afirma que somente com a sociedade exercendo pressão por nova reforma do ensino poderia haver melhorias. O desejo é de reintrodução da obrigatoriedade do ensino religioso.
Ano XVII, n. 48, p. 1	28 Abr. 1882	[Sem título]	Sobre a proposta de retirada total do ensino religioso da instrução primária, que, segundo o editorial, estaria de acordo com o pensamento liberal predominante na Bélgica. Para evitar o mesmo destino dos belgas, afirma que o referido ensino deve ser obrigatório e ameaça uma possível reação dos bispos brasileiros.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

Atente-se para o fato de que os editoriais em defesa da obrigatoriedade do ensino religioso emergiam quando estava em discussão a implementação de uma nova reforma educacional ou num balanço acerca dos efeitos da reforma em vigor. Dos editoriais em destaque, aqueles publicados na década de 1860 estavam em diálogo com a Reforma Couto Ferraz<sup>51</sup> (Decreto n. 1331A/1854), considerada pela redação de *O Apostolo* o melhor modelo de legislação educacional adotado pelo Império.

<sup>51</sup> Um dos irmãos de Luiz Pedreira do Couto Ferraz (autor da reforma), João Pedreira do Couto Ferraz, conta cerca de duas dezenas de ocorrências no periódico *O Apostolo*, entre os anos de 1866 e 1882. João do Couto Ferraz, secretário do Supremo Tribunal de Justiça, foi membro fundador da Associação Catholica Fluminense, a qual tinha por um dos objetivos fortalecer a imprensa católica, em especial, *O Apostolo*, e entusiasta da Escola Domestica Nossa Senhora do Amparo, de Petrópolis/RJ, instituição com a qual contribuía

De acordo com o determinado pela Reforma Couto Ferraz, a religião de Estado era o fiel que orientava a moral e definia a formação tanto do alunado quanto dos profissionais envolvidos no processo educacional formal. Na seção acerca da instrução pública primária ficava definido que não poderia “ser nomeado professor o indivíduo que [tivesse] sofrido pena de galés ou acusação judicial de furto, roubo, estelionato, banca rota, rapto, incesto e adultério, ou de outro qualquer crime que ofenda a moral pública ou a Religião do Estado” (BRASIL, 1854, Art. 14), assim como, atuando em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, diretores e professores perderiam a cadeira caso cometessem algum dos crimes apontados (Ibid., Art. 119). A instrução moral e religiosa estava listada como a primeira das disciplinas obrigatórias no ensino primário (Ibid., Art. 47), e os livros adotados para o ensino religioso deveriam passar pelo crivo do bispo diocesano (Ibid., Art. 56). E, ainda, mesmo nos estabelecimentos de ensino privados era obrigatória a presença de um sacerdote para os alunos católicos, quando os diretores não professavam a mesma religião.

Segundo Machado (2010) e Rocha (2010), em relatório apresentado no ano de 1869 e tornado projeto de lei em 1870, Paulino José Soares de Souza, ministro do Império pelo Partido Conservador, apesar de indicar elementos que o aproximavam das ideias liberais no que tange à educação, mantinha o compromisso de seu partido “com o velho paradigma da extensão da educação à população livre, compreendido por ele como altruísmo das ‘classes mais elevadas’ com o povo livre da nação (ROCHA, 2010, p. 137). Ainda que tal projeto não tenha sido aprovado, Paulino de Souza foi responsável pela alteração no regulamento do Imperial Colégio de Pedro II, por meio do Decreto n. 4.468/1870, e é com esse documento que dialogam os três editoriais do mesmo ano.

Segundo a redação, o Decreto de Paulino de Souza trouxe como contribuição para a sociedade o estabelecimento do ensino obrigatório de religião na instrução secundária. Mas, com as discussões e alterações implementadas a partir do projeto n. 73-A, de 1874, apresentado por João Alfredo Correia de Oliveira; do Decreto n. 7224, de 19 de abril de 1879, assinado por Leôncio de Carvalho para a reforma dos ensinos primário e secundário no município da Corte e do ensino superior em todo o Império; e dos pareceres para a “Reforma do ensino secundário e superior” (1882) e a “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública” (1883), de Rui Barbosa, a inserção de valores liberais acerca do ensino foi tomando contornos cada vez mais claros e dominantes (BARROS, 2010; VENÂNCIO FILHO, 2007). É contra a representação de educação liberal defendida por

aqueles nomes que os editoriais de meados da década de 1870 em diante, listados no Quadro 3, se colocam, sempre em luta pela consolidação do ensino religioso em todo o sistema educacional do país, conforme aponta o editorial transcrito a seguir.

Revelou-se S. Ex. [o ministro do Império] contrario ás idéas religiosas, sustentadas por seus adversários. S. Ex. é contra a religião do Estado e concorde com os princípios que se propagam, deseja banir das aulas o ensino religioso, no intuito de não fazer do professor um padre leigo.

N'este sentido prefere o systema da Belgica, que será talvez a base da reforma que vai fazer na instrucção publica.

Esquece porém S. Ex., que esse systema causou na Belgica uma quase revolução entre os seus promotores e os catholicos. Esquece ainda que os sectários d'esse systema são inimigos da Egreja e só para lhe oporem dificuldades o levantaram e converteram em lei. [...]

Trasladar este systema para o Brazil não é outra cousa mais do que passar também o espirito revolucionário, que é um grande mal para a prosperidade das nações.

Ensinar a mocidade, afastando-a do ensino da religião, é crear elementos altamente perniciosos ao bem geral da nação, pois é desprender o espirito do menino do único laço, que o prenderia á obediencia e respeito á deli e á autoridade; é preparar uma geração de atheus, materialistas, e até pagãos, para dirigir uma nação, que tem em si a verdadeira religião. [...]

Será inútil o ensino religioso em dias determinados nas escolas, feito pelo Padre, desde que esse ensino não fôr obrigatório, isto é, não fizer parte do programma do ensino primário, porque a frequencia d'essa aula não terá effeito, pois o menino encontrará pretextos para não frequental-a, e d'ahi se sentirá motivo para extinguil-a, por inexequível.

Eis o fim a que se deseja chegar, para que se possa depois decretar a escola perfeitamente leiga, como se está fazendo na França. [...]

Não queira, portanto, o joven Sr. Ministro do império, imitar os *Ferry* da França, nem os *Frère-Orban* da Belgica; mas, se infelizmente os imitar, pôde também contar com a energia dos Bispos do Brazil, que se collocarão na legitima posição, como fizeram os Bispos da França e da Belgica.

O joven Sr. ministro do império não há de querer, com certeza, deflagrar a sua pátria, introduzindo uma reforma anti-catholica e até pagã no ensino primário (O APOSTOLO, ano XVII, n. 48, 28 Abr. 1882, p. 1).

O mesmo editorial assinado por Reis, a que se fez referência anteriormente – *O dia 7 de setembro* –, pode ser novamente tomado para abordar mais uma divergência desse redator em relação ao grupo intelectual do qual fazia parte pelo menos desde 1874. Logo após o trecho do editorial publicado em 06 de setembro de 1878, transcrito na p. 55 desta Dissertação, o redator discorreu por mais uma dezena de parágrafos e neles, sim, apresentou um discurso bastante alinhado ao que vinha sendo propagado em *O Apostolo*: a progressiva retirada da religião do processo formativo da infância e da mocidade<sup>52</sup> brasileira. A circulação de impressos “imorais”, e sua consequência negativa na casa e na sociedade, era abordada, em

<sup>52</sup> Criança e mocidade são termos usados nos editoriais do Jornal como público-alvo da ação educativa defendida nas linhas ali inscritas. Sem a preocupação com delimitações objetivas das idades compreendidas por cada uma das fases, ou mesmo sem indicar se havia ou não imbricações ou sobreposições entre elas, os editoriais se referem à criança e à mocidade como o tempo propício às ações educativas por parte dos pais, dos preceptores que atuavam nas casas e dos mestres que atuavam no ensino primário e secundário dos estabelecimentos públicos e privados.

última instância, como culpa da família, em especial da mãe, por permitir que a indiferença religiosa grassasse na sociedade, na medida em que não exerciam junto aos seus filhos, desde a infância, o cultivo da religião. E somente no encerramento do discurso percebe-se uma sutileza que acaba por demarcar uma outra divergência, não de pensamento, mas de exposição de pensamento, em relação ao Jornal como um todo. Escreveu Reis:

Rendendo pois, muitas graças ao Todo Poderoso [...], peçamo-lhe também que illumine aos nossos governantes, afim de que se compenbrem de que não basta crear escholas, é preciso instruir e educar ao mesmo tempo, cogitando da pureza da doutrina e recordando sempre que o temor de Deos é o principio de toda sabedoria (O APOSTOLO, ano XIII, n. 101, 06 Set. 1878, p. 1, grifo meu).

O redator apontou a necessidade de uma ação que, embora abordada nos editoriais sobre educação religiosa desde 1874, ano em que ele fez parte da redação de *O Apostolo*, só toma forma no ano de 1878, período em que teve mais autonomia para a publicação de seus textos: a importância de se promover simultaneamente a instrução e a educação do povo. Os editoriais em que esse posicionamento pode ser percebido com nitidez estão relacionados no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Editoriais em que se destacam o educar e o instruir como operações indissociáveis

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano IX, n. 111, p. 1	11 Out. 1874	<i>A Instrucção publica.</i>	Aponta as escolas paroquiais como recurso para a promoção do ensino religioso. Sugere que os professores da Instrução Pública acompanhem seus alunos nas escolas paroquiais, onde quem atua é o pároco. Essa seria uma alternativa à ausência do referido ensino nas escolas públicas.
Ano IX, n. 117, p. 1.	01 Nov. 1874	[Sem título]	Reafirma o editorial anterior e acrescenta: o ensino paroquial não deve prescindir do ensino religioso também nas escolas.
Ano X, n. 41, p. 1	23 Fev. 1875	<i>Ao Globo</i>	Defende a abertura de escolas confessionais para a promoção do ensino literário e religioso, portanto, instruir e educar de acordo com preceitos e doutrina do catolicismo.
Ano X, n. 183, p. 1	15 Dez. 1875	<i>O Ilm. Sr. Pires Ferrão</i>	Defende o controle das Irmãs da Caridade sobre a educação feminina, pois são as únicas capazes de educar e instruir meninas.
Ano XII, n. 69, p. 1	20 Jun. 1877	<i>As theses do liberalismo</i>	Opõe as escolas confessionais à instrução pública e outras escolas de ensino privado. Segundo o redator, seria preciso ensinar e moralizar para a salvação espiritual, finalidade da educação ultramontana.
Ano XII, n. 78, p. 1	11 Jul. 1877	<i>O “Globo” e as Irmãs da Caridade e os Padres Lazaristas</i>	Parte em defesa da Igreja pelo direito de gozar da liberdade de contar com estabelecimentos de ensino confessionais e apontam as Irmãs da Caridade, as quais dirigiam o Colégio da Imaculada Conceição, em Botafogo/RJ, como referência para o “ensino doméstico, religioso e literário”.
Ano XII, n. 81, p. 2	18 Jul. 1877	<i>Ainda as Irmãs da Caridade</i>	Propagandeiam os estabelecimentos cuidados pelas Irmãs, afirmando que fornecem instrução literária de alta qualidade e são as melhores na instrução religiosa.

Quadro 4 – Editoriais em que se destacam o educar e o instruir como operações indissociáveis

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano XIII, n. 39, p. 1	05 Abr. 1878	<i>A educação da mocidade</i>	Afirma que chegou o momento de tentarem novamente o ensino das letras e da religião nas paróquias. Chama o clero a colaborar com a formação da mocidade, abrindo escolas de instrução primária e de religião, e clama ajuda por meio de doações aos católicos.
Ano XIII, n. 43, p. 1	14 Abr. 1878	<i>Instrução religiosa</i>	Pede que os párocos reivindicuem seu direito de ensinar (ensino paroquial). Orienta a abertura de aulas na Matriz, aproximando os laços com os fiéis.
Ano XIII, n. 49, p. 1	28 Abr. 1878	<i>A instrução religiosa</i>	Após sugerir a criação de caixas para a arrecadação entre católicos, em cada freguesia, para aplicar ali o ensino literário e religioso, aponta as disciplinas que mereciam atenção, com foco destacado à filosofia.
Ano XIII, n. 66, p. 1	09 Jun. 1878	<i>Ainda o ensino religioso</i>	Justificam a necessidade de se criar escolas paroquiais como reação ao processo de secularização do ensino.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

O Quadro 4 traz questões importantes. Percebe-se, em primeiro lugar, que os redatores não questionavam os modelos educacionais, mas as concepções de educação e instrução que acabavam por dar o tom ao sistema de ensino.

Segundo Vasconcelos (2005), as discussões que procuravam definir os conceitos de educar e instruir, assim como a quem caberia educar e instruir, emergiram nos Oitocentos, pois foi naquela época que o Estado, assumindo aspectos liberais cada vez mais fortes, passara a disputar esferas até então consideradas privadas, como é o caso do ensino. A autora aponta a pretensão do Estado em monopolizar a educação e a instrução, tomadas como ações complementares e indissociáveis, caracterizando uma atuação no sentido de diluição do poder privado. Vale destacar que a ideia de educação, nesse caso, exclui a formação religiosa, esta, sim, reservada ao espaço privado.

Ou seja, na perspectiva política, a escola pública estatal emerge como afirmação do Governo do Estado sobre o Governo da Casa, mudando o conteúdo e o método de ensino, porém a essência permanece a mesma, ampliando-se, em termos de acesso, apenas aquilo que não ameaçava o lugar dos privilegiados (VASCONCELOS, 2005, p. 200-201).

Os editoriais listados no Quadro 4 tangenciam a proposta estatal na medida em que consideram a instrução e a educação como ações que se configuram nos dois lados de uma mesma moeda, não obstante a conceituação de educação ser ampliada pelos católicos, pois estava integrada a ela, a religião. Contudo, afastam-se da concepção estatal quando, mesmo prescindindo do sistema da instrução pública, são contrários à obrigatoriedade do ensino. Ou seja, visualizam e propõem alternativas ao sistema estatal principalmente por ter se

configurado numa proposta de ensino laica, como aponta o editorial de 13 de janeiro de 1878, em que o redator se coloca contrário ao ensino obrigatório porque atenta contra a liberdade e pela falta de escolas suficientes.

Tem ultimamente sido aceito e em algumas provincias do Imperio adoptado o ensino obrigatório.

Nós pensamos que a coacção em certos pontos não póde nem deve prevalecer.

O ensino obrigatório é um deles, e entre nós principalmente, porque carecemos de tudo, até de escolas em numero suficiente para impor aos paes tal obrigação. [...]

Creemos, pois, que o governo, a quem compete sobretudo velar pelo bem estar do povo, se deve impôr a obrigação de promover por todos os meios razoaveis ao seu alcance, facilidades taes que os paes não tenham razão, quando arguidos de desprezarem a instrucção dos filhos, para se defenderem, ficando assim expostos ao escarneo dos que forem mais zelosos. [...]

A instrucção primaria portanto em toda a sua plenitude, com aprendizagem da geografia e da historia do Brazil e contabilidade, dão habilitações para qualquer dirigir-se, mas o essencial é justamente o que se pretende riscar das escolas sob um fútil pretexto.

O ensino religioso, pelo qual se fórma o coração do menino pe até mais necessário do que qualquer outro. [...]

Não ha pois razão alguma que se possa com seriedade justificar a secularisação do ensino, de cuja adopção se deve receiar e esperar até consequencias horríveis e que infelizmente já se fazem sentir entre nós pelo pouco cuidado que se vae tendo na educação religiosa. [...]

É muito para lamentar-se, em um paiz catholico como o Brazil, tentativas desta ordem e ainda mais porque só por cortesia ao estrangeiro, ou por um capricho inqualificavel, as defendem e sustentam (O APOSTOLO, ano XIII, n. 5, 13 Jan. 1878, p. 1. O ensino obrigatório).

A primeira alternativa era a escola paroquial que, inicialmente, tinha a característica de promover a catequese e progressivamente foi se configurando em núcleo de instrução e educação católica, conforme indicam os editoriais de 1874 (11 de outubro e 01 de novembro) e de 1878 (05, 14 e 28 de abril e 09 de junho). Havia também a propaganda das escolas confessionais geridas pelas Irmãs da Caridade e pelos padres lazaristas para o atendimento tanto da infância e mocidade desamparadas quanto das pertencentes aos estratos mais abastados.

Ainda pela análise do Quadro 4, é possível perceber que o modelo educacional doméstico<sup>53</sup> não era negado, porém havia a valorização do modelo educacional escolarizado. Tal predominância pode ser justificada, por exemplo, pela desconfiança lançada pelos redatores de *O Apostolo* sobre os preceptores – em sua maioria mulheres estrangeiras consideradas de moral duvidosa –, que dominavam a educação doméstica, e o fato de as

<sup>53</sup> Modelo educacional doméstico, ou educação doméstica, não é o mesmo que ensino doméstico, termo que aparece em um dos editoriais resumidos no Quadro 4. A educação doméstica atendia crianças de ambos os sexos e moças. Consistia em aulas formais ministradas por mestres ou preceptores na casa dos educandos (VASCONCELOS, 2005). Já o ensino doméstico era ofertado nos estabelecimentos de ensino para meninas e moças, com o intuito de prepará-las para as tarefas domésticas.

escolas serem espaços predominantes para a formação dos meninos, portanto, dos futuros pais de família, cidadãos do país.

Sobre a atenção sobre o trabalho de preceptores, podem ser destacados dois editoriais em que, ainda que não fosse tema central do texto, oferece uma boa ideia de como esses profissionais eram vistos. O primeiro, de 13 de janeiro de 1867, afirma:

A superficialidade com que se ensinam as materias primarias e secundárias, póde talvez attribuir-se ao açordamento com que os pais querem ver os seus filhos promptos, uns por economia, outros pela vaidade de terem doutores aos vinte annos. [...]

Attribuindo esta falta aos estabelecimentos de educação, não havemos de esquecer a relaxação com que as familias tratam tão melindrosa attribuição de seus chefes, mormente das mãis. A educação religiosa no interior das familias acabou ou vai acabar; não lhes sobra [às mães] tempo para isto [a educação religiosa na infância], pois o que fica dos bailes, theatros e outras reuniões nem chega para o repouso do corpo. [...] Emquanto os educadores não se convencerem da necessidade de bem formar o espírito do menino e de melhor formar o coração, fazendo-os doces e piedosos, a moralidade da sociedade será medida pelos factos desoladores dos dous mezes ultimos. [...]

Cumpre portanto que no lar domestico principie a reforma, ahi a mãe zelosa e carinhosa chame a si este ensino, que lhe compete como missão santa e sublime que lhe é exclusivamente sua até certa idade dos filhos; tenha depois todo cuidado na escolha de preceptores, influindo nella com zelo e dedicação; nem todos por saberem muito estam no caso de ensinar, e ensinar religião; por falta de vocação em uns, e por não terem missão outros, nullifica-se todo o trabalho anterior com prejuizo dos meninos.

Os pais são e devem ser livres na escolha dos mestres de seus filhos, mas devem ser sensatos sobretudo; da boa escolha pois do mestre depende a sorte da nossa mocidade, que se não for formada de outra maneira e em principios differentes dos da presente geração, não sabemos o que será do Brazil (O APOSTOLO, ano II, n. 2, 13 Jan. 1867, p. 10-12).

Colocados como substitutos das mães no processo de educação das crianças, num primeiro momento percebe-se a atenção do editorial voltada para a qualificação dos preceptores, pois alertava para o fato de que nível de instrução não significaria competência para a promoção de uma formação religiosa adequadas. Contudo, anos depois, a redação de *O Apostolo* assume uma fala mais agressiva em relação às preceptoras – assumindo a predominância das mulheres no exercício da função – conforme aponta o editorial de 28 de fevereiro de 1877, quem se destaca seu primeiro parágrafo: “Não se póde duvidar que em sua maioria o povo entre nós ignora a doutrina, que desde muito não lh’a ensinam, porque a voz autorizada da mãe de família foi substituída pela mercenária e a cartilha foi banida do lar domestico para dar lugar ao romance sensual ou a gazeta immoral" (O APOSTOLO, ano XII, n. 23, 28 Fev. 1877, p. 01).

Em fins de 1878, a discussão sobre educação e instrução tomou outros rumos, mesmo assim continuaram a produzir editoriais que propagandeavam a qualidade da formação promovida por asilos, escolas e seminários controlados por religiosos. Essa suave mudança de

rumos está atrelada à saída de Reis da redação de *O Apostolo*, evento que ocorreu de maneira nada amigável. As desavenças entre ele e o, até então, seu amigo, monsenhor Ferreira, chegaram às páginas de diversos periódicos da época, demarcando um racha na imprensa católica ultramontana. Em 1879, a redação do periódico *Boa Nova*, do Pará, e Isaias Martins de Almeida, representante do Círculo dos Estudantes Católicos, de São Paulo, que no ano seguinte iniciou a publicação do *A Reacção*, publicaram nas páginas do *Jornal do Commercio* manifestações de apoio ao Reis, animando-o a produzir um jornal “verdadeiramente católico”<sup>54</sup>.

Conforme indiquei anteriormente, não foram divulgadas as causas do rompimento da sociedade, mas, atentando ao conteúdo dos editoriais assinados por Reis justamente no período em que o monsenhor estava impossibilitado de participar da produção do Jornal, não é difícil supor que fossem o estilo e um certo desrespeito em relação a assuntos concernentes ao clero.

Após a saída prematura de Reis da sociedade, *O Apostolo* esteve suspenso por um mês, e logo nos primeiros números foi publicado um editorial que ratificava uma das ideias expostas no editorial de 13 de janeiro de 1867, citado anteriormente nesta seção, pois criticava o excesso de preocupação com a instrução e o descaso com a educação que, segundo o redator, era praticado pela família, preocupada em “galanear” os filhos, e pelos governos, atentos a outras causas que não a educação.

[...] mais decadente, mais cercado de dificuldades, e victima de uma corrupção desastrosa, se apresenta o povo, de cuja intelligência se trata de desenvolver mais do que o coração. [...]

Si em lugar de obrigar o menino ao estudo demorado de tanta cousa muitas vezes inútil, se lhe procurasse preparar o coração e com princípios sãos e verdadeiros, com o ensino da religião, mostrando-lhe o verdadeiro caminho da felicidade do homem [...], com certeza a sociedade seria outra [...].

Tudo quanto modernamente está soffrendo a sociedade, provém da falta de educação, que até já desapareceu do lar domestico, onde de tudo se cuida e trata, excepto do coração do menino.

Adorna-se-lhe o corpo com vestes mais ou menos luxuosas, como que preparando-os para esse cancro social, entretem-se-lhe os olhos com quadro até immoraes, que quando não o são, carecem de utilidade, deixam-os ridicularisar tudo que há de mais serio e proveitoso; ao coração porém, nada se faz. [...]

[A solução] Consiste em confiar a educação das futuras mães de família á mestras dignas deste nome; felizmente nós a temos nas casas de educação dirigidas pelas irmãs de caridade, do Sagrado Coração de Jesus. [...]

Á par da educação religiosa a mais completa, anda a educação intelectual útil e proveitosa; assim preparada a mocidade, tudo melhorará (O APOSTOLO, ano XIII, n. 113, 08 Nov. 1878, p. 1-2).

<sup>54</sup> A maneira como a imprensa reagiu ao conflito entre Reis e monsenhor Ferreira é mais detidamente abordada no Capítulo 2 desta Dissertação.

Nesse editorial, ficou claro que a educação intelectual só era útil se estivesse associada à educação religiosa, contudo afirmava que entre elas destacava-se como a mais importante a educação religiosa, podendo prescindir sem maiores prejuízos da instrução.

Somam-se àquele editorial outros em que se destacavam a sobreposição da educação religiosa frente à instrução, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 – Editoriais em que se destaca o educar sobre o instruir

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano III, n. 14, p. 106-107	05 Abr. 1868	<i>A actualidade</i>	A boa educação, ou a educação religiosa, é responsável pela formação do coração bem-educado, da índole dócil e do caráter bem formado. Seu abandono significava a propagação do mal.
Ano XII, n. 65, p. 1	10 Jun. 1877	<i>A instrução e educação do povo</i>	Reconhece que a instrução era uma necessidade, porém a educação era uma necessidade maior ainda e “urgentíssima”. A instrução, segundo o redator, formava apenas “sabios, meio sabios e até quarto sabio” e isoladamente promovia somente “estragos”.
Ano XIII, n. 41, p. 1	10 Abr. 1878	<i>Instrução religiosa</i>	Defende a ideia de que é melhor “um coração piedoso [...] do que uma intelligencia illustrada na revolução, na impiedade, na devassidão”.
Ano XVI, n. 103, p. 1	14 Set. 1881	[Sem título]	Define a diferença entre instruir e educar, sendo esta mais importante, pois somente por meio da religião seria possível promover a civilização. Esse deveria ser o foco de pais e educadores ao formar a infância e a mocidade, “pois fora da religião não há progresso”.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

O posicionamento defendido nos editoriais em destaque no Quadro 5 estava mais alinhado à representação de educação ultramontana presente na obra de D. Macedo Costa<sup>55</sup>, importante nome na hierarquia da Igreja no Brasil. Contudo, foram poucos os editoriais publicados em *O Apostolo* que defenderam a predominância da educação religiosa sobre a instrução. Algumas possibilidades são levantadas sobre tal “ausência”, dentre elas, a primeira é a de que a importância da educação religiosa sobre a instrução era óbvia e ponto pacífico entre o clero ultramontano, do qual fazia parte o monsenhor Ferreira, portanto, não havia a necessidade de reafirmar tal assertiva. A segunda é diametralmente oposta à primeira, pois indica se tratar de um tema delicado, sobre o qual a redação chefiada pelo monsenhor deveria evitar comentar, justamente para não evidenciar discordâncias entre os sacerdotes que atuavam ali e os bispos, seus superiores hierárquicos. E a última compreende que a atitude presente nos editoriais se configura numa omissão que permitia a emergência do poder

<sup>55</sup> Tema mais detidamente abordado na seção seguinte.

temporal de forma estratégica à execução da proposta ultramontana de educação presente no Jornal.

As fontes permitem identificar uma tendência para a afirmação do conceito de “instrução verdadeira”, entendido como a oferta de educação religiosa e instrução de maneira integrada, principalmente quando passam a abundar editoriais cujos objetivos principais são elevar as qualidades das escolas confessionais e ampliar os recursos para seu sustento. Da mesma forma, confirmam os embates pela presença obrigatória do ensino religioso nos currículos escolares como demanda ao longo de todo o período pesquisado. Tais constatações sugerem a validação da terceira suspeita. Entretanto, é importante ressaltar que essa tendência ganhou força a partir de fins da década de 1870, momento em que o monsenhor estava mais afastado do Jornal devido às graves doenças que o acometeram e o levaram à morte em 1883.

Por meio das fontes foi possível perceber que havia pontos de discordância no interior do grupo intelectual representado pela redação de *O Apostolo*, mas prevalecia a autoridade do monsenhor, justificando, inclusive, a personificação do Jornal em seu nome e imagem.

Após a apresentação, nesta seção, dos nomes envolvidos na produção do periódico católico *O Apostolo*, com destaque para o monsenhor Ferreira, seu proprietário entre os anos de 1866 e 1882, a seção seguinte tem por foco atender à necessidade que se faz do reconhecimento das forças que levaram à criação desse Jornal, assim como dos referenciais que balizaram as discussões sobre educação católica presentes nos editoriais em foco nesta pesquisa.

## 1.2 O báculo, o cetro e as concepções de educação em disputa no Brasil Império

O cenário era o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, Corte do Império brasileiro, centro cultural e político da nação. Não é difícil imaginar que por ali circulavam os mais variados tipos: homens e mulheres livres, libertos ou escravizados, membros da aristocracia oligárquica, profissionais liberais, artesãos, comerciantes e empregados, gente do interior e gente das capitais, nacionais e estrangeiros, cientistas e homens da fé. Um grande caldeirão de pensamentos, cujo “caldo de cultura”<sup>56</sup>, adensado pelo conservadorismo, fazia submergir ou emergir ingredientes de acordo com a consistência de cada um.

Os ingredientes submersos eram aqueles cujos sabores integravam-se sutilmente ao

---

<sup>56</sup> Expressão usada por Manoel (1996, p. 15) para simbolizar a interlocução entre católicos ultramontanos, “segmentos aristocratizados da oligarquia” e “segmentos modernizantes, liberais e republicanos” na virada do século XIX para o XX.

“caldo” ou, diante de tantos outros sabores, simplesmente desapareciam na mistura. E eram os ingredientes emergentes, em destaque, que concorriam pelos paladares que experimentavam o “prato”.

Essa concorrência acontecia, por exemplo, pela reconfiguração das relações de poder protagonizadas por Estado e Igreja Católica ao longo do Segundo Reinado – contexto diretamente ligado ao surgimento, na Corte, de um jornal como *O Apostolo* –, e os ingredientes em destaque eram as representações de Estado regalista, Igreja ultramontana e Estado liberal (ANJOS, 2015).

Conforme explicitado na introdução deste trabalho, a principal característica do movimento ultramontano era o alinhamento dos bispos e demais sacerdotes às orientações do papado, em respeito à hierarquia eclesiástica e legitimação do Vaticano como centro da unidade religiosa. Tendência identificada nas ideias e propostas difundidas nas páginas de *O Apostolo*, uma vez que das demandas locais extraía-se aquilo que consideravam questão de fé, propondo soluções amparadas nas determinações papais. Exigindo o reconhecimento da autoridade religiosa, divergia da concepção regalista de Estado, marcada pela submissão da Igreja à autoridade do Estado.

Apesar de não ter sido um órgão oficial da Igreja, o periódico católico em pauta produziu editoriais em que há afirmações categóricas da importância para o Jornal de estar alinhado ao bispo da diocese e ao Papa, conforme se pode ver na passagem a seguir:

Sem união sincera com os Bispos, não é possível estar-se em comunhão com o Vigário de Nosso Senhor Jesus-Christo, eis porque não compreendemos a imprensa catholica sem ligação intima com os Prelados das dioceses, em que existir; mas nisto não há servilismo, nem qualquer outro sentimento menos digno.

É pelo contrario um meio muito louvavel para acertar e promover com segurança o ensino da Religião, a propagação dos sãos principios, que são a fonte da felicidade temporal e da salvação espiritual (O APOSTOLO, ano XIII, n. 101, 01 Nov. 1878, p. 2).

A mesma orientação também foi colocada em destaque em trecho de editorial publicado em 29 de dezembro de 1878: “Sujeitos ao Chefe Supremo da Igreja pela obediencia que nos liga a nosso Prelado, não recebemos doutrina senão a que fôr dictada pela Sé Apostolica e não teremos outra mira além da Cadeira de Pedro” (O APOSTOLO, ano XIII, n. 135, p. 1). Trata-se do último editorial do ano e, como era a tradição, desenvolvia-se nele um balanço da atuação do Jornal na esfera pública.

Esse posicionamento visava ao fortalecimento do catolicismo, considerado o principal elemento identitário do Brasil desde o período colonial e também a única via para o progresso. É claro que nem os defensores do Estado regalista e, menos ainda, os defensores

do Estado liberal compartilhavam dessa ideia e, por isso, concorriam pela adesão da opinião pública às suas representações.

Foi para atuar nesse campo de negociações que *O Apostolo* entrou em circulação no ano de 1866. De acordo com o editorial de sua primeira edição, veio suprir a ausência de um periódico católico na Corte:

Mas em todos os tempos e mormente nestes tão calamitosos, que atravessamos, a religião tem necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legítimos, porque ella tem a missão sublime e indeclinável de guiar os povos pela senda do dever. [...] Conhecemos as dificuldades com que temos de lutar, mas contamos com o sentimento catholico, que, mercê de Deus, anima e afervora o povo fluminense, e é por sua honra e por honra do clero desta importante Diocese, que não podemos suportar a idéa de faltar-lhe um órgão na imprensa religiosa ao mesmo tempo que quase todos os outros tem (O APOSTOLO. Ano I, 7 Jan. 1866, p. 1).

O jornal do monsenhor Ferreira foi configurado por um viés para além do perfil catequético comum aos congêneres contemporâneos.

Somos Sacerdotes, nós os operários desta empresa, que enceta hoje sua existencia com a publicação do presente numero; tomando sobre nossos ombros esta árdua tarefa, cumprimos pois uma obrigação rigorosa e sagrada. [...] Todos sabem, todos sentem quanto a sociedade está ferida no coração. Tudo quanto o gênio do homem pôde alcançar, tem sido posto em contribuição para curar essa chaga cancerosa, que corroe a humanidade no meio de seos prodígios das sciencias, das artes, e da indústrria. [...] Eis porque a religião catholica parece aos espíritos do século um anachronismo retrogrado. Ella é o amor e a unidade, em quanto o racionalismo, que traduz toda a licença intelectual, moral e social, quebra todos os laços do dever desde a família até a Divindade. Liberdade sem freio, sem critério, sem fim possível; tomando como a hydra da fabula diversas cabeças, mas sempre o mesmo erro fatal com nomes diversos: na ordem publica – anarchia; na politica – republicanismo; no domínio das idéas – philosophismo; na religião – protestantismo. Do erro do entendimento ao erro do facto não há outra distancia mais do que a rapidez, com que o pensamento se traduz no erro. [...] É tempo ainda: o povo crê em Deus; so a fé está amortecida, não está em tudo extincta. Clamemos: esta é a missão do *Apostolo* (O APOSTOLO, ano I, 7 jan. 1866, p. 1-2).

“Os sacerdotes”, portanto, criavam um periódico católico com o objetivo de salvar o povo do indiferentismo religioso cultivado e propagado pela imprensa ímpia, algo que havia apontado como problema central a ser resolvido no pontificado de Gregório XVI<sup>57</sup>. Esse Papa, em 1832, publicou a encíclica *Mirari Vos. Grosso modo*, que chamava a atenção contra o racionalismo, o galicanismo (que no Brasil tomou forma de regalismo) e o liberalismo, sendo

<sup>57</sup> Bartolomeu Albert Cappelari nasceu no território da antiga República da Veneza, hoje parte do território italiano, ano de 1765. Foi eleito Papa em 1831, cadeira que ocupou até sua morte em 1846. Filho de nobres, tornou-se noviço aos dezoito anos de idade e aos vinte e dois, padre. Escreveu uma obra em defesa da infalibilidade papal e da soberania temporal logo após o sequestro e morte do Papa Pio VI em exílio imposto por Napoleão Bonaparte. Com a queda desse Imperador, foi convidado à Roma. Foi-lhe oferecido um bispado por duas vezes e o recusou. Foi nomeado cardeal em 1825. Quando Papa, governou os Estado Pontifícios com a ajuda da Santa Aliança. (Disponível em <www.dec.ufcg.edu.br>)

este último ponto bastante relacionado pela historiografia à ação de Lamennais<sup>58</sup>, fundador do jornal francês *L’Avenir*, em 1830. Nas páginas de seu jornal, Lamennais defendia a renúncia da Igreja à proteção dada pelo Estado em nome de um ideal de liberdade que abalava a sustentação do absolutismo pelo direito divino dos reis. As ideias liberais – ou indiferentismo – publicadas por ele se difundiram num ambiente marcado pelas liberdades de consciência, de imprensa e de pensamento, elementos que a encíclica *Mirari Vos* condenava como fomentadores de ataques à doutrina da Igreja.

Porém, o indiferentismo não abalava somente a Igreja como instituição, mas a própria ordem social. Era essa a ideia que *O Apostolo* difundia entre seus leitores e era por meio dela que seu editor dava a ver a realidade circundante. Para entendermos melhor essa lógica, transcrevo trechos do editorial publicado em 26 de abril de 1868.

Si a religião ensinada e enfiltrada desde a infancia pela educação materna, pelo exemplo dos pais, pela ordem e harmonia da propria casa e depois pregada pela palavra autorizada do pastor, que é o director de todos que compõem a sociedade, que exige d'elle, para satisfação de sua missão santa e sublime, a palavra e o exemplo, não se fizer ouvir. Ai de nós! Ai deste grande Imperio tão favorecido por Deos com uma natureza fértil e virgem, e quando esta fertilidade e virgindade dizem tão alto, que só a semente da verdadeira doutrina deve nella ser lançada para germinar, para desenvolver-se e fructificar.

Só com o auxilio da religião poderemos sahir do abysmo medonho, que nos ameaça absorver.

Só ella nos póde salvar. Nada esperemos das reformas dos homens, por que viciados e corrompidos não podem produzir cousa util.

Voltemo-nos para a Egreja, ella nos ensinará os meios de combater os vicios que nos cercam, os erros que nos enganam e que traduzem nesses falsos principios de nossa politica viciada; nessas desordens domesticas, que terminam armando a mão do marido contra a mulher; na falta de respeito dos filhos aos pais; nesses crimes que se commettem, abusando-se da hospitalidade que uma infeliz mulher, infeliz pela vida perdida, pela desgraça em que tinha cahido, e na qual talvez uma seducção a tivesse precipitado, para assassinal-a, e arrancar-lhe as joias, que a ornavam e tinham sido ganhas na miseria e na abjecção.

Isto é horrivel, está fóra da natureza humana, mas com effeito deu-se. Si um tal homem tivesse recebido uma educação religiosa conveniente, certamente não perpetaria tão hediondo crime.

Em uma cidade rica, populosa, civilisada e capital de um grande Imperio, si a educação a tivesse por base, si a religião emfim se manifestasse em todos e em tudo, seus habitantes não presenciariam estes e outros crimes; os tribunaes não viriam comparecer criminosos como Gustavo, que não contente com a perversão que possuia, transmitia seus ferozes instinctos a um menino de 12 annos, sinão já dotado dos mesmos instinctos, já ia sorvendo pouco a pouco, refinando em malvadez para em pouco tempo assemelhar-se, sinão excedesse ao mestre.

Treme-nos a mão ao descrever tanta malvadeza, tanta perversidade, devida á falta de direcção, á falta de cuidado dos pais, á sua condescendencia, á immoralidade emfim que nos cerca, como muito bem disse o distincto promotor publico Dr. Nabuco de Araujo nas sempre memoraveis palavras, que dirigio ao conselho dos Srs. jurados,

<sup>58</sup> Hugues-Félicité-Robert de Lamennais nasceu no ano de 1782 e faleceu no de 1854, na França. Foi um padre, escritor reconhecido e figura influente na história da Igreja na França. Ele e seu irmão, Jean, produziram um livro em defesa do ultramontanismo na esfera religiosa. No que tange à política, Lamennais era um liberal em defesa da separação entre Estado e Igreja e das liberdades de consciência, educação e imprensa.

que julgavam a Gustavo e Godofredo, e que nós adoptamos e transcrevemos neste mesmo artigo:

‘A ociosidade é a mãe de todos os vícios, senhores; a má educação é a fonte de todos os crimes.

Os accusados não tiveram educação, não eram amigos do trabalho, abandonados a si mesmos, sem um preceptor que lhes mostrasse o caminho do bem, sem pais que lhes apontassem para o seu porvir, elles foram granguenando o seu coração na pulsiga e nos lupanares e sahidos dahi sem sentimentos de virtude nem de caridade, completamente despidos dos atavios da religião e do bem, foram abatendo-se de delicto em delicto, até a completa degradação de suas consciencias e abjecções de suas almas. [...]

Não são pois os accusados os unicos responsaveis por seus delictos, são tambem esses pais, que devendo fazer convergir todos os seus cuidados na educação e no futuro de seus filhos, entregam-se á pratica de actos reprovados, e com o máo exemplo e com o completo abandono dos entes a quem deram o ser prepararam-lhes este futuro, que é a infamia, o crime, e o cadafalso!’ (A actualidade IV, O APOSTOLO, ano III, n. 17, 26 Abr 1868. p. 130-131).

Numa série de editoriais que davam conta da “actualidade”, mostrando os efeitos da irreligiosidade em aspectos que afrontavam a Igreja e a sociedade, o documento em questão tomava como amostra um caso sucedido no ano de 1867, que corria em julgamento. Naquele ano, um rapaz de vinte anos e um menino de doze tramaram o roubo de joias numa casa em que passaram a noite. Eles eram, respectivamente, Gustavo Augusto Cardoso Pinto e Godofredo de Abreu Lima. A dupla, aproveitando-se da hospitalidade da dona da casa, esperou que todos dormissem para pegar as joias, mas a senhora acordou. A fim de evitarem ser denunciados, assassinaram-na<sup>59</sup>.

Sem descrever os detalhes do crime – função assumida pelos periódicos de viés noticioso da época –, o redator de *O Apostolo* opina, argumenta, para convencer seus leitores sobre as causas não do crime especificamente, mas da situação que levaria à criminalidade na vida adulta e também na infância: a ausência da educação religiosa. E esse argumento está presente nos editoriais listados no Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 – Editoriais em que a criminalidade está associada à falta de educação religiosa católica

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano VIII, n. 36, p. 1	07 Set. 1873	[Sem título]	A partir de notícia sobre crime cometido por um homem rico e influente, o editorial associa criminalidade à adoção de instrução sem educação, portanto da “falsa educação”.
Ano IX, n. 73, p. 1	28 Jun. 1874	<i>O Sr. Vieira da Silva e Mme. de Stael</i>	Aponta para a corrupção entre os membros da elite social como consequência da falta da “instrução verdadeira”.
Ano XI, n. 78, p. 1	19 Jul. 1876	<i>Para onde vamos?</i>	Associa a desordem social à falta de educação religiosa na família, dos professores e preceptores ímpios, da imprensa ímpia, do indiferentismo religioso, da “falsa educação, que

<sup>59</sup> Informações detalhadas do crime estão no *Jornal do Commercio*, seção Gazetilha, ano 46, n. 254, 12 Set. 1867, p. 1.

Quadro 6 – Editoriais em que a criminalidade está associada à falta de educação religiosa católica

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
			vai se dando ao povo, cujo coração deixam vazio, para recheiarem-lhe o espirito com falsas e perigosas theorias, vem finalmente da indolencia dos governos, que tem consentido em tudo isso”.
Ano XII, n. 23, p. 1	28 Fev. 1877	<i>O ensino da doutrina</i>	Imoralidade, impiedade e corrupção são efeitos da ausência de zelo na formação religiosa da criança.
Ano XIII, n. 100, p. 1	04 Set. 1878	<i>A falta de educação religiosa</i>	Critica a sociedade que naturalizou a presença e demonstrações públicas na imprensa contra a moral, a honra e a dignidade. Estupros e assassinatos são tidos como resultado da falta de religião, pois “ensinar a ler o povo não basta, o principal, o maior bem é ensinal-o a prevenir-se contra o mal, e isto só ensina a Religião, e é o que falta e do que elle mais precisa”.
Ano XV, n. 22, p. 1	27 Fev. 1880	[Sem título]	Ao apresentar sinais do caos social, relaciona-os à falta de educação religiosa na casa. O redator relata caso de incêndio criminoso contra prédios da Igreja e argumenta que somente com a reintrodução da obrigatoriedade do ensino religioso pode haver melhorias “no intuito de bem encaminhar a nova geração, da qual dependerá o engrandecimento futuro da nossa terra, se fôr bem dirigida e educada religiosamente; precipitando-a no abysmo da ignominia, se a indiferença continuar a contribuir para tão espantoso mal”.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

É interessante notar que os redatores avançam em relação ao senso comum de que a criminalidade estava associada à pobreza e à falta de instrução. Na verdade, tal ordem foi subvertida ao mostrarem que justamente a atenção demasiada somente à instrução também era produtora de caos social. Portanto, a “falsa educação”, assim como a negligência parental, também criava criminosos.

Enquanto mães dos extratos mais pobres da sociedade eram culpabilizadas pelo abandono de crianças à própria sorte nas ruas do Rio de Janeiro, as mães das camadas médias e mais abastadas também eram responsabilizadas pela criminalidade em suas camadas sociais, especialmente por terceirizarem a educação de seus filhos e filhas a preceptoras estrangeiras<sup>60</sup>, geralmente não católicas, chamadas em *O Apostolo* de “mercenárias”.

Seria função da mãe educar a criança nos preceitos da fé com a prática da devoção à “verdadeira doutrina”. Seria obrigação dela, junto a isso, reforçar a educação da criança por meio do bom exemplo e, na frequência ao templo, entrega-la à direção do pároco, cuja função

<sup>60</sup> Recentemente, Vasconcelos (2018) publicou artigo que, ao tratar da atuação de preceptoras estrangeiras na educação de meninas no Brasil do século XIX, apresenta importantes aspectos acerca dos olhares diversos lançados pela sociedade brasileira sobre mulheres que, despartadas de uma figura masculina familiar, atravessavam o oceano para atuar nos lares de famílias abastadas. Nesse estudo, a autora ainda aponta para o impacto da atuação das estrangeiras no pensamento e comportamento da mulher brasileira daqueles tempos.

também era a de educar pela palavra e, ainda, pelo exemplo.

Novamente conforme o trecho do editorial que tem como tema o crime cometido por Godofredo e Gustavo, a “boa educação” seria aquela capaz de corrigir mesmo as crianças que já levassem em si os “instintos da perversão”, desde que orientadas por família ou preceptores dotados do bom exemplo. Atentemos também para a representação de Estado presente no texto: “viciado e corrompido” já não era capaz de promover a mudança, portanto, de fomentar o bom exemplo. Na fonte em questão, o Estado, totalmente excluído do processo da educação da criança, era substituído pela Igreja, na figura do pároco, o diretor espiritual que moldava a moral da família com base na doutrina católica<sup>61</sup>.

Encontram-se naquela concepção aspectos convergentes com a representação de educação revelada por Anjos (2015) ao analisar os livros *Deveres da família* e *Livro da família*, escritos na década de 1870, por D. Macedo Costa, um dos principais referenciais do movimento ultramontano de então.

[...] o hierarca católico entendia que a finalidade da educação da criança era a preparação do bom cristão, formado no espírito e no coração, imbuído nos ditames da moral e da religião (sendo que esta última, na verdade, era que informava os significados da moral à qual se refere o bispo) e isso, desde a mais tenra idade. Sem essa educação só haveria uma meia paternidade, só teria lugar o cumprimento do dever paterno pela metade. Note-se que ela não era uma parte, mas o todo do que ele entendia por educação! (ANJOS, 2015, p. 165, grifo do autor).

Em ambos houve a exclusão do Estado no processo educativo que começa na “mais tenra idade”, quando os valores morais orientados pela religião começavam a ser passados à criança, a fim de formar o espírito e o coração. Também é possível perceber o enfoque dado à necessidade da adesão ao catolicismo para além do cumprimento dos preceitos religiosos. Exige-se do fiel o exercício da virtude e a prática dos atos da devoção, como determinavam a Igreja. Tais exigências se enquadram perfeitamente na proposta ultramontana de atuação junto à sociedade para reformar o catolicismo “praticado” por aqui.

Na verdade, o catolicismo era a partitura onde brasileiros registravam o enredo de suas vidas: do nascimento à morte, da educação formal ao acesso ao emprego. Mas e o ritmo? O ritmo, há muito, foi temperado, trazendo as misturas da herança colonial portuguesa. Era tempo, então, de fazer o catolicismo imperar nas consciências (MACIEL DE BARROS, 1986), vencendo o indiferentismo e despertando “o sentimento de pertença e identidade cristã-católica (ANJOS, 2015, p. 256).

---

<sup>61</sup> De acordo com o exposto na seção 1.1 desta Dissertação, a superioridade da educação religiosa em relação à instrução foi abordada em alguns editoriais, contudo percebe-se que a redação tendeu a considerar mais pertinente a integração entre aquelas duas faces da formação da criança e da mocidade brasileiras. Trata-se de uma certa liberdade comum aos sujeitos que circulam no interior de qualquer sistema normativo (LEVI, 2006).

Sobre essas aproximações entre as representações de educação em *O Apostolo* e D. Macedo Costa é bom se destacar que elas não são tangíveis em todos os aspectos. Apesar do bispo ser tomado como um grande nome da reforma, não se deve desconsiderar a liberdade dos indivíduos, mesmo quando inseridos em grandes sistemas normativos, pois nenhum desses sistemas é hermeticamente fechado. Brechas de liberdade são possíveis e por elas os indivíduos podem se movimentar entre as contradições dos próprios sistemas (LEVI, 2006).

Portanto, a representação que este trabalho procura delinear não é a de todo e qualquer ultramontano, mas daqueles que se propuseram a atuar em *O Apostolo*, jornal católico carioca que atravessou períodos conturbados da relação Igreja e governo imperial até os primeiros anos da República, em fases editoriais distintas que, de alguma forma, simbolizavam os novos problemas e as novas atitudes de seu corpo editorial frente à realidade experienciada por ele.

O pensamento ultramontano não foi monolítico. Apesar das características gerais, as afinidades filosóficas e as características pessoais dos redatores de *O Apostolo* deram tonicidades diferentes em cada fase do periódico. A busca por essas variáveis em torno das representações da educação possibilita a definição da identidade do grupo e, por conseguinte, do outro.

[...] pode pensar-se uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 2002, p. 19).

É isto que se busca esquadriñar ao analisar o discurso contido em *O Apostolo*: seu projeto de sociedade.

A problemática do “mundo como representação”, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, 2002, p. 24-25).

Outra questão para destacar, acerca dos possíveis distanciamentos entre representações de educação no interior do círculo ultramontano, está ligada aos fatos sociais, às experiências, aos contextos, aos lugares de fala de cada um desses indivíduos que se dão a ver por meio de seus escritos. D. Macedo Costa escrevia na qualidade de bispo do Pará, cujo papel também passava pelo educar por meio da palavra e do exemplo, distante no espaço – e, provavelmente, no tempo se levarmos em consideração as dificuldades de comunicação com o centro do Império, as diferenças no desenvolvimento urbano e no volume de circulação de ideias e os entraves do Estado para se fazer presente na região para além de seu representante

eclesiástico – em relação à Corte e sob efeitos recentes da Questão Religiosa. Monsenhor Ferreira, assim como seus colaboradores, ainda não havia sentido os abalos causados pela Questão Religiosa na relação Estado liberal e Igreja ultramontana, conflito que só iria acontecer anos depois. O monsenhor, à época cônego, vivenciava o cotidiano da Corte, pois, ainda que residindo em Niterói, sua vida acontecia nas ruas do Rio. Rodeado pelas estruturas tanto físicas quanto ideológicas do Estado, de modo geral os redatores conseguiam se distanciar do referencial da instrução pública, organizada pelo Estado, no que dizia respeito à formação educacional dada à infância no interior de seus lares. A partir da idade em que os meninos passavam a frequentar a escola, esta última se tornava o foco para a inserção da educação religiosa. Ou seja, havia um distanciamento do Estado somente quando se pensava na educação dispensada no espaço familiar ou privado. A redação de *O Apostolo*, sob a tutela do monsenhor Ferreira, procurava tornar a educação católica o modelo adotado pela instrução pública. E quando essa possibilidade se tornava difícil de ser alcançada, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas era a bandeira que se mantinha hasteada.

Por isso, um bom número de editoriais reclamava ao Estado sua atuação na propagação e manutenção da fé nos estabelecimentos de ensino, por meio, principalmente, da obrigatoriedade do ensino religioso de viés católico (Cf. Quadro 3, p. 56), mas também do controle de professores e compêndios<sup>62</sup>. Portanto, a exclusão do Estado não se sustentou invariavelmente nos anos analisados, o que tende a confirmar a terceira suposição levantada na seção 1.1: as “falhas” da instrução pública eram apontadas com vistas à correção do sistema, não à sua supressão. Certamente, tal posicionamento estava atrelado a uma concepção em que o poder temporal emergia de forma estratégica para a execução da proposta ultramontana de educação presente no Jornal.

Interessante notar a adequação do pensamento ultramontano no solo brasileiro. Aqui não havia a proposta de rompimento, mas a readequação do Estado ao poder que a Igreja pretendia consolidar. Estado e Igreja manter-se-iam unidos, pois um se servia do outro, uma vez que ainda vigorava no Estado a concepção de que o cristianismo era o amálgama moral da civilização, apesar da forte oposição dos liberais, grupo que vinha crescendo no Brasil e na Europa.

Conforme vimos, a encíclica *Mirari Vos* inaugurou uma postura defensiva por parte da Igreja diante das ideologias modernizantes, acusadas de antirreligiosas porque tinham como

---

<sup>62</sup> Esses eram procedimentos constantes na Reforma Couto Ferraz, de 1854, mas que, na prática, não eram cumpridos com o rigor exigido pelos redatores de *O Apostolo*. Além disso, projetos e reformas do ensino desenvolvidos ao longo da segunda metade do século XIX tomavam vertente progressivamente liberal.

horizonte o fim da interferência da Santa Sé sobre a esfera temporal. A reação iniciada por Gregório XVI (1831-1845) e complexificada pelo Papa Pio IX (1846-1878) consolidou uma atitude de reafirmação do poder papal, combate aos “perigos” que ameaçavam a Igreja e fortalecimento da doutrina católica, conforme explica Santirocchi (2010a, p. 195):

O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de idéias e atitudes da Igreja Católica num movimento de reação às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. As suas principais características podem ser assim resumidas: esforço pelo fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; reafirmação da escolástica; restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); e definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e o “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.

Segundo Anjos (2015), alguns elementos estimularam o alinhamento de parte do clero brasileiro ao movimento ultramontano: a conscientização sobre a universalidade da Igreja e o reconhecimento da centralidade da Santa Sé na manutenção da unidade e da ortodoxia da religião; as ações do Papa Pio IX (1846-1878) no sentido de proporcionar maior aproximação entre Papa e bispos; e a situação política da Igreja diante da perda dos Estados Pontifícios, na década de 1870.

Extravasando os limites do espaço eclesiástico, o movimento ultramontano chegou aos leigos católicos que, por vezes, levaram seus princípios ao debate político do Império brasileiro. Nomes como dos senadores Cândido Mendes de Almeida<sup>63</sup> e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo<sup>64</sup>, do padre e deputado Joaquim Pinto de Campos<sup>65</sup>, do deputado Leandro

<sup>63</sup> Cândido Mendes de Almeida nasceu em São Bernardo dos Anapurus (MA) no dia 14 de outubro de 1818 e morreu no Rio de Janeiro no dia 1 de março de 1881. Foi um advogado, jornalista e político brasileiro, tendo sido deputado geral em cinco legislaturas e senador do Império do Brasil de 1871 a 1881, pelo estado do Maranhão, condecorado comendador da Ordem de São Gregório Magno e oficial da Ordem da Rosa. Atuou como jornalista, servidor público, advogado e professor. cursou o secundário no Maranhão na escola São Bernardo do Brejo. Aos 21 anos (1839), formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda. De acordo com verbete escrito pela historiadora Keila Grinberg, “suas ideias conservadoras em relação à Maçonaria ficaram conhecidas durante a Questão Religiosa, em 1873. Cândido Mendes se constituiu, com o conselheiro Zacarias de Góes Vasconcellos, advogado gratuito de D. Vital, processado na Corte. Seu pronunciamento no Senado, publicado sob o título *Resposta ao protesto da Maçonaria na Bahia*, esmiuçando os limites da legislação do padroado e defendendo o princípio de autonomia entre o poder temporal e o religioso, deu início aos debates sobre o fim do padroado no Brasil. Casado com Rosalina Ribeiro Campos e pai de Fernando e Cândido, faleceu subitamente em fevereiro de 1881, no Rio de Janeiro” (In: VAINFAS (org.), 2002, p. 113-114).

<sup>64</sup> Jerônimo Martiniano Figueira de Melo nasceu em 19 de abril de 1809, em Sobral, na capitania do Ceará e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1878, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista. cursou a Faculdade de Direito de Olinda em 1832. Atuou como Magistrado, advogado e servidor público. Por ocasião da questão religiosa em que estiveram envolvidos os bispos D. Antonio de Macedo Costa e Frei Vital, colocou-se ao lado dos defensores da Igreja, quer no parlamento quer na imprensa.

<sup>65</sup> Joaquim Pinto de Campos nasceu em Flores (PE) em 04 de abril de 1819 e morreu em 05 de dezembro de 1887 em Lisboa. Sem mais informações sobre Pinto de Campos, merece destaque o seguinte trecho: “Circulava também a notícia de que Penedo havia garantido ao Papa que os bispos não seriam condenados. Tal

Bezerra<sup>66</sup> e dos irmãos José Soriano de Souza<sup>67</sup> e Tarquínio de Souza Amaranto<sup>68</sup>, de Pernambuco, representavam a força política do que Ramiro Junior (2016, p. 73) chamou conservadorismo ultramontano. Inteiramente antiliberal, com base de argumentação e horizonte de visão católico,

Os ultraconservadores católicos seguem a orientação de defesa da supremacia da Igreja e do Papa, de recuperação e vida a partir da tradição, valorização do medievo, intolerância religiosa, e no pensamento que o ideal de liberdade jamais pode vir à frente da obediência religiosa. Isto é, o espaço da liberdade somente existe a partir e de acordo com a vida religiosa católica.

O autor em questão define o movimento ultramontano como conservador, subsidiário do catolicismo ultraconservador, mas essas definições precisam ser problematizadas a partir de seus referenciais, para que aproximações e distanciamentos entre as concepções dos autores utilizados neste trabalho como aporte teórico possam ser estabelecidos, possibilitando melhor compreensão das ideias e dos grupos que marcaram o debate político brasileiro na segunda metade do século XIX.

---

informação havia sido repassada pelo presbítero secular e deputado por diversas legislaturas, monsenhor Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), em conversa que teve com Antonelli em meados de 1874. Pinto de Campos já havia se envolvido em outras querelas como a que teve com o general Abreu e Lima (1795-1869), acusando-o de distribuir Bíblia e Novo Testamento falsos no Recife, tendo em vista a simpatia que o general apresentava pelo protestantismo anglicano, alvo da intolerância do prelado-político ultramontano” (PINTO, 2016).

<sup>66</sup> Leandro Bezerra nasceu na cidade de Crato, no dia 11 de junho de 1826 e morreu em 15 de novembro de 1911 no bairro Fonseca em Niterói. Era formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Academia de Direito de Pernambuco (1851). Em 1872 foi eleito, mais uma vez, deputado geral por Sergipe. Nessa legislatura ganha destaque nacional pela defesa que faz dos bispos de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira e do Pará, D. Antônio Macedo Costa, processados e presos pelo Governo Imperial. Como deputado da Nação, tomou parte saliente na chamada Questão Religiosa, colocando-se ao lado da justiça e da verdade, isto é, da Igreja Católica atrozmente perseguida pela Maçonaria, que governava então o país. Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/cearenses/listapornomedetalhe.php?pid=33768>> Acesso em: 28 Mar 2017.

<sup>67</sup> José Soriano de Souza nasceu na Paraíba em 15 de setembro de 1833 e faleceu em Recife no dia 11 de agosto de 1895. Estudou Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se doutorou em 1860, e Filosofia na Universidade de Lovaina, na Bélgica, que lhe concedeu o título de doutor *honoris causa*, foi Cavaleiro da Ordem Pontifícia de São Gregório Magno, do Vaticano, e professor Catedrático de Direito Público e Constitucional da Faculdade de Direito do Recife, onde também lecionou Direito Natural e Direito Romano, havendo sido ainda professor de Filosofia do Ginásio Provincial de Pernambuco, da mesma capital. Dedicou-se ao jornalismo, colaborando no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e em diversos órgãos da imprensa recifense, havendo, inclusive, fundado e dirigido, na capital pernambucana, os jornais católicos *A Esperança* (1865-1867) e *A União* (1872-1873). Ardoroso defensor do Bispo D. Vital durante a chamada Questão Religiosa, preconizou, na década de 1870, a criação do Partido Católico, cujo esboço de programa chegou a redigir e publicar. Disponível em:

<<http://www.integralismo.org.br/?cont=781&ox=203#.WNqeSjvyyIU>>, Acesso em: 28 Mar 2017.

<sup>68</sup> Tarquínio de Souza Amaranto nasceu no Rio Grande do Norte em 20 de julho de 1829 e faleceu no Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1894. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1857, doutorando-se em 1859. A 31 de março do ano seguinte ingressava no magistério da Faculdade como substituto. Foi professor de Filosofia no Ateneu de Natal e de Direito Eclesiástico na Faculdade do Recife e, mais tarde, professor da Escola Naval, no Rio de Janeiro, e, como tal, capitão-de-fragata honorário, além de lente fundador da Faculdade Livre de Direito, no Rio de Janeiro. A exemplo de seus irmãos Brás Florentino Henriques de Sousa e José Soriano de Sousa defendeu ativamente os bispos na famosa Questão Religiosa em 1874, razão pela qual recebeu um título honorífico da Santa Sé. Disponível em:

<[http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_amaranto.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_amaranto.html)> Acesso em: 28 Mar. 2017.

Na acepção de Ramiro Júnior (2016), o termo conservador sugere uma oposição a liberal, aquele que é simpático ao liberalismo. Pode-se depreender da leitura de seu texto que o fato de os ultramontanos serem contrários aos princípios do liberalismo os tornava conservadores. Tal proposição corre o risco de se tornar anacrônica se não levarmos em consideração a conjuntura política e eclesiástica na qual estava inserido o movimento ultramontano brasileiro.

O termo “liberalismo”, no sentido original, concerne a uma filosofia que tinha como princípios o individualismo e a liberdade (comercial, de consciência, de pensamento...). Sim, a essa acepção o movimento ultramontano se colocava contrário. Mas, como essa filosofia estava inserida na política nacional? É a resposta para tal pergunta que permite delinear o perfil dos ultramontanos aqui.

A filosofia surgida no século XVIII como reação ao absolutismo delineou um Estado que representaria toda a sociedade, respeitando os limites do público e do privado para a manutenção da ordem, a fim de que os indivíduos pudessem desenvolver suas atividades livremente. Politicamente, o Estado liberal se fundamenta na noção de que o poder vem do povo, pois é dele o direito de escolher seus representantes.

Na realidade brasileira, a filosofia oriunda do iluminismo foi adotada por homens ligados à produção e ao comércio de exportação e importação, os quais pretendiam modernizar as relações de trabalho mantendo as estruturas sociais e econômicas no início do século XIX, e também atingiu uma parcela considerável dos religiosos, que decantou os princípios do iluminismo no catolicismo iluminista, auxiliar do regalismo brasileiro.

Note que a filosofia desenvolvida no século XVIII foi apropriada pelos setores diversos de acordo com suas experiências e expectativas de mundo social. Tanto que dela surgiram duas linhas políticas no Segundo Reinado, as quais Ramiro Júnior (2016, p. 70) denominou liberais – que tinham como demandas a “descentralização política, direitos civis, retórica popular e autonomista, e reformas secularizantes para afastar a intervenção da Igreja na vida social reservando-a ao âmbito privado” –, e liberais conservadores – que agiam pela “centralização política, manutenção de certos privilégios e ampliação paulatina de direitos civis, com a manutenção da ordem e da unidade do país contra os ideais autonomistas, e vínculo com a instituição religiosa na vida pública”.

Os liberais conservadores eram tributários do liberalismo doutrinário de François Guizot<sup>69</sup>, cuja proposta de ação era balizada pelas possibilidades do contexto, atuando com

---

<sup>69</sup> Francisco Guizot, historiador e estadista francês, nasceu em Nîmes em 4 de outubro de 1787 e faleceu em 12 de setembro de 1874. As obras históricas de Guizot contêm as primeiras tentativas de explicar a história do

vistas ao possível, sem negar a realidade ou buscar uma utopia (RAMIRO JUNIOR, 2016). Em termos políticos, significou a estabilização do Império e a conciliação entre os partidos, e em termos sociais, um projeto de civilização universalizante, mas que se faz com a combinação das tradições locais. A Igreja, nesse projeto, foi encarada como um dispositivo de equilíbrio político e controle e como recurso administrativo para realizar tarefas fundamentais da vida cotidiana.

Decerto, não podemos confundir os conservadorismos. Possivelmente procurando a distinção entre eles, Ramiro Junior (2016) tenha se referido aos ultramontanos como ultraconservadores católicos, mas creio que essa não seja a melhor adjetivação para o grupo: o que seriam ultraconservadores? Seriam aqueles que pretendiam aprofundar as propostas conservadoras?

De acordo com Azzi (1978), o catolicismo ultramontano era, na verdade, renovado, em oposição ao catolicismo tradicional. Este último, por ter sua gênese na tradição luso-brasileira, foi assim definido: é “leigo, medieval, social e familiar” (Ibid., p. 9), enquanto o catolicismo renovado é “romano, clerical, tridentino, individual e sacramental” (Ibid., p. 9). Assim, os ultramontanos se configuram naqueles que propuseram uma renovação do catolicismo, que acabou por se tornar uma proposta de renovação política não por um caráter partidário, mas por seu plano de ação sobre a sociedade. A renovação do catolicismo demandava, principalmente, a delimitação clara entre os poderes espiritual e temporal para a readequação, ou rearranjo, dos poderes estabelecidos.

Incidindo diretamente nas relações Igreja e Estado, os grupos políticos clássicos do Império brasileiro e os ultramontanos passaram a rivalizar pela representação de mundo social.

Dos liberais, cuja base de argumentação era anticlerical e antirregalista, emergiu o projeto de civilização que dependia da superação da autoridade eclesiástica, pois, de acordo com tal concepção, esse era um impedimento ao progresso, ao liberalismo e à civilização. A proposta de apartamento das instituições civis em relação ao caráter confessional fomentado

---

ponto de vista da luta de classes, interpretada, no entanto, a partir de posições burguesas. Foi Primeiro Ministro entre 1840-1848. “A influência de Guizot fez-se sentir, em Portugal, já no pensamento de Alexandre Herculano. Algo semelhante ocorreu no Brasil entre os denominados por Oliveira Vianna de Homens de Mil, que constituíram a geração de estadistas formados por D. Pedro II e que foram os responsáveis pela estabilidade política do Segundo Reinado. Um desses Homens de Mil foi o visconde de Uruguai, Paulino Soares de Souza, que fundamentou boa parte do seu Tratado de Direito Administrativo nas ideias e nas propostas reformistas de Guizot. Outros estadistas como o Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo e o seu filho, Joaquim Nabuco, confessavam-se seguidores de outro doutrinário, o mestre de Guizot e seu padrinho político, Pierre-Paul Royer-Collard”. (Disponível em: <[http://www.cdpb.org.br/liberalismo\\_frances\\_velez.pdf](http://www.cdpb.org.br/liberalismo_frances_velez.pdf)> Acesso em: 28 Mar. 2017).

por liberais conservadores – ou regalistas – foi o que definiu a representação de educação liberal (ANJOS, 2015).

Os liberais propunham a formação do cidadão útil pelos bancos escolares, contudo a baixa oferta de escolas fez com que a família assumisse o papel de educadora moral naquele projeto. A família, amparada pela lei e não pela Igreja, incutia nas crianças os direitos e deveres que cabiam ao indivíduo, fazendo com que exercitassem a obediência e a docilidade para com seus subordinados. Para esse intento, inserir o educando nas relações de trabalho adequadas a sua idade tinha um importante efeito pedagógico, pois além de combater o ócio, cultivava os bons costumes.

A entrada da família nesse processo educacional tinha, entretanto, um caráter complementar à atuação da escola, pois na concepção liberal são escola e Estado os responsáveis pela formação do cidadão útil. E é aí que reside a grande diferença entre essa representação de educação e a representação de educação ultramontana. Apesar de ambas visarem a composição do “homem de bem”, na versão liberal tal composição era orientada pela lei em benefício da sociedade e do Estado; na versão ultramontana era a Igreja a norteadora do processo que tinha como objetivo formar para Deus, beneficiando a sociedade e o Estado por consequência.

Por outro lado, a representação de educação liberal se diferencia da representação de educação regalista<sup>70</sup> somente pelos meios através dos quais pretendia formar o mesmo cidadão útil. O Estado liberal excluía

do seu horizonte a ideologia religiosa como formadora e conformadora de comportamentos (algo próprio do regalismo), simplesmente destacando com mais vigor, dentre outras coisas, as prerrogativas do poder paterno e da organização familiar, próprias daquele liberalismo que desde antes da Independência, veio se instalar no Brasil (ANJOS, 2015, p. 288).

Isso nos leva a pensar o que faz divergir as representações de educação regalista e ultramontana se ambas defendem a religião como formadora da moral. A diferença reside na posição que a religião, portanto a Igreja Católica, assumia no esquema proposto.

Na educação ultramontana a Igreja assumia lugar predominante sobre a família e o Estado. Na educação regalista ela possuía a função complementar, pois a instrução religiosa, ao semear obediência e docilidade, destacava a predominância do Estado na figura de seus

---

<sup>70</sup> Os “regalistas” descritos por Anjos (2015) como subsidiários do catolicismo iluminista são os mesmos “liberais conservadores” de Ramiro Júnior (2016) e apoiadores do “regalismo liberal” tratados por Santirocchi (2010a). Neste trabalho adoto os termos “regalista(s)” e “regalismo” para evitar ambiguidade com os termos “conservadores” e “liberais”, também usados ao longo do texto com sentido que os afastam da doutrina regalista.

governantes, na hierarquia daquela sociedade.

A instrução religiosa – ou o ensino religioso – assumia, portanto, papel fundamental no funcionamento e manutenção da ordem social. A religião era a disciplina que, ensinada por sacerdotes, mestres e professores ou família, atuava em conjunto com a instrução civil na composição do “bom cidadão”.

A função social relegada à Igreja, na representação de educação regalista, era consonante à representação de Estado regalista brasileiro construída no interior da cultura portuguesa. Anjos (2015) afirma que, desde o período colonial, o catolicismo iluminista influenciava o catolicismo brasileiro regendo as mudanças no pensamento sobre a Igreja Católica pela via da razão, tornando-a um instituto de educação moral, onde os sacerdotes seriam educadores do povo. Foi o catolicismo iluminista que, segundo o autor, abriu espaço para a consolidação do regalismo no Brasil imperial.

Mas Estado e Igreja não são instituições monolíticas e imutáveis, portanto, a diversidade de orientações filosóficas e doutrinárias fez surgir momentos de muita tensão entre eles. A orientação regalista e o avanço da agenda liberal para a política e sociedade brasileiras levou o setor da Igreja mais alinhado às orientações romanas a se posicionar, por exemplo, quanto ao casamento civil e à entrada de imigrantes protestantes, em detrimento da formação para o trabalho de liberto, bem como quanto à educação promovida por mãe, mestres e Igreja.

O meio utilizado pelo setor ultramontano da Igreja para divulgar e promover ideias que se pretendiam aceitas e partilhadas pelos brasileiros foi a imprensa periódica. Esse veículo condenado e visto com desconfiança pelos católicos desde 1832, com a encíclica *Mirari Vos*, emergiu anos depois entre os caminhos de ação da Igreja para defender e justificar sua centralidade e autonomia no exercício do poder espiritual.

Daquele momento em diante a Igreja tomou um posicionamento defensivo contra o avanço da ‘mentalidade do tempo’, marcadas pelo liberalismo, positivismo e o progresso da secularização; mas, como não podia ignorar a realidade social e política circundante, teve de usar de novos meios, tais como associações, imprensa e partidos, para atuar junto à sociedade. Isso levou a uma aliança fiéis-hierarquia Católica, que teve suas origens na Alemanha a partir da Conferência dos bispos de Würzburg em 1848 e ao nascimento das associações católicas pró-Papa Pio IX. O apelo à população simples e à sua mobilização, no que as mulheres tiveram importante papel, foi um traço fundamental do movimento ultramontano (SANTIROCCHI, 2010a, p. 196-197, grifo do autor).

De acordo com a opinião expressa no editorial do segundo número de *O Apostolo*, a imprensa, por ser uma tribuna universal, permitia que se propagasse todo tipo de notícia, pronunciamento e versão de fatos. “E por sem duvida podemos dizer que a imprensa tem uma

origem toda divina" (O APOSTOLO, ano I, 14 Jan. 1866, p. 1), cujo papel era zelar pela justiça e honestidade.

A liberdade da imprensa é uma consequencia legitima e necessaria da liberdade, que o Creador dera ao pensamento. Mas este, como aquella por mais amplas que se considerem, não podem sem desvirtuarem-se, ultrapassar os limites, que tem por força de sua natureza todos os seres creados. [...]

A imprensa pois tem na justiça e na honestidade os devidos lemites ao seu colossal poder.

[...] [o bom livro] une os particulares na mesma opinião antes mesmo que tenham declarado suas opiniões. [...]

Tanto o bem, como o mal apoderarão se delle [o jornal], um para edificar, outro para destruir; um usa, outro abusa: cumpre aos homens de senso salvar a dignidade da imprensa (O que é a imprensa?, O APOSTOLO, Ano I, 14 Jan. 1866, p. 1-2).

Convencido da necessidade de reagir aos ataques impetrados por seus inimigos e dos perigos que a modernidade trazia à cristandade, Pio IX (1846-1878) convocou o poder da imprensa na luta em defesa da Igreja Católica e da civilização cristã. O Papa conclamava e incentivava a imprensa católica para divulgar sua doutrina e cultivar a moral a serviço da sociedade cristã, a única orientada pela verdade em Cristo. Conforme transcrição de artigo publicado em *Du Rosier de Marie*, intitulado *Missão da Imprensa catholica, segundo a opinião da Santa Sé*, em que comenta o Breve enviado pelo Papa Pio IX (1846-1878) aos redatores da revista católica *Civitta Catholica*:

Ninguem pode pois desconhecer que a imprensa periodica e não periodica é, nas mãos dos inimigos da Egreja, a arma mais mortifera para combater a qualquer especie de bem e sedusir os espiritos mais rectos e mais sinceros.

Para remediar tão grande mal era necessario que homens cheios de coragem e talento, que padres zelosos principalmente emprehendessem a obra mais salutar que é possivel tentar, - a de opporem-se aos ataques tão perigosos da imprensa impia com as armas ministradas pela imprensa catholica (O APOSTOLO, ano I, 22 Jul. 1866, p. 4-5).

É essa circunstância o estimulante para a produção no Brasil de alguns dos principais periódicos ultramontanos<sup>71</sup>: os *Selecta Catholica*, *O Romano* e *O Bom Ladrão*, que circularam na diocese de Mariana durante o bispado de D. Antônio Ferreira Viçoso; os *A Ordem*, *A Sentinella*, *A Reacção* e *Vanguarda*, na Província de São Paulo; e *O Apostolo*, produzido na Corte.

A par do contexto que fez surgir *O Apostolo*, das representações de educação em

<sup>71</sup> Os periódicos marianenses foram objeto de estudo de Daniela Gonçalves Gomes (2012). De acordo com a autora, os periódicos confessionais *Selecta Catholica*, *O Romano* e *O Bom Ladrão* consistiam em instrumentos de propagação dos ideais ultramontanos, auxiliando o estabelecimento das práticas relacionadas àquele ideal na prelazia de D. Viçoso, contribuindo para uma integração moral e lógica da ordem social. Além daqueles periódicos, Tatiana Costa Coelho (2016) apresentou os jornais católicos produzidos na Província de São Paulo e na Corte a fim de conhecer as redes de sociabilidades do laicato católico entre Minas Gerais, São Paulo e Corte.

disputa na segunda metade do século XIX e das especificidades da representação de educação ultramontana elaborada pelo coletivo de redatores chefiado pelo monsenhor Ferreira, o capítulo a seguir propõe-se a evidenciar o projeto de educação católica que se delinea ao longo da trajetória de *O Apostolo*.

## 2 LETRAS EM MARCHA PELA FÉ: MARCAS DE UMA REPRESENTAÇÃO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA EM MEIO ÀS CONTENDAS DE *O APOSTOLO*

Por meio de uma narrativa que se desenvolve tendo por fio condutor a materialidade do periódico católico *O Apostolo*, este capítulo toma os cenários envolvidos na criação e trajetória do Jornal para um exercício de desvelamento de sua estrutura e representatividade junto à sociedade imperial do século XIX, com atenção à forma como a temática educação católica emerge nos editoriais publicados entre os anos de 1866 e 1882.

Logo em sua edição inaugural, a redação do Jornal apresentou o porquê e para que *O Apostolo* foi criado:

Apparecendo pela primeira vez perante o publico é justo que o *Apostolo* exhiba sua razão de ser e o que pretende nessa tribuna universal a imprensa em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade. Não faremos um programma das ideas e dos sentimentos, em cuja esfera se há de circumscrever nosso jornal; dedicado aos interesses do Catholicismo, sua marcha está por de mais traçada nesses principios eternos e inhabalaveis de seus dogmas, sua moral e sua disciplina. Mas em todos os tempos e mormente nestes tão calamitosos, que a travessamos, a Religião tem necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legitimos, porque ella tem a missão sublime e indeclinavel de guiar os povos pela senda do dever. Esses órgãos são os pastores, e emfim todo o Sacerdócio a quem o Divino Mestre nomeou a luz do mundo, e o sol da terra. [...] (*O APOSTOLO*. Ano I, n. 1, 07 Jan. 1866, p. 1-2).

No conteúdo do primeiro editorial, assim como no frontispício e no tema da homilia (Figura 7) – “Sobre a educação dos filhos” –, o Jornal, que “encetava sua existência” em 7 de janeiro de 1866, declarava que sua missão ia para além do localismo, colocando-se como defensor do interesse primordial geral dos povos: a religião. Por conseguinte, não somente o conteúdo, mas a forma através da qual *O Apostolo* se apresentava compõem os códigos a serem decifrados em busca das percepções do social externadas pelo grupo intelectual que investiu naquela empresa. E são essas percepções as produtoras de “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas condutas” (CHARTIER, 2002, p. 17) e transbordam em representações do seu mundo social.

Figura 7- Edição inaugural de *O Apostolo* (1866): primeira página

# O APOSTOLO

ASSIGNATURAS PARA A CÔRTE.

*Adiantados.*

Por um anno . . . . . 6\$000  
 Por semestre . . . . . 3\$000  
 Por trimestre . . . . . 1\$500



ASSIGNATURAS PARA AS PROVINCIAS.

*Adiantados.*

Por um anno . . . . . 7\$200  
 Por semestre . . . . . 3\$600  
 Por trimestre . . . . . 1\$800

**PERIÓDICO RELIGIOSO, MORAL E DOCTRINARIO, CONSAGRADO AOS INTERESSES DA RELIGIÃO E DA SOCIEDADE.**

Dum lucem habetis, credite in lucem.  
S. João 12.30.

---

Publica-se aos domingos. Assigna-se na Typographia de N. L. Vianna & Filhos, rua d'Ajuda n. 79.

---

Anno I.
DOMINGO, 7 de Janeiro de 1866.
N. 1.

---

A redacção recebe qualquer artigo de interesse publico religioso, sendo porém publicado o que estiver concebido de accordo com o programma deste periodico.

**Primeira Domingo da Epiphania.**

*Sobre a educação dos filhos.*  
*Ev. S. Luc. Cap. II.*

Quando Jesus teve doze annos, José e Maria forão com elle á Jerusalem seguindo o costume do dia de festa.

E acabados os dias que ella observava quando voltarão para casa, ficou o menino Jesus em Jerusalem, sem que seus pais o advertissem.

E crendo que elle viria com os da comitiva, andarão caminho de um dia, e o buscavão entre parentes e conhecidos.

E como o não achassem voltarão para Jerusalem em busca delle.

E aconteceu que tres dias depois o acharão no templo assentado no meio dos doutores, ouvindo-os e fazendo-lhes perguntas.

E todos os que o ouvião, estavam pasmados da sua intelligencia e do suas respostas.

E quando o virão se admirarão. E sua mãe lhe disse: Filho, porque usastes assim com nosco? Sabo que teu pai e eu andavamos buscando-te cheios de afflicção.

E elle lhes respondeu:

Para que ão buscaveis? Não sabeis que importa occupar-me nas cousas que são do serviço de meu pai?

Mas elles não entenderão a palavra, que lhes disse. E desceu com elles e veio á Nazareth, e estava-lhes sugoito. E sua mãe conservava todas as palavras no seu coração.

E Jesus crescia em sabedoria, em idade e em graça diante de Deus e dos homens.

A piedade e a devoção forão na opinião commum de todos os interpretes deste Evangelho, os motivos que determinarão Jesus e Maria a emprender esta viagem tão longa e afadigosa, qual a de Nazareth a Jerusalem. Aprendamos neste exemplo de Jesus e Maria que não basta sómente cumprir-mos o que é de preceito, é tambem bom e muito bom

para oxoreitar a virtude, praticar actos ep devoção solida e authorisada pela Igreja, como era naquelle tempo visitar o templo de Jerusalem nos dias mais solemnes, e que particularmente são consagrados a Deus. O exemplo de Jesus e Maria tambem nos ensina que os pais devem levar seus filhos, quando estes cheguem a idade da razão, á Igreja e mais logares, onde vendo exemplos de piedade, aprendão a pratica da lei de Deus, e se acostumem a suportar desde sua meninice o jogo do Senhor.

Quantos pais e mães não ha por abi que apenas nascidos seus filhos se desprendem delles, e deixão sua educação entregue a pessoas, cuja piedade e religião não são bem conhecidas. Muitos, é verdade, não procedem deste modo; mas na educação que dão a seus filhos, o que menos lhe importa, é infundir-lhes o temor de Deus, e instrui-los na pratica dos santos preceitos da lei. Um pai vingativo, por exemplo, só procura gerar no coração de seu filho a paixão que lhe domina de vingar-se de um inimigo que o insulta: um pai usurario procurará disporar no espirito de se u filho o immenso dinheiro, e as riquezas que deverá amontar: um pai deshonesto arrastará com seus mãos exemplos seu filho para o caminho da perdição; cada pai procurará transmitir a seus filhos as paixões que o devorão, sem se lembrarem que esta é a razão de muitos filhos tratarem aos pais com indignidade, sem aquella ternura e respeito que lho são devidos. Eis aqui porque a sociedade está cheia de moços sem piedade e sem devoção, outros tantos infelizes e desgraçados a quem os pais nem aq menos insinarão os primeiros rudimentos da Religião. Pais e mães que professão a Religião Catholica lembrai-vos que Maria Santissima, a melhor de todas as mães, desde que deu a luz do mundo o Menino Jesus, jámais se separou delle, não o levando a outra parte senão ao templo; aprendei dolla o cuidado que todas vós deveis ter em educar e instruir, vós mesmas os vossos filhos, ou pelo menos a não confiã-os, para este fim, senão a pessoas, cuja piedade e virtude sejam bem claras e patentes. Só assim formareis bons cidadãos para a patria, e bons filhos para a Igreja, que é a mãe de nós todos.

**O APOSTOLO.**

**O Apostolo.**

Apparecendo pela primeira vez perante o publico é justo que o *Apostolo* exhiba sua razão de ser e o que pretende nessa tribuna universal a imprensa em que hoje se discutem todos os interesses da humanidade. Não faremos um programma das idéas e dos sentimentos, em cuja esphera se hado circumscrever o nosso jornal; dedicado aos interesses do Catholicismo, sua marcha está por de mais traçada nesses principios eternos e inabalaveis de seus dogmas, sua moral, e sua disciplina.

Mas em todos os tempos e momento nestes tão calamitosos, que a travessamos, a Religião tem necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legitimos, porque ella tem a missão sublime e indclinavel do guiar os povos pela senda do dever.

Esses órgãos são os pastores, o emfim todo o Sacerdocio a quem o Divino Mestre nomeou a luz do mundo, e o sol da terra.

Somos Sacerdotes, nós os operarios desta empresa, que enceta hoje sua existencia com a publicação do presente numero; tomando sobre nossos hombros esta ardua tarefa, cumprimos pois uma obrigação rigorosa e sagrada. A Igreja e a sociedade, em que vivemos o exige de nós, ambas tem o imperioso direito de o exigir. Não temos a pretensão do o fazer melhor do que aquelles denodados athletas, que nos precederão, não fazemos mais do que continuar os passos que elles nos cederão. Oxalá que nossos desejos e nossos esforços sejam coroados de mais felizes successos, por entre as multipas contrariedades, que pesão sobre as publicações religiosas.

Conhecemos as difficuldades com que temos de lutar, mas contamos com o sentimento catholico, que, mercê de Deus, anima e afervora o povo fluminense, e é por sua honra e por honra do clero desta importanté Diocese, que não podemos supportar a idéa do faltar-lhe um órgão na imprensa religiosa ao mesmo tempo que quasi todos os outros o tem.

Vimos pois por nossa vez prestar o contingente de nossa debeis forças; esperamos o auxilio de nossos irmãos, no sacerdocio, assim como de todos os catholicos.

Todos sabem, todos sentem quanto a sociedade está ferida no coração. Tudo quanto o genio do homem pôde alcançar, tem sido posto em contribuição para curar essa chaga cancerosa, que corroe a humanidade no meio do seus prodigios das sciencias, das artes, e da industria.

Verdadeira e nova Babel tem substituido a

*O Apostolo* chegava à esfera pública com interesses que iam para além da primordial catequese. Os “operários da fé” atuavam na arena da imprensa principalmente para denunciar os ataques perpetrados pelos “inimigos da Igreja”, a saber: o indiferentismo religioso, o protestantismo e o liberalismo, marcas do tempo que desagregavam a sociedade brasileira. Noticiavam, argumentavam, contra-argumentavam e, principalmente, conclamavam os católicos a reagirem contra os ataques daquilo que era o seu amálgama, a base da orientação moral de todo cidadão brasileiro: a Igreja Católica.

Assim, por meio da tribuna, os “operários da fé” pretendiam alicerçar o caminho para a construção da civilização cristã no Brasil, sinalizando as ações de seus inimigos, criticando-os, defendendo o catolicismo romano e propondo soluções, baseadas na doutrina, aos problemas da sociedade brasileira. Aqueles “operários” tinham, pois, a necessidade de se fazer ouvir para além da sacristia, da nave, do adro. Reconhecendo o poder da imprensa, esta se tornava o púlpito que projetava a voz da religião na Corte, nas Províncias do Brasil, quiçá no mundo.

Foi um Jornal altamente ligado às demandas políticas e religiosas da época, direcionado pela convicção numa prática católica defendida como verdadeira e, dessa maneira, única, indispensável para a orientação da sociedade brasileira rumo à civilização e ao progresso<sup>72</sup>.

Com efeito, o periódico em questão não é por definição pedagógico, mas acabou por assumir uma vertente educadora na medida em que desenvolveu uma representação própria da educação e, recorrendo à eleição de agentes autorizados, pretendeu estabelecer práticas educativas a serem exercitadas pelas famílias e professores em mais de uma centena de editoriais sobre o tema, publicados no corte temporal desta pesquisa. Tudo isso se deu de forma gradativa, processual, sem abruptas rupturas e sem o abandono de noções anteriores.

A leitura dos editoriais sobre educação católica permite afirmar que a mãe, com orientação do pároco, foi considerada o principal vetor da educação religiosa para a infância e juventude, mas gradativamente cresceu sobre ela a culpa pela desordem social brasileira. A partir de então, os estabelecimentos de ensino religioso começaram a despontar como a melhor escolha para a educação daqueles segmentos de educandos. São esses demarcadores, por consequência, que orientaram a caracterização da trajetória e atuação de *O Apostolo* na esfera pública, delimitada temporalmente pelo período em que o monsenhor Ferreira esteve à frente da empresa.

---

<sup>72</sup> De acordo com a filosofia católica, a ideia de que o progresso estivesse ligado à vida terrena, e não à celeste, desviava o homem do verdadeiro sentido de sua existência. Destarte, a concepção católica de progresso não estava atrelada ao progresso material, mas na harmonia entre os dois mundos, à medida que o homem tivesse como propósito na terra o aprendizado em busca da redenção com Deus.



remonta ao século IX e pode ser apresentado com diversas variantes, sendo o objeto principal a cruz. São cerca de trinta os objetos associados ao evento da Paixão de Cristo, contudo alguns são mais comumente representados na arte cristã. Além da cruz, são identificados a coroa de espinhos, o pilar onde Jesus foi açoitado, o chicote, a esponja sagrada, a lança sagrada e o véu de Verônica. Mas a imagem gravada no frontispício de *O Apostolo* trazia também o martelo, a escada e a pinça, elementos que fazem alusão à pregação e à remoção de Jesus na cruz. Por alguns anos, essa foi a única imagem gravada naquele Jornal. A partir de 1870, até mesmo ela foi excluída, e somente com o incremento da seção de anúncios algumas poucas imagens voltaram a ilustrar suas páginas.

Indicando somente ser uma empresa obrada por sacerdotes, *O Apostolo* saiu em seu primeiro ano dos prelos da Typographia de Nicolau Lobo Vianna & Filhos<sup>74</sup>, na qual também era feita a assinatura do periódico. O plano de assinatura poderia ser anual, semestral ou trimestral, com valores entre 7\$200 (sete mil e duzentos réis) e 1\$500 (mil e quinhentos réis)<sup>75</sup>, com distribuição na Corte e Províncias, condições e preços mais acessíveis do que os praticados por seus congêneres, conforme mostra o Quadro 7.

Quadro 7 – Periódicos semelhantes, preços e periodicidade no ano de 1866

Periódico	Valor da assinatura semestral		Periodicidade
<i>A Pacotilha</i>	Corte	6\$000	Semanal
	Província	---	
<i>Ecco Popular</i>	Corte	4\$000	Semanal
	Província	---	
<i>Jornal do Povo</i>	Corte	5\$000	Semanal
	Província	---	
<i>O Apostolo</i>	Corte	3\$000	Semanal
	Província	3\$600	
<i>O Brazil</i>	Corte	5\$000	Semanal
	Província	---	
<i>O Monitor Portuquez</i>	Corte	5\$000	Semanal
	Província	---	
<i>O Século XIX</i>	Corte	6\$000	Semanal
	Província	---	

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de arquivos disponíveis na HDB.

<sup>74</sup> Mais comumente discriminada como Typographia de N. L. Vianna & Filhos. Estava instalada na rua d'Ajuda, n. 79. De acordo com Hallewell (2005), tal tipografia chamava-se Typographia do Diário, até 1830, quando Nicolau Lobo Vianna a adquiriu, escrevendo e publicando outros periódicos de cunho conservador. Com seu falecimento, no início dos anos 1850, a direção da tipografia passou à sua viúva, e por volta de 1855 seus filhos a herdaram e a mantiveram em funcionamento até o fim da década de 1860.

<sup>75</sup> A fim de permitir a compreensão dos valores de comercialização dos periódicos semanais na Corte dos anos de 1860, apresentam-se os seguintes dados de referência: no ano de 1861, um escravo custava 600\$000 (seiscentos mil réis); e o salário de inspetor itinerante de escola na Província era de 3:000\$000 (três contos de réis). Em 1862, cada exemplar da coleção *Biblioteca Brasileira*, 1\$500 (mil e quinhentos réis); e assinatura anual da Biblioteca Brasileira, 12\$000 (doze mil réis). Em 1864, um afiador para navalhas era vendido a 2\$000 (dois mil réis); e a obra *Crisálidas*, de Machado de Assis, 1\$500 (mil e quinhentos réis). Em 1866, o *Alphabeto Ilustrado*, da Editora Laemmert, era vendido a 3\$000 (três mil réis); e o aluguel de casa no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, 30\$000 (trinta mil réis). (Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/memoria/base\\_temporal/Numeros/index.htm](http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Numeros/index.htm)>. Acesso em 28 Abr. 2018).

Porém, ainda durante o ano de 1866, a sacristia da Igreja de São Pedro<sup>76</sup> foi indicada como local alternativo para a assinatura do Jornal e como canal de reclamações dos assinantes que, por ventura, não recebessem os números pagos.

A primeira edição de *O Apostolo*<sup>77</sup>, apesar da menção no editorial à situação de perigo e ameaça que sofria a religião, traz em seus artigos os conflitos, ou os ataques – termo mais usado no Jornal –, ocorridos na Itália, na Bélgica e na Polônia, excluindo o território nacional desse panorama. Sobre o Brasil, destaca somente o enfraquecimento do catolicismo nas diversas Províncias, sugerindo o recebimento de imigrantes católicos oriundos da Polônia para “o progresso moral do Brasil, vindo eficazmente á par delle o progresso material” (Emigração Polaca, O APOSTOLO, ano I, n. 1, 7 Jan. 1866, p. 3). Nas edições seguintes, a tônica é semelhante, com o incremento de reflexões acerca de conteúdos que diziam respeito à doutrina católica e à transcrição de documentos clericais da diocese e do papado, assim como transcrições de documentos e falas governamentais. O Jornal foi considerado por alguns como “cousa pesada de mais”, conforme o trecho em destaque, publicado sob o título “Novidades da Semana”, no periódico *Semana Illustrada*:

Sabem que é o *Apostolo*?

É um jornal novo, ultramontano, gazetta da sacristia, que começou a apparecer, bem redigido é verdade, mas fallando uma linguagem que já não é deste tempo, nem este paiz.

Eu, que de ordinario não me dou a estudos serios, pela regra de que tolo é quem se mata, e vou-me dando bem com meus livrecos de pequena monta, li comtudo o *Apostolo*, e decorei alguns estirados artigos sobre assumptos religiosos, humedecidos de agua benta, e cheirando ainda a gavetões da sacristia...

Li-os para minha instrucção... e basta

Digo-lhes que é cousa pesada de mais” (SEMANA ILLUSTRADA, n. 268, 28 Jan. 1866, p. 3037, grifo do autor).

Interessante destacar nesse trecho o predicado “ultramontano” usado para caracterizar o Jornal. O termo em destaque, assim como “jesuíta”, eram os mais usados por opositores para definir o grupo intelectual representado em *O Apostolo*. À época, com forte conotação pejorativa, os termos sugeriam um comportamento inadequado por parte do clero brasileiro,

<sup>76</sup> A Igreja de São Pedro, construída em 1733, estava localizada na esquina da rua São Pedro com rua dos Ourives, atual rua Miguel Couto, Centro do Rio de Janeiro. Foi erigida pela Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro, à qual estavam ligadas personalidades importantes da trajetória do periódico *O Apostolo*, cujos nomes emergiram ao longo da pesquisa nas páginas deste e de outros periódicos da época. A Igreja de São Pedro foi demolida no ano de 1943 para a construção da avenida Presidente Vargas e transferida para uma nova sede na avenida Paulo de Frontin, em terreno contíguo ao do Seminário São José, no bairro do Rio Comprido.

<sup>77</sup> A edição inaugural de *O Apostolo* foi o único número analisado na totalidade com a finalidade de identificar e apresentar ao leitor o escopo do periódico cujos editoriais são tomados como fonte e objeto deste estudo. Contudo, ao longo da pesquisa desenvolvida na ABI, no SSJ e, principalmente, na HDB, os números disponíveis foram vistos, página por página, para acompanhar as mudanças organizacionais no seccionamento do Jornal e em busca de pista que levasse a desvendar o grupo intelectual envolvido na empresa, uma vez que uma das principais marcas de *O Apostolo* foi o anonimato no frontispício e nos artigos publicados.

pois estaria sobrepondo a autoridade do Papa à do Imperador, impondo o clericalismo sobre a política e a sociedade civil. Monarquistas que eram, os redatores do *Jornal* prontamente recusavam tais alcunhas e defendiam-se afirmando que o Papa era a maior autoridade, sim, mas no que tangia à doutrina católica. Porém, essa foi uma questão que não alcançava ponto pacífico, como podemos ver no conteúdo abordado em editorial do ano de 1881.

O correspondente do nosso collega *Jornal do Commercio*, que acompanha a comitiva imperial na excursão pela província de Minas, descrevendo a visita às aulas de estudo do seminário do Caraça, dá conta de um incidente que muito lhe desagradou, e que relata n'estes termos:

‘Sua Magestade visitou diversas aulas, acompanhado dos respectivos professores. Em geral, os alumnos mostraram muito aproveitamento.

É de ha muito conhecido o systema de educação no Caraça; ensina-se o curso secundario, havendo collegio e seminario; no primeiro estudam se humanidades; no segundo, ha o curso theologico.

Vou referir um facto, que se deu aqui, na aula de theologia e direito canonico, que é regida pelo padre lazarista João Chanavat, fal-o-hei sem commentarios, porque é um verdadeiro ferro quente, no qual não porei a mão. Foi assim:

O professor, argüindo n'aquella aula alumno, perguntou-lhe quantos poderes conhecia. O alumno, respondendo que o civil e o ecclesiastico, accrescentou que ambos eram independentes, mas que o primeiro era sujeito ao segundo; adduzindo o professor que o poder civil estava sob o ecclesiastico, por vir este de Deus.

Sua Magestade declarou que protestava contra esta doutrina, na qualidade de representante do poder civil, e por ser ella contraria á Constituição do Estado’.

Comquanto não nos pareça authentico tal incidente, apesar de exposto, há dias, pelo reporter a que nos temos referido, e hontem por outro, que largamente se estende em considerações, que mais servem para realçar seu escandecido espírito do que a noticia que dá, diremos sempre alguma cousa para desaffronta da verdade.

Se deu-se o incidente, que affirmam os reporters, custa-nos ainda assim a acreditar que se passasse tal qual foi exposto, porque não podemos admitir que o distincto professor de direito desse, como razão para provar o asserto do estudande, o que refere o Sr. Reporter, pois não ha menino de escola, que tenha estudado doutrina christã, seminarista do curso theologico, professor de direito, que ignore as palavras de S. Paulo: *Omnis potestas a Deo*.

Se ambos os poderes têm sua origem em Deus, achamos muito fútil, se não banal, querer se provar ser o poder civil subordinado ao ecclesiastico, só porque este procede de Deus.

Concedamos, porém, que assim tenha sido: será porventura, motivo para tamanho espanto a exposição de doutrina tão debatida e tão sabida?

Pensa, talvez, o reporter que a subordinação do poder civil ao ecclesiastico se refira aos negocios pura e absolutamente civis?

Engana-se, se assim pensa, porque a Igreja nunca se importou, nem se importa, e nada tem que ver com eleições de senadores e deputados, nomeações de juizes e presidentes de provincias, promoções do exercito, transacção commerciaes, especulações, formação de ministerios, etc., etc.

No que o direito ecclesiastico subordina o civil é, não ha duvidar, quanto á fé, costumes, moral e cousas análogas (Incidente no Caraça. O APOSTOLO, ano XVI, n.44, 22 Abr 1881, p. 1, grifo do autor).

Vale ressaltar que, àquele tempo (1881), os redatores de *O Apostolo* já haviam se apropriado dos termos “ultramontano” e “jesuíta” justamente por entenderem a importância de seu papel evangelizador de acordo com o catolicismo romano. Mas, ainda assim, as críticas

persistiam, como fica sugerido no trecho transcrito e na argumentação desenvolvida no editorial “Incidente no Caraça”.

A cena descrita, real ou não, envolveu elementos bastante interessantes no jogo de representações protagonizado por dois periódicos abertamente opostos entre si. Primeiro, pelo cenário do evento: o seminário do Caraça, local identificado pelos contemporâneos como reduto formador do clero ultramontano. Segundo, pelo periódico onde o “fato” foi publicado: o *Jornal do Commercio*, que rotineiramente figurava no rol da imprensa ímpia, também chamada imprensa livre, contrária ao controle da Igreja sobre as instituições civis e que, em dados momentos, acusava uma tendência do poder espiritual a tentar predominar sobre o poder temporal. E, por último, pelas personagens que figuravam na história: Imperador, professor e aluno.

O acontecimento noticiado expunha uma crise dos critérios de hierarquização da verdade que havia sido posta em xeque séculos antes, na transição da Idade Média para a Moderna. Da quebra do monopólio da autoridade bíblica sobre a verdade, surgia a necessidade de se pensar a convivência entre autoridades diversas, delimitando a esfera de atuação dos poderes religioso (fé) e civil (razão).

Eram limites não muito claros, ou móveis, de acordo com o viés interpretativo, característica que deu a tônica das discussões que ilustram a concorrência de concepções não só de Estado, mas de educação. Por isso, vale chamar atenção desde já para a força do professor e do estabelecimento de ensino sobre a fala do estudante.

No século XIX havia ainda o predomínio da tendência pedagógica tradicional, que legitimava uma relação hierárquica entre aluno e professor, em que este representava o detentor de saber e aquele o receptáculo passivo do saber transmitido a ele. Por isso, a infância e a mocidade eram o “material” em disputa, alvo do clero e do laicato ultramontano para a formação da civilização cristã, e o professor se tornava alvo do controle, da fiscalização da sociedade.

Enquanto definia sua posição na imprensa periódica católica, no ano de 1866 somente um editorial se ocupou, predominantemente, com a formação educacional. Utilizando-se da transcrição de um relatório apresentado por um Ministro do Império<sup>78</sup>, o redator apresentou aquilo que considerava urgente para a “educação do menino”.

Outra necessidade não menos urgente é a de reorganizar-se o systema de ensino, principalmente na parte moral e religiosa. [...] Não basta desenvolver a inteligência

<sup>78</sup> A publicação foi feita na seção “O Apostolo”, ou editorial, com o título “Lê-se no Relatorio do EXM. Ministro do Imperio”, em 17 de junho de 1866. Nela não há nome do autor do relatório nem data.

do menino; é preciso formar-lhe o coração e o caracter. Nem por outro modo se pode esperar que se firmem os costumes de um povo.  
 Posto que se deva comprehender nas funcções do professor o ramo de ensino á que acabo de referir-me, entendo que será de grande utilidade introduzir a inspecção religiosa no que é particularmente concernente a este ramo; e disto temos exemplo na legislação da Belgica (O APOSTOLO, ano I, n. 24, p 4-5).

Colocando a necessidade de se reformar o sistema de ensino no que dizia respeito à moral e à religião, *O Apostolo* mostrava apoio à proposta de estabelecimento de uma “inspeção religiosa” que asseguraria o cumprimento, por parte do professor, de suas funções: a formação do coração e do caráter por meio da religião católica. O Quadro 8, a seguir, lista os editoriais dedicados a essa atuação de professores, mestres ou preceptores no período pesquisado.

Quadro 8 – Editoriais sobre a atuação de professores, mestres e preceptores na promoção da formação educacional e instrucional da infância e da mocidade

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano I, n. 24, p. 4-5	17 Jun. 1866	<i>Lê-se no Relatório do Exm. Ministro do Imperio</i>	Sobre ser função do professor desenvolver a inteligência do menino e também a formação do coração e caráter. Propõe a introdução de inspeção religiosa.
Ano V, n. 35, p. 273-274	21 Ago. 1870	[Sem título]	Aponta a necessidade de moralização da classe dos professores, os quais difundiam, segundo a redação, “o veneno da escola enciclopedista”, o racionalismo e a consequente exclusão da filosofia católica.
Ano VIII, n. 24, p.1	15 Jun. 1873	[Sem título]	Defende o professor padre, pois ensina a verdade, “dirige para ahi o espirito do menino, examinando todos os systemas de que a ella se oppoem e cumpre livremente sua missão, não com a liberdade indecente de alguns professores leigos”.
Ano IX, n. 111, p. 1	11 Out. 1874	<i>A Instrução publica</i>	Manifesta-se contra a contratação de professores públicos sem exame de religião
Ano IX, n. 114, p. 1	22 Out. 1874	<i>A Maçoaria [sic] Imperial</i>	Segundo o redator, os professores ímpios “infiltram teorias perniciosas e perversas”.
Ano XII, n. 23, p. 1	28 Fev. 1877	<i>O ensino da doutrina</i>	Classifica as preceptoras estrangeiras como mercenárias descompromissadas com a educação religiosa.
Ano XII, n. 46, p. 1	22 Abr. 1877	<i>O ensino religioso na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro</i>	Citada como exemplo na formação de bons professores para servirem o ensino público e particular. Elogiam o processo de seleção dos professores para o estabelecimento e recomendam fiscalização contínua: “[...] deve-se notar o perigo que correm os alumnos com a exposição falsa do professor, [...] porque confinado na palavra autorizada do mestre, não [seria] muito facil preserval-o das primeiras impressões”.
Ano XIII, n. 87, p. 1	02 Ago. 1878	<i>O ensino do Catechismo nas escolas</i>	Sobre a impiedade dos professores dos colégios públicos e particulares e a importância do ensino religioso dos párocos.
Ano XIII, n. 117, p. 1-2	17 Nov. 1878	[Sem título]	Trata dos efeitos negativos dos mestres ímpios sobre a mocidade e da necessidade de serem formados os bons professores.
Ano XV, n. 87, p. 1	08 Ago. 1880	[Sem título]	O magistério foi identificado como uma das fontes de perversão, a qual deveria ser combatida pela pregação, imprensa e difusão de bons livros.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

Dos editoriais em destaque, somente o publicado em 22 de abril de 1877 apontava para a formação e atuação de professores considerados bons exemplos profissionais. Chama atenção, portanto, o número de publicações em que predomina uma concepção negativa acerca dos professores que atuavam na instrução pública e das preceptoras estrangeiras, as quais, segundo o Jornal, eram mercenárias<sup>79</sup>. A crítica dos redatores de *O Apostolo* se fazia, certamente, sobre as qualidades destacadas em professores e preceptores na segunda metade do século XIX. Beaklini (2015), ao pensar as representações da profissão docente por meio de anúncios publicados no periódico *A Instrução Publica*, apresenta a valorização dos saberes pedagógicos e disciplinares tanto por parte de quem oferta quanto de quem procura o trabalho docente. Não se destacava o valor primordial a todo e qualquer profissional docente, segundo *O Apostolo*: a religiosidade.

Ao buscarem profissionais capazes somente de instruir, a instrução pública e a família estariam dando a oportunidade para o crescimento da impiedade na sociedade, pois as crianças e jovens, futuros cidadãos, teriam estimulado somente o intelecto, deixando de lado o coração, a fé e o princípio da ordem social.

Os principais temas discutidos ao longo do ano I foram o protestantismo – tema muito forte ao longo do período pesquisado – e o casamento civil, com atenção à entrada de estrangeiros protestantes no Brasil, aos casamentos mistos, à reforma religiosa no Brasil e à imprensa evangélica. A maçonaria também recebeu alguma atenção, inclusive com uma transcrição da alocução do Papa sobre o tema. As opiniões ali inscritas eram um claro protesto às medidas propostas por personalidades do governo afeitas não só à submissão da Igreja à autoridade de Estado, mas, especialmente, aos indiferentes, aqueles que procuravam cada vez mais relegar as denominações religiosas ao foro privado.

De acordo com a linha editorial do Jornal, o indiferentismo, ou a propagação das ideias liberais, era refletido no abandono do ensino religioso no seio das famílias e nos estabelecimentos de ensino dedicados à formação da criança e da mocidade, permitindo a infiltração de ideologias modernizantes, divulgadas em volume pela imprensa ímpia contra a qual lutavam os periódicos católicos.

Em novembro de 1866, assumiu o fabrico do periódico em questão a Typographia do Apostolo. Até então, a Igreja de São Pedro era o único elemento que situava espacialmente a produção de *O Apostolo* e expressava, concretamente, contornos de identidade dos seus redatores, pois sua sacristia era indicada como sede da redação e local de assinatura do Jornal,

---

<sup>79</sup> Esta concepção está presente no editorial intitulado “O ensino da doutrina”, publicado no dia 28 de fevereiro de 1877.

uma vez que não eram declarados o nome do proprietário nem o endereço da tipografia – informações corriqueiras estampadas nos frontispícios da maioria dos periódicos da época.

Destarte, empreender buscas no sítio da HDB, tomando o nome da folha por verbete, foi um dos caminhos trilhados em busca de mais informações. O outro foi buscar nos tradicionais livros de história, nos monumentos, nas personalidades e nos logradouros da cidade do Rio de Janeiro marcas que ligassem *O Apostolo* e a Igreja de São Pedro a mais algum dado relevante para este trabalho.

Foi no trato dessas fontes que pude constatar que alguns “mistérios” não existiam somente para mim, leitora deslocada no tempo e espaço que balizaram a história daquele Jornal. Até o segundo ano de publicação, o silêncio sobre propriedade e autoria gerava dúvidas aos leitores de então, cujas especulações começaram a ser sanadas por outros periódicos e livros da época.

Em livro lançado na década de 1870, Moreira de Azevedo (1877) identificou a Typographia do Apostolo como uma oficina instalada no Seminário São José por seu reitor, o monsenhor Ferreira. Além de confirmar a propriedade do Jornal, o autor forneceu informações sobre a gestão do religioso que, segundo o autor, esteve à frente da instituição entre os anos de 1863 e 1866.

[O vigário capitular monsenhor Felix Maria de Freitas Albuquerque] Nomeou para reitor em 25 de junho de 1863, ao padre José Gonçalves Ferreira que aumentou o numero dos volumes da biblioteca, construiu uma sala para os reitores um passadiço para a aula de latim, novas latrinas, uma grossa muralha [...]; calçou a rua que vae ter á portaria, e a que corre em frente da capella, ladrilhou de mármore o pavimento do alpendre da portaria, ajardinou o terreno fronteiro ao edificio; mandou vir da Europa um órgão para a capella, estabeleceu uma typographia que começou a imprimir em 1866 o periodico *Apostolo* (MOREIRA DE AZEVEDO, 1877, p. 352, grifo meu).

O Seminário São José, portanto também a Typographia do Apostolo, localizava-se na Ladeira do Seminário<sup>80</sup>, encosta do Morro do Castelo, conforme indica a Figura 9:

---

<sup>80</sup> Esse logradouro começava na atual Rua México, terminava na Travessa de São Sebastião e desapareceu com o desmonte do Morro do Castelo. Inicialmente, recebeu as denominações de *Ladeira do Poço do Porteiro* e *Ladeira da Ajuda*. Foi “a partir de 1739, após a compra pelo bispo D. Antonio do Desterro de uma vasta zona de terreno para ali construir o Seminário de São José, transferido para o Rio Comprido quando da abertura da Avenida Rio Branco, que recebeu a denominação de *Ladeira do Seminário* [...]. Na entrada desta ladeira ficava a Chácara da Floresta, ponto de reunião política no tempo da Regência” (BERGER, 1974, p. 129).

Figura 9 - O antigo Seminário de São José



Fonte: Marc Ferrez, 1885<sup>81</sup>.

A Ladeira do Seminário era acessada pelo Largo da Mãe do Bispo<sup>82</sup>, área aberta na meia-direita da foto, atual praça Floriano Peixoto (ou Cinelândia), e o seminário, a grande construção ao pé do morro, indicada com a seta vermelha, a nordeste do Largo, estava na área hoje ocupada pelos jardins da Biblioteca Nacional.

As páginas de *O Apostolo* também forneceram algumas pistas. Há ali a presença regular de informes sobre a Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro. Apesar de as notícias não apresentarem conexão com a propriedade e a materialidade do Jornal, os termos “Apóstolos” e “São Pedro” saltaram aos olhos. Numa busca simples na internet pude

<sup>81</sup> O título original da fotografia é “Morro do Castelo e bairro da Ajuda vistos do morro de Santo Antônio”, disponível em FERREZ, Gilberto. **O Rio de Janeiro do fotógrafo Marc Ferrez**. São Paulo: Libris, 1985.

<sup>82</sup> Denominação original do logradouro que, depois, passou a *Largo da Ajuda*, *Praça São José*, *Praça Ferreira Viana* e, desde a década de 1970, permanece *Praça Floriano*, popularmente conhecida como *Cinelândia*. “[...] na esquina das antigas Ruas dos Barbonos e da Guarda Velha (atuais Evaristo da Veiga e Avenida Treze de Maio) erguia-se a residência de D. Ana Teodora Ramos de Mascarenhas Castelo Branco, mãe do sexto bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo Branco, que fora elevado à cátedra episcopal em 1774. Daí a origem do nome *Largo da Mãe do Bispo*, que compreendia, na época, o pequeno espaço entre a Rua dos Barbonos, o muro do Convento da Ajuda e o Seminário de São José. A partir de 1871, por breve período, teve o nome de *Praça São José*, quando, em terreno cedido pelas freiras da Ajuda, foi construída a Escola São José. Nesse prédio veio a se instalar em 1895 a Câmara Municipal” (BERGER, 1974, p. 57-58). O prédio da escola velha foi demolido em 1922 para a construção do atual Palácio Pedro Ernesto.

saber que a referida irmandade era, e ainda é, mantenedora da Igreja de São Pedro, a mesma indicada como sede da redação de *O Apostolo*.

Alguns poucos documentos históricos da Irmandade estão disponíveis no ACMRJ<sup>83</sup>. Dentre eles, um documento com a data de 30 de junho de 1860 em que consta uma lista de cargos e nomes da administração da associação para o biênio 1860-1861, e nela José Gonçalves Ferreira aparece no lugar de Provedor. Tal documentação induziu-me a questionar: *O Apostolo* foi um projeto particular ou da Irmandade?

Apesar da ligação do monsenhor Ferreira, e de outros nomes que apareciam esporadicamente no Jornal, à Venerável Irmandade Príncipe dos Apóstolos São Pedro, nenhuma das fontes consultadas sugeriu que *O Apostolo* fosse órgão daquela associação.

Somente a partir do ano II o endereço da Typographia Apostolo começou a aparecer na folha. E, a partir de então, também foram incluídas algumas notas de autoria por meio de siglas e alguns poucos nomes assinados em artigos e matérias encaminhados por correspondentes do Sudeste e Sul do país. Contudo, a redação e a propriedade de *O Apostolo* continuavam anônimas naquelas páginas, o que foi tema de uma ácida crítica, à moda do que se esperava das “Badaladas” da *Semana Illustrada*:

Há neste mundo muitas cousas que eu não comprehendo, e de algumas que posso dizer que as não comprehenderei jamais.

Figura entre estas a anonymidade da redacção do *Apostolo*.

Eu comprehendo que para escalar um emprego, ou simplesmente preparar uma candidatura, haja necessidade de esconder o nome; mas para pregar a boa doutrina ás gentes, não só não é necessario, mas é até completamente absurdo.

Não consta que S. João nem S. Matheus conservassem em viagem o mais stricto incognito.

Eu difficilmente poderia crêr que S. Paulo pregasse as suas orações mettido atraz de um páo.

É verdade que nesse tempo não havia liberdade de imprensa, e toda a gente sabe que a liberdade de imprensa é incompatível com a cara descoberta. Demais já se não queimam os pregadores de nenhuma religião, e por isso a primeira cousa que um pregador deve fazer é cobrir o rosto, afim de não ser conhecido (SEMANA ILLUSTRADA, n. 466, 14 Nov 1869. Badaladas, p. 3722.).

Em sua nota sobre os redatores de *O Apostolo*, a redação da *Semana Illustrada* abordou de maneira irônica a contradição entre anonimato e liberdade de imprensa e, dessa maneira, acabou por tangenciar questões muito importantes para a redação do Jornal.

Desde o ano I do periódico em pauta, publicavam-se artigos sobre a imprensa que, em linhas gerais, condenavam os jornais considerados contrários ao catolicismo, fosse em sua doutrina, fosse no que se referia ao seu *status* de única e verdadeira religião. Com colocações diretas e agressivas contra aqueles que considerava “imprensa ímpia”, a redação foi muitas

<sup>83</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Caixa 246. Notação 037. Série: Associação Religiosa.

vezes acusada de hidrofóbica e intolerante, como sugere a charge publicada no n. 469 da *Semana Illustrada* (Cf. Figura 1, p. 38).

Mas nem só de rusgas contra a imprensa ímpia viveu nosso Jornal. Nos editoriais, destacavam-se as críticas ao protestantismo, com realce para o tema da liberdade religiosa. Além disso, a temática ensino/instrução/educação<sup>84</sup> começava a aparecer numa associação do ensino religioso à ordem pública e, progressivamente, porém de modo brando, o governo passava a ser cobrado de seu compromisso com a instrução pública. Tanto que no ano de 1868, dentre os poucos editoriais voltados à questão da educação católica, foram lançadas propostas concretas para a formação do povo, setor que poderia suprir as necessidades da economia por mão de obra sem a necessidade de recorrer à imigração de povos protestantes:

É ella [a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo], um estabelecimento verdadeiramente pio, pois seu fim é reunir em um lugar para serem educadas as meninas pobres deste Império, a quem por uma educação religiosa, e pelo habito de trabalhar que adquirirão, a instituição lhes proporciona um futuro sinão brilhante, pelo menos livre de apprehensões e sobre tudo honesto.

Educar convenientemente e dentro das condições de cada um, a mocidade feminina desvalida, cuja miseria tantas vezes ás leva á perdição, e até á depravação, é por certo um grande bem: preparar nestas meninas assim educadas uma classe donde saiam criadas de confiança, por sua educação moral e religiosa, e introduzi-las no interior de nossas casas, é prestar um grande serviço ás famílias, que ainda hoje lutam constantemente com difficuldades sérias por falta de mulheres, cuja educação lhes inspire confiança.

Prevenir por meio dellas o desequilibrio que causará a extincção do elemento servil, que nos parece inevitavel; e ainda mais estabelecer tão opportunamente uma casa para onde se recolham essas orphãs, que a desgraçada guerra do Paraguay tem feito, é por certo olhar para o futuro do Brazil; é velar pelo seu bem estar procurar que um estabelecimento, como a escola domestica de Nossa Senhora do Amparo, seja um nucleo de vantagens para a pobreza, que é ahi educada; para as familias que com segurança acharão criadas e governantes de uma educação conveniente; ao governo que o ajuda a vencer grandes difficuldades na substituição do elemento servil, e o livra de cuidados muito serios e graves embarços, que lhe devem trazer essa immensidade de orphãs, cujo futuro é um abysmo, porque seu arrimo natural morreu em defesa da patria (A escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo, O APOSTOLO, Ano III, n. 33, 16 Ago. 1868, p. 258).

O trecho do editorial publicado no ano de 1868 permite observar o estímulo aos leitores e demais fiéis a apoiarem o projeto do padre-mestre João Francisco de Siqueira Andrade de criar a escola que ampararia órfãs e desvalidas para o preparo profissional doméstico<sup>85</sup>, que indica desde as funções de cuidados domésticos até a de preceptora. E indica

<sup>84</sup> O termo “instrução” foi usado em *O Apostolo* para definir os estabelecimentos destinados à formação intelectual e moral da população brasileira. Muitas vezes, apareceu em associação com a palavra “pública”, designando os estabelecimentos sustentados pelo Tesouro Público. “Educação” foi mais usado junto ao termo “religiosa” para designar a formação moral e religiosa do cidadão, iniciada pela família, complementada e aperfeiçoada nos bancos escolares e pelos párocos. A palavra “ensino” apareceu tanto como a prática de transmitir conhecimentos e práticas a outrem quanto como ideia afim à instrução e educação.

<sup>85</sup> A Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, fundada em Petrópolis pelo padre lazarista João Francisco de Siqueira Andrade, recebeu especial atenção dos redatores de *O Apostolo* enquanto esteve à frente da empresa o

que apoiar tal intento seria de grande valia para as famílias que desejassem substituir os escravos domésticos por trabalhadoras livres.

Mas não só isso. O editorial em destaque aponta para uma concepção presente desde o número inaugural do Jornal: o papel da mulher no governo da casa e na educação, em especial do filho, para quem, segundo os redatores de *O Apostolo*, a mãe tinha obrigação de dar educação religiosa de viés católico, base moral da sociedade. A mulher formada seria capaz de ser boa mãe por ter sólida formação religiosa.

Diante de tal concepção, a família, em especial a mãe, é chamada a cumprir a função de inculcar as bases da religião na criança desde o berço, como aparece na série de editoriais presentes no Quadro 9:

Quadro 9 – Editoriais relativos ao papel da família, em especial das mães, na promoção da formação educacional e instrucional da infância e da mocidade

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano II, n. 2, p. 10-12	13 Jan. 1867	<i>O ensino religioso e os máos livros</i>	Sobre a atenção ao ensino da religião pela mãe aos seus filhos ainda na infância. Tal função foi considerada primordialmente da mulher ao se tornar mãe. Também aponta para a necessidade de cuidados por parte da família ao escolher mestres e preceptores para as crianças.
Ano II, n. 7, p. 50	17 Fev. 1867	<i>A educação religiosa</i>	Chama as mães a introduzirem a religião na vida de seus filhos, fortalecendo, assim, a moral e impedindo a propagação das ideias liberais por meio dos falsos amigos e professores ímpios.
Ano II, n. 37, p. 290	15 Set 1867	<i>A necessidade do ensino religioso</i>	Atenta para o papel dos párocos ao ajudarem os pais a combaterem o indiferentismo causado por eles mesmos.
Ano VII, n. 39, p. 2	29 Set. 1872	[Sem título]	Em defesa do direito do pai na definição da modalidade de ensino aplicada a seu filho, colocando-se contrariamente à obrigatoriedade de se mandar as crianças às escolas.
Ano VII, n. 41, p. 1-2	13 Out. 1872	[Sem título]	Defende o direito de os pais não colocarem seus filhos obrigatoriamente na escola e destaca a importância de a religião passar todo o currículo e prática do professor da instrução pública.
Ano VIII, n. 7, p. 1-2	16 Fev. 1873	[Sem título]	Sobre a função dos pais, direito e dever de escolher os mestres de seus filhos, afirmando que são os pais os responsáveis por dirigir o coração do filho até que vá aos mestres.
Ano X, n. 50, p. 1	05 Mar. 1875	<i>O Globo e sua revista</i>	É função da mãe começar o ensino religioso. Nas escolas se aperfeiçoa o que foi inoculado pela mãe e o pároco deve complementar o ensino da religião na escola paroquial.
Ano XIII, n. 10, p. 1	25 Jan. 1878	<i>O liberalismo e seus fructos</i>	Aponta a falta de educação religiosa em casa como causa da desordem doméstica, política e religiosa, pois permitiu o avanço das ideias liberais.
Ano XIII, n. 41, p. 1	10 Abr. 1878	<i>Instrução religiosa</i>	Acusa os pais que ignoram os princípios do catolicismo, fazendo já surgir em casa o desrespeito.

monsieur Ferreira, tendo neste um grande defensor da proposta de educação católica às meninas desvalidas, desenvolvida na escola indicada.

Quadro 9 – Editoriais relativos ao papel da família, em especial das mães, na promoção da formação educacional e instrucional da infância e da mocidade

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano XIII, n. 43, p. 1	14 Abr. 1878	<i>Instrução religiosa</i>	Contesta a opinião de que o ensino religioso fosse papel exclusivo da mulher, havendo, na verdade, um processo que depende da colaboração de mestres e párocos.
Ano XIII, n. 87, p. 1	02 Ago. 1878	<i>O ensino do Catechismo nas escolas</i>	Acusa os pais de negligência e aponta a atuação dos párocos como apoio importante para a reversão do quadro.
Ano XIII, n. 116, p. 1-2	15 Nov. 1878	[Sem título]	Dá orientações às mães de como efetuar a educação religiosa junto a seus filhos desde a mais tenra idade.
Ano XIII, n. 128, p. 1	13 Dez. 1878	<i>A educação</i>	Culpabiliza as mães pelos problemas sociais, pois permite que o mal se instale e fecunde ao negligenciar a escolha dos preceptores de seus filhos.
Ano XIV, n. 121, p. 1	17 Out. 1879	[Sem título]	Considera as mães, juntamente com os párocos, os melhores instrumentos para a promoção da reforma social.
Ano XVI, n. 114, p. 1	09 Out. 1881	[Sem título]	Discorre sobre a importância da família e do pároco na formação do povo.
Ano XVII, n. 17, p. 1	10 Fev. 1882	[Sem título]	Alerta os pais sobre a importância de escolher colégios para seus filhos. Pede que deixem de lado os luxuosos, e quase sempre enganosos, anúncios de estabelecimentos de ensino privados e atentem para a doutrina que rege a instituição, assim como a higiene do prédio escolar.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

Num cenário em que os professores da instrução pública eram enquadrados como “agentes do mal”, com o apoio de compêndios permeados pelo ideal liberal, as mães surgiram como o principal agente da educação católica da criança. Mas o discurso sobre o papel da mãe e da família não se manteve monocromático ao longo dos anos.

Até o início dos anos de 1870, a mãe emergia num discurso que visava sua sensibilização e convencimento de seu papel no restabelecimento da ordem social. Contudo, as mães não atuavam sozinhas, ao sabor dos instintos naturais. Suas ações deveriam ser orientadas pelos párocos, cuja função principal era a catequização e orientação dos fiéis acerca da educação de seus filhos. É sobre essa parceria que tratam os editoriais a partir do ano de 1867.

Já na década de 1870, com o fortalecimento da proposta de escolarização obrigatória, os editoriais sobre educação católica manifestavam-se em favor da família, pelo direito de escolherem a modalidade de educação dos filhos. Em meio a essa discussão, a mãe continuava responsável pela educação religiosa dos filhos em casa e o pai emergia como o responsável por decidir onde seus filhos estudariam. Não é à toa que alguns editoriais passam a dialogar com os pais, em detrimento da mãe, quando propagandeiam as escolas confessionais femininas e masculinas como ambiente ideal para a formação literária e religiosa da mocidade.

É interessante notar que no ano de 1869 o tema educação foi suprimido dos editoriais, pois o espaço foi tomado por argumentações acerca da expansão do protestantismo, da ampliação de seus direitos, do acirramento do controle estatal sobre os assuntos da Igreja (ordens religiosas) e, a partir do meio do ano, da liberdade religiosa.

Mas o quarto ano da trajetória de *O Apostolo* foi emblemático em outros aspectos. Além da mudança de endereço – “A nossa typographia foi transferida á rua Nova do Ouvidor<sup>86</sup> nrs. 16 e 18, lojas, onde continua, como até agora, prompta para qualquer trabalho de arte typographica” (O APOSTOLO, Ano IV, n. 40, 03 Nov. 1869. Aviso, p. 320) –, o Jornal ascendeu ao posto de porta-voz do clero, se não brasileiro, do Rio de Janeiro e adjacências. Isso porque, com a chegada de D. Pedro Maria de Lacerda, bispo da diocese do Rio de Janeiro, o periódico passou a ser publicado sob seus auspícios, conforme se via no frontispício reproduzido na Figura 10, a seguir, a partir de 03 de março de 1869.

Figura 10 - Frontispício do jornal *O Apostolo* com a chancela do bispo D. Lacerda



Fonte: O APOSTOLO, Ano IV, n. 10, 7 Mar. 1869. Disponível na HDB.

Nesse mesmo número foi noticiada a chegada do prelado, em 1º de março daquele ano. Na descrição do evento, o nome do monsenhor Ferreira aparece identificado como promotor do Bispado e reitor do Seminário São José, informação que diverge da fornecida por Moreira de Azevedo (1877)<sup>87</sup>.

Na verdade, desde seu lançamento, *O Apostolo* divulgava informações oriundas da Diocese do Rio de Janeiro, contando com seção específica para isso – “Expediente do Bispado” –, certamente por ter acesso privilegiado às informações, uma vez que o monsenhor atuava na administração do bispado junto a seu governador, o monsenhor Félix Maria de

<sup>86</sup> “Este logradouro foi aberto no primeiro quartel do século XVIII, através dos terrenos pertencentes a José de Sousa Barros, fundador da Igreja do Bom Jesus. Conhecida de início como *Rua Nova do Ouvidor*” (BERGER, 1974, p. 97), foi denominada, depois, *Rua do Padre Roque*, *Rua das Flores*, *Travessa do Ouvidor*, *Rua do Cabo Roque*, *Rua Sachet*, *Rua Whashington Luís* e voltou à *Travessa do Ouvidor* em 1947, denominação que se mantém até os dias atuais.

<sup>87</sup> As datas que marcam o início e o fim da atuação do monsenhor Ferreira como reitor do Seminário de São José divergem nas diversas fontes consultadas. Na Biblioteca do SSJ não foram localizadas informações sobre isso, assim como também não foram encontradas no ACMRJ, local onde estão arquivados os documentos históricos do supracitado Seminário.

Freitas Albuquerque<sup>88</sup>, religioso que administrou a diocese do Rio de Janeiro durante a vacância do lugar de bispo. Mas, com a chancela do novo bispo, o *Jornal* passou a ser um veículo privilegiado por meio do qual D. Lacerda se dirigia ao clero e aos fiéis.

Certamente por isso, em 1870 o *Jornal* passou a ter sua autoridade e relevância questionadas nas páginas da *Semana Illustrada*. O periódico católico, que já era tratado por aquele semanário como obra de “padrecos”, teve a sua representatividade reduzida à excrescência do clero brasileiro, grupo somente voltado aos interesses pessoais do bispo, uma vez que “estava com os olhos voltados ao morro da Conceição”, local onde estava instalada a residência oficial do bispo à época.

Eu já disse mais de uma vez que há divergencia no clero brasileiro, e o *Apostolo* tem confirmado isto por duas ou tres vezes. N’um de seus numeros fallou em jacinthadas. Que queria elle dizer com isso? Recorri a um padre, e ouvi a explicação seguinte:

– O *Apostolo* refere-se a alguns padres que, em seus sermões, tem pregado a tolerância religiosa.

– Nada mais?

– E tambem se refere aos que divergiam delle na questão da infallibilidade.

Aqui temos pois que, para merecer o epitheto de jacinthista, e portanto incorrer em excommunhão maior, basta dizer aos fieis que todos os homens são filhos de Deus, e que devemos amar nossos inimigos.

Aos que ousam repetir hoje aquilo mesmo que Jesus Christo dizia há 19 seculos, chama-lhe lixo o *Apostolo*. Esta expressão vem no ultimo numero; o contemporaneo diz que é necessario varrer esse lixo da testada da igreja.

Ah! Se o *Apostolo* quizesse applicar a sua intelligencia e illustração na defeza da boa causa, que é a causa da tolerancia, da charidade, do amor, do evangelho, da igreja e do futuro!

Custava-lhe pouco; bastaria desviar os olhos do morro da Conceição e volvel-os para o Calvario (SEMANA ILLUSTRADA, n. 482, 06 Fev. 1870, p. 385, grifo do autor).

E continua, poucos números depois, nas suas “Badaladas”:

Tenho conversado com alguns sacerdotes a respeito de cousas do *Apostolo*. O ultimo com quem fallei é um dos nossos mais eruditos padres e meu velho amigo. Não posso dizer o nome delle; mas affirmo a authenticidade da conversa.

Verei se posso reproduzil-a

EU: Diga-me, padre-mestre, costuma ler o *Apostolo*?

ELLE: Costumo.

EU: É das mesmas opiniões delle?

ELLE: Defina melhor a sua pergunta.

EU: Ouço dizer que o *Apostolo* não é orgam do clero. Parece-lhe isso?

ELLE: Sem duvida. O *Apostolo* não é orgam do clero brasileiro.

EU: Eu já suspeitava isso, até por ter lido duas ou tres insinuações no mesmo *Apostolo*. Queixa-se elle de encontrar opposição entre os seus.

ELLE: E é verdade. O clero não responde pelas doutrinas do *Apostolo* (SEMANA ILLUSTRADA, n. 480, 20 Fev. 1870, p. 3834).

<sup>88</sup> Felix Maria de Freitas e Albuquerque, vigário-geral do bispado do Rio de Janeiro, falecido em 1883, foi professor do externato do Colégio Pedro II e do Seminário de São José. Era filho de Francisco Maria de Freitas e Albuquerque, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, e de D. Constança Clara de Freitas e Albuquerque. (Fontes: <http://www.stf.jus.br>; O APOSTOLO, ano XVIII, n. 111).

A reação da imprensa se justifica ao lembrarmos que o anonimato da redação sempre foi uma marca importante de *O Apostolo*, e, ao ter em destaque o nome do bispo, dava a entender que o que estava escrito no Jornal era a visão de mundo compartilhada pelo clero brasileiro. O que o redator do periódico ilustrado fez foi, com o recurso de uma fala autorizada da Igreja (autêntica ou não), tentar desarticular a estratégia textual do periódico católico.

É importante apontar que a *Semana Illustrada*, desde o primeiro número publicado de *O Apostolo*, sempre se colocou como oposição ao jornal católico, tomando-o como ultramontano. E suas pretensões de representante da cristandade foram alvo de críticas desde cedo: “Eu já acho uma pretensão assaz censurável a de tomar por título de um jornal religioso, um nome que parece colocal-o entre S. Marcos e S. Matheus. Mas da agua benta toma-se quanta se quer” (SEMANA ILLUSTRADA, n. 323, 17 Fev. 1867, p. 1582-1583).

Entretanto, a pequenez da importância que imputavam nos artigos, piadas e historietas ao Jornal e ao setor do clero ali representado diverge do volume, da frequência e da atenção que as folhas ilustradas da época<sup>89</sup> davam a *O Apostolo* em suas páginas. Há uma profusão de referências textuais e imagéticas ao Jornal e ao monsenhor, os quais são bastante criticados e até ridicularizados em suas inserções na imprensa e na política do Império.

A figura do monsenhor Ferreira não era representada somente para o escárnio do conteúdo de seu jornal. O sacerdote aparecia também em conexão com relevantes personalidades da época, tais como a princesa Isabel e ministros do Império, conforme mostra a Figura 11 publicada na folha ilustrada *O Mequetrefe*:

---

<sup>89</sup> *Semana Illustrada* (1860-1875), *A Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mosquito* (1869-1877), *O Mequetrefe* (1875-1893), *Revista Illustrada* (1876-1898) e *O Besouro* (1878-1879) foram consultados de acordo com a disponibilidade do acervo na HDB.

Figura 11 - Sobre a imposição da moral cristã, segundo *O Mequetrefe*



Cinco apóstolos do mal deliberam dar cabo do povo.

Fonte: O MEQUETREFE, ano I, n. 43, 21 Out. 1875, p. 8<sup>90</sup>. Disponível na HDB.

A charge de 1875 tem o monsenhor Ferreira, à esquerda, manejando o fole que alimenta o fogo onde os representantes da ordem pública amolecem e moldam a espada com a qual pretendem “dar cabo do povo”. A cena faz alusão a um conflito ocorrido no dia 13 de setembro de 1875, quando uma companhia de teatro foi impedida de apresentar a peça *Os Lazaristas*. O evento foi violento, houve uso de força policial para que a censura fosse aplicada. A inscrição no fole, “Conservatório de Jesuítas”, certamente representa o conceito de moral religiosa defendida nas páginas de *O Apostolo*, que tinha por prática incitar a censura às peças teatrais que, sob uma temática religiosa, apresentavam enredo considerado desrespeitoso, imoral.

Mas é no frontispício de *O Mosquito*, reproduzido abaixo, na Figura 12, que podemos perceber a predominância de *O Apostolo* como elemento de destaque no cotidiano da Corte.

<sup>90</sup> Transcrição: Cinco apóstolos do mal deliberam dar cabo do povo.

Figura 12 - Frontispício adotado por *O Mosquito* nas edições de março de 1876 a março de 1877



Fonte: O MOSQUITO, ano VIII, n. 348, 11 Mar. 1876. Disponível na HDB.

Por um ano esteve ali uma representação do periódico católico personificado em seu proprietário, espetado em sua característica barriga avantajada pela pena afiada de Bordallo Pinheiro<sup>91</sup>. Tais alusões constantes e permanentes demonstram que *O Apostolo* e seu idealizador eram proeminentes no cenário da Corte do Segundo Reinado e, portanto, “vigiados” e criticados em suas publicações.

Contudo, muito distinta concepção acerca do Jornal possuía o Papa Pio IX (1846-1878), o qual remeteu carta ao monsenhor Ferreira, em 10 de abril de 1870, reconhecendo e agradecendo a atuação do redator chefe de *O Apostolo* em defesa do catolicismo e do Papa (Cf. Figura 2, p. 40).

Foi a partir dessa carta que a divisa latina *Clama itaque, clama, ne cesses* (Clama, pois, clama sem cessar) passou a figurar no frontispício do Jornal. Além disso, o editorial do n. 16 foi dedicado à reafirmação do compromisso assumido por *O Apostolo*:

Pio IX o Grande, o immortal Pontifice, que o mundo catholico ama e venera com filial estremecimento, e que os proprios incredulos respeitam e admiram, do alto do seu throno deixou cahir sobre nossas humildes pessoas palavras de approvação e de amor. Elle nos brada que continuemos: dá valor a nossos esforços, sanciona nossos trabalhos, derrama com mão benefica o orvalho de sua benção sobre os caminhos que temos percorrido e sobre as searas que temos cultivado. [...]

<sup>91</sup> Raphael Bordallo Pinheiro nasceu em Lisboa, Portugal, em 1846, e faleceu no mesmo distrito em 1905. O caricaturista e ceramista português publicou suas primeiras caricaturas no jornal *A Revolução de Setembro*, em 1869. Em 1870, fundou os jornais *A Berlinda* e *O Binoculo*. Quando chegou ao Brasil, em 1875, já era um artista premiado e logo fundou o periódico *A Lanterna Magica* e começou a colaborar em *O Mosquito*, atuando junto a Angelo Agostini. Em 1876, atuou em *O Figaro*, com Candido Aragonéz de Faria. Em 1877, fundou o *Psit!* Em 1878, o *Besouro*. Ao sofrer dois atentados no Rio de Janeiro, retornou para Lisboa em 1879.

Si o joio crescendo a par das sementeiras do catholicismo se eleva para suffocar o trigo salutar da boa doutrina, erguendo a fouce da palavra para separa-lo no campo do Pai de familia, temos vertido o suor do operario debaixo do sol ardente das contradicções e dos opprobios, hoje consideramos santificado esse suor, que recebe tão vantajoso salario.

Que todos aquelles que nos hão ajudado em nossas fadigas do *Apostolo*, sintam o mesmo prazer e consolação, que em ondas nos estão inundando o espirito e o coração. [...]

Obediente á exhortação do Santo Padre, *clama, ne cesses*, continuaremos a bradar incessantemente contra os erros e os accomettimentos da impiedade, com que não podemos nem devemos transigir, mas teremos sempre nos labios a mansidão do Evangelho, no coração, a par do ardor da fé, uma prece pelos que erram (O APOSTOLO, Ano V, n. 16, 17 Abr. 1870, p. 121-122).

Naquele contexto, a imprensa católica assumia papel fundamental para a defesa dos interesses da Igreja frente ao conflito franco-prussiano que envolvia o território romano. Inclusive, predominaram no ano V os editoriais cujos temas foram os conflitos gerados pelo processo de unificação italiana, consolidado naquele ano, e o impacto desse processo no governo do Papa sobre as terras da Igreja. Entre eles emergiram alguns editoriais acerca da educação, com foco na instrução pública, impulsionados pela reforma do Imperial Colégio de Pedro II naquele mesmo ano. Satisfeitos pelo estabelecimento da obrigatoriedade do ensino religioso, com aplicação de avaliações aos estudantes, os editoriais concentraram-se na crítica à atuação dos professores e aos compêndios adotados, com forte presença do racionalismo.

A preocupação com a educação do povo e as ações para isso ficaram cada vez mais claras e delineadas. Sendo assim, a instrução pública foi a modalidade de educação mais citada. Era dela a responsabilidade primordial com a educação do povo. Então, iniciativas como a da Escola Municipal da Freguesia de Sant'Anna eram citadas como exemplo e referência sobre como o povo deveria ser educado, por que e para que deveria ser educado, como pode ser lido nos trechos do discurso do presidente da Câmara Municipal, Antonio Ferreira Vianna<sup>92</sup>, sobre a fundação da Escola S. Sebastião, nas comemorações do 7 de setembro:

Diffundir pelo povo os conhecimentos que lhe são indispensaveis, educa-lo no amor e temor de Deos, é o maior beneficio, senão o mais rigoroso dever dos governos.

[Apesar das garantias constitucionais, o povo] por ahi vive á mingua de instrucção, desconhecedor de seus deveres e direitos. [...]

Tira-lo desse aviltamento moral e intellectual, que inutilisa o homem para as grandes acções, é prepara-lo utilmente para servir a patria, para dedicar-lhe conscienciosamente pelo trabalho da intelligencia e pratica da moral os seus mais

---

<sup>92</sup> Antonio Ferreira Vianna nasceu no ano de 1833, em Pelotas, e faleceu em 1903, no Rio de Janeiro. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, advogou e atuou no jornalismo, colaborando com o *Correio Mercantil* e foi chefe de redação do *Diário do Rio de Janeiro*, período em que expunha na folha seu desacordo com o ministério de Zacarias de Vasconcelos. Fundou *A Nação* e colabou em *Paiz* após o fim do Império. Ferreira Vianna também atuou na política como deputado, presidente da Câmara Municipal e ministro da Justiça e do Império e ficou conhecido pela fundação de vários estabelecimentos voltados à educação e aos cuidados com doentes, órfãos e desvalidos.

nobres sentimentos.

Aperfeiçoar a cupola da sociedade, sem cimentar-lhe a base, sem torna-la solida e rodeada dos elementos de segurança e estabilidade, é fazer-lhe antes mal do que bem. [...]

Eis poque preferimos a escola do povo á universidade, que só mais remotamente poderá servir.

Si a instrucção do povo é necessaria, qualquer que seja a organização, a fôrma de governo desse povo, nos povos regidos constitucionalmente, mais sensivel é sua necessidade. [...]

A idea generosa e altamente patriotica, que desceu pelos degráos do throno brasileiro, germinou, effectivamente ha de ser productiva.

São, não ha que duvidar, seus primeiros fructos, a escola popular que a Associação Commercial desta corte projecta estabelecer; são ainda fructos do pensamento do Imperador, a escola de S. Sebastião, que a camara municipal levantou no dia 7 de setembro. Feliz foi a lembrança de commemorar o sempre faustoso anniversario da nossa independencia, erguendo o primeiro edificio de instrucção para o povo, abrindo-se-lhe a porta principal do grande edificio de nossa liberdade, que tinham conservado fechada (O APOSTOLO, Ano V, n. 39, 18 Set. 1870, p. 309-310).

O ano de 1871 teve o tom dado pelo Concílio Vaticano I, encerrado em dezembro de 1870, onde foi proclamado o dogma da infalibilidade papal, com atenção ao combate ao galicanismo e suas variáveis<sup>93</sup>. Em número de janeiro daquele ano, o editorial se ocupou da chegada de D. Lacerda ao Rio de Janeiro, após dezesseis meses participando da Assembleia Geral da Catolicidade (Concílio Vaticano I), em Roma, suspensa devido à guerra entre França e governo de Florença. Derivou dessa reunião uma constituição que apontava os erros do racionalismo, origem do panteísmo, ateísmo e materialismo.

Aquele ano, o VI da trajetória de *O Apostolo*, foi ainda marcado pela defesa intransigente do Papa e por críticas cada vez mais inflamadas aos “inimigos” da Igreja. E tal caráter foi reforçado no número publicado em 31 de dezembro. Além das tradicionais palavras que traziam um balanço do comportamento do Jornal ao longo do ano, tendo por direção a sua missão, o editorial registrou o compromisso de combater o erro sob qualquer forma que se apresentasse: maçônica, republicana, socialista e, até mesmo, monárquica.

Diante do exposto nesta seção, pode-se concluir que, da identificação da culpa das mães, pais e educadores sobre a desordem social, surgiram propostas de solução em que emergiram como agentes privilegiados para a implementação da proposta de educação católica a mãe, o mestre e o pároco.

Contudo, quando a mãe não exercia seu papel adequadamente, negligenciando a escolha dos mestres dos filhos, o pai escolhia mal os estabelecimentos de ensino para a instrução da juventude e o professor passava a figurar como grande vilão, com o poder de influenciar negativamente a juventude, eram os párocos que surgiam primeiro como orientadores e colaboradores, mas, progressivamente, os religiosos ligados às ordens começaram a aparecer como melhor opção para cuidar da educação feminina – de onde saem

<sup>93</sup> Doutrinas que, *grosso modo*, submetem a Igreja ao poder temporal.

mães e mestras enquadradas pela doutrina cristã – e de órfãos e desvalidos. Mais tarde, os estabelecimentos de ensino confessionais tornaram-se o carro chefe da promoção da religião e da instrução por meio do que ficou convencionado chamar, em *O Apostolo*, a verdadeira instrução, em oposição à denominada “falsa educação”.

Com base nessa transição que se deu gradativamente, mas cujos traços já aparecem nos primeiros anos da década de 1870, marca-se também a transição para a seção que se segue.

## 2.2 O acirramento da militância católica em *O Apostolo* e a luta pela manutenção do periódico que buscava a “verdadeira instrução”

Entre todos os editoriais sobre educação católica publicados pelo periódico católico *O Apostolo*, entre os anos de 1866 e 1882 (Cf. Apêndice), o volume de editoriais dedicados a cada um dos agentes elencados – a mãe, o mestre e o pároco – já é um indicativo da predominância gradativa que os religiosos foram ganhando no cenário educacional do Império. Entre 1866 e 1882, mestres e/ou preceptores apareceram com destaque em dezoito editoriais; mãe, pais e/ou família, em 21 editoriais; e em 27, os sacerdotes. E a este último agente podemos acrescentar outros dezenove editoriais dedicados ao elogio e fomento do ensino dispensado em seminários, escolas domésticas e asilos, todos sob o controle de religiosos.

A escolas confessionais passaram a atuar sobre a insuficiência da mãe e dos maus professores, garantindo a “instrução verdadeira”, ou seja, o ensino literário e religioso. A partir desse ponto, passam a aparecer editoriais voltados aos pais, orientando-os na escolha da escola (Cf. Quadro 9, p. 98).

O cenário da educação formal brasileira dos Oitocentos, alvo das críticas elaboradas em muitos dos editoriais de *O Apostolo*, pode ser caracterizado por três modalidades de educação: o ensino público, o ensino particular e a educação doméstica. Tais categorias, de acordo com Vasconcelos (2005), são assim definidas:

Ensino público: refere-se àquele oferecido nas escolas mantidas pelo Estado ou por ‘associações subordinadas a este’. [...]

Ensino particular: refere-se àquele que era oferecido nos colégios particulares ou na casa dos mestres, que recebiam crianças e jovens para ensinar-lhes os conhecimentos estabelecidos.

Educação doméstica: era aquela que ocorria na Casa do aprendiz, na esfera privada, na qual os pais contratavam, mediante sua livre escolha, os mestres, os conteúdos e as habilidades a serem ensinados a seus filhos, no tempo e disposição exclusivamente determinados pela Casa. Essa modalidade de educação tinha como agentes [...] os professores particulares, os preceptores, os parentes ou agregados e, ainda, padres que ministravam aulas-domésticas” (VASCONCELOS, 2005, p. 17).

Um movimento de controle e uniformização da educação pelo Estado ganhou força na Europa a partir do século XVIII e atingiu o Brasil no século XIX, época em que se formou o Império. Por aqui, as propostas no sentido de criação de regras e de tornar a escolarização obrigatória fez surgir um debate cada vez mais acalorado acerca dos limites de ação da casa e do Estado, entendidos como poder privado e poder público respectivamente. Segundo Vasconcelos (2005), as críticas giravam em torno de a quem cabia educar e de questões práticas surgidas do ambiente escolar proposto: a mistura de classes, o nível do ensino e os objetivos da educação.

O filósofo alemão Friedrich W. Nietzsche, na década de 1870, ao criticar o sistema de ensino estatal alemão – modelo de escola pública predominante nos Estados modernos –, desenvolveu o conceito de ampliação e redução de cultura. De acordo com o filósofo, quando tornou a escolarização obrigatória, o governo alemão ampliou o acesso à educação, porém esta não teria a qualidade que Nietzsche considerava ideal para a formação do gênio<sup>94</sup>. Para que atendesse a todos, o conteúdo e sua abordagem foram facilitados, simplificados, servindo apenas para formar o “homem moeda corrente” (NIETZSCHE, 2012). Se Nietzsche problematizou a uniformização da educação pelo viés da cultura, as elites brasileiras temiam a mistura de classes e, junto a isso, a subversão dos objetivos educacionais valorizados por cada segmento. Pois, além da diferenciação por modalidade, a educação variava segundo o gênero e os diversos níveis que compunham a sociedade brasileira dos Oitocentos. Cada um deveria ser para o que nascia, ou seja, a educação dispensada à criança e ao jovem era o que reafirmava seu lugar social e o distinguia dos outros grupos sociais.

Preocupada com a manutenção da ordem estabelecida e, especialmente, com a evangelização dos brasileiros, a redação de *O Apostolo* voltava sua atenção aos projetos e reformas da educação, problematizando mais o lugar da religião em todas as modalidades educacionais do que na regulamentação de cada uma delas. Contudo, o enfoque dos editoriais extravasava os limites daquilo que chamamos educação formal. Eles observavam, opinavam, orientavam acerca das experiências diárias da criança no seio da família, espaço permeado por relações que se configuram em possibilidades educativas desde o berço.

Si todos têm mais ou menos obrigação de bem dirigir a infância pelo caminho da Religião, ás mãis, aos mestres, aos parochos, está mais ligada essa espinhosa, mas gloriosa missão.

No lar domestico a palavra materna tem autoridade suprema sobre a intelligencia e sobre o coração dos filhos; ella que os concebe, que os cria, que os educa,

---

<sup>94</sup> Dias (1993, p. 81) explicou o nascimento de um gênio de acordo com Nietzsche: “o nascimento do gênio não depende da cultura: é uma dádiva da natureza, mas ‘foi amadurecido e nutrido no seio materno da cultura de um povo – enquanto, sem esta prática que o protege e o aquece, ele estará na impossibilidade absoluta de desdobrar suas asas para seu voo eterno”.

distribuindo por eles maternas caricias, ganha, além do direito natural, uma ascendencia proveitosa e util, e que não póde de modo algum deixar de exercer com o maior resultado possivel.

As carinhos maternos devem alliar-se com o cuidado da educação do menino, que por entre risos da mãe e os seus, irá recebendo as noções do bem, que souber dar-lhe a mãe desvelada, a verdadeira mãe.

A primeira palavra que ensinará a seu filo deve ser palavra util, que exprima e venha a desenvolver no espirito do menino idéas proveitosas (O APOSTOLO, ano XIII, n. 116, 15 Nov. 1878, p. 1-2).

É interessante notar que não só *O Apostolo*, mas a Igreja Católica de fins do XIX, apostava na tríade institucional família-escola-Igreja como a chave da formação da criança e do jovem. Três elementos que dialogavam entre si numa prática que aglutinava instrução e educação – concepção da qual nem todos partilhavam. Nesse sentido, o conselheiro João Alfredo, em 1874, propôs o controle da educação doméstica por meio de exames periódicos aos educandos junto a um inspetor da instrução, agente do Estado.

Mas *O Apostolo* demonstrava preocupações para além do método de ensino ou do controle daquilo que era ofertado na casa. Seus redatores se mostravam atentos à qualidade dos preceptores e professores, dos livros adotados e/ou permitidos à leitura da mocidade e da filosofia que regia a formação do educando desde os primeiros anos de publicação do periódico. Voltemos, portanto ao editorial publicado em 13 de janeiro de 1867, em um outro trecho:

[...] e como não ha de ser assim [a dissolução social desde o berço], se a falta de ensino religioso é quase geral, se aos defeitos dos que ainda o promovem vem juntar-se o perigo dos máos livros.

No interior das familias pesam sobre as estantes as novellas e os romances, cujo veneno se infiltra insensivelmente no espirito desprevinido e bem pouco preparado dos moços, e principalmente das moças, que se habirual á banalidades e phantasias de uns, envenenando-se em outras scenas vergonhosas de familias creadas por elles, na apreciação de falsas theorias: e o que diremos dos folhetins das folhas diarias, e principalmente do JORNAL DO COMMERCIO, que é de todos o menos excrupuloso na escolha de seus folhetins; as folhinhas dos Srs. Laemmerts, que são um conductor apropriado do protestantismo, que em cada historieta apparece; se seus autores se limitassem a propagar sómente suas idéas, era já um mal; mas ridicularisarem as mais santas instituições religiosas, zombarem do chefe supremo do catholicismo, só póde ser tolerado no Brazil, terra original... Não declamamos, todos possuem e podem examinar taes folhinhas, que andam nas mãos da mãe de familia, da donzella desprevenida, cujo espirito abalado pela leitura do romance, só encontra recreio nas anedoctas das folhinhas dos Srs. Laemmerts; emfim em todas as casas, tanto do mais rico como do mais pobre. Todos pagam este tributo pernicioso aos Srs. Laemmerts.

Para extinguir este cancro exterminador que róe pelas entranhas o que de mais caro tem o Brazil; é preciso melhorar a educação religiosa da mocidade, acostumando-a desde a infancia á piedade, ao amor e temor de Deos, finalmente preparar o coração desses innocentes, que como a planta tenra, que não foi cuidada em pequena, crescerão tortos e nunca mais endireitarão (O APOSTOLO, ano II, n. 2, 13 Jan. 1867, p. 10-12).

É importante ter atenção ao conceito de qualidade que emerge da fala de *O Apostolo*, pois era ele o fiel entre a boa e a má educação; os bons e os maus livros; e os bons e os maus

mestres.

Vasconcelos (2005) relata exemplos diferenciados acerca do conceito de qualidade da educação. A autora apresenta Augusto Cony, colaborador do periódico *A Instrução Pública*, voltado aos professores da Província do Rio de Janeiro, no qual publicou um artigo sobre a necessidade de os pais educarem seus filhos para que soubessem receber o “não”, um princípio de ordem (p. 86-87). Já na revista *A Escola*, José Francisco da Rocha, em 1878, afirmava que a boa educação da mulher era aquela que a tirasse da superficialidade, permitindo que alcançasse o mesmo patamar dos homens (p. 193-194). Para os professores, enquanto agentes da centralização do Estado, os bons compêndios eram aqueles aprovados e recomendados por ele (p. 199). Seriam as ideias de José Francisco da Rocha ou os parâmetros do Estado imperial que regiam a concepção de educação propagada nos editoriais de *O Apostolo*? É certo que não.

Nesse Jornal, o ano de 1872 marcou uma mudança de postura em relação ao principal agente da educação católica: a mãe. Não que esse agente perdesse a importância, mas um discurso de culpabilização dos pais, em especial da mãe, começou a tomar força nos editoriais.

A indiferença dos pais, principais referências dos filhos, em relação à religião, a negligência no controle da literatura acessível aos filhos e das conversas inapropriadas, além dos vícios que corrompiam alguns homens e mulheres, contudo, não justificaria a ação do Estado para a implementação do ensino obrigatório.

A defesa do ensino livre foi, inclusive, a tônica predominante dos editoriais a partir de então, numa ação coerente às críticas desenvolvidas no Jornal desde 1866, quando professores da instrução pública passaram a ser encarados como propagadores da impiedade. Essa postura também era coerente com o momento histórico marcado pelo abalo das relações entre Igreja e Estado promovido pela Questão Religiosa. Havia naquele cenário o fortalecimento de uma corrente de pensamento no interior do governo que, na concepção da redação de *O Apostolo*, corroborava a desagregação, a negação da adesão histórica do povo brasileiro ao catolicismo e a desordem social.

O novo momento incidu também na própria organização material do Jornal, promovendo a readequação das seções do periódico. O evangelho do dia, trabalhado pela redação, deu lugar ao “Calendário da Semana”, seguido da “Parte Oficial”, onde se publicavam pronunciamentos dos bispos ou do *Cathecismo do Concílio de Trento*, base de ação do movimento ultramontano.

A essa alteração seguiu-se uma renovação do layout do Jornal, em 1872, que adotou nova diagramação em suas páginas. Mantendo a dimensão de suas folhas, os tipos usados

eram de tamanho menor e o conteúdo, antes disposto em três colunas, passou a ser organizado em cinco, conforme mostra a Figura 13:

Figura 13 - Mudança de capa em 1872



Fonte: O APOSTOLO, ano VII, n. 1, 07 Jan. 1872. Disponível na HDB.

Tais mudanças marcam o período em que *O Apostolo* mais sofreu adaptações quanto ao formato, à periodicidade e, por isso, aos valores<sup>95</sup>. Até 1882, data limite deste estudo, o Jornal manteve suas quatro páginas, mas sua periodicidade foi alterada conforme as demandas colocadas por conflitos político-religiosos, nos quais a Igreja se viu envolvida e os sacerdotes impelidos a posicionarem-se. No ápice da Questão Religiosa, por exemplo, foi publicado diariamente entre os meses de janeiro e março de 1875, passando, após isso, a ser publicado três vezes por semana.

A partir de então, o perfil menos catequético e mais militante assumido pelo Jornal refletiu em sua organização. A tradicional homilia, que normalmente figurava na primeira página, foi retirada, e seções fixas foram introduzidas. Desde o acirramento da Questão Religiosa, a seção “Folhetim” foi deixando de aparecer no Jornal, predominando as notícias da Igreja, permeadas de tom condenatório pela situação dos bispos do Pará e de Olinda, e manifestações de apoio à causa católica. Em contrapartida, foram criadas seções que abriam a possibilidade de arrecadar mais dinheiro para o sustento do periódico: “Publicações a Pedido” e “Anúncios”. Nessa última seção, a empresa ofertava seus serviços, destacando sua capacidade produtiva, além da venda de livros por ela impressos e/ou comercializados.

De modo geral, os editoriais daquele ano concentraram suas atenções em embates envolvidos no cenário político do Império. *O Apostolo* conclamava católicos a concorrerem a cargo legislativo e discursava sobre a importância do voto consciente entre os católicos. Ao reconhecer nos maçons o foco de fortalecimento do poder temporal sobre a Igreja, os redatores argumentavam sobre a obrigação dos católicos de imporem-se sobre seus inimigos. Como entre os maçons estavam nomes poderosos da política, o aumento da representatividade católica naquele espaço foi encarado como medida prática e viável de ação.

A primeira ação prática foi a criação da Associação Catholica Fluminense. Com o objetivo de divulgar a doutrina católica e, na defesa da educação religiosa, os pontos nodais para a promoção da civilização.

A propaganda que ha de promover, é propaganda benefica, salutar e vantajosa, é a propaganda do catholicismo, origem do progresso humano e fonte de recursos para a salvação espiritual. [...]

Sob a acção benefica da religião prosperam as nações.

Decaem pelo desenvolvimento exclusivo da materia, que gera, alimenta, dá impulso e vida aos sentidos, desencadeando o luxo, que tudo estraga, vicia e corrompe.

As associações catholicas têm fim duplo: salvar, si ainda é possível, a geração presente da corrupção que a dilacera, e preparar a futura, elo ensino religioso, para

<sup>95</sup> Os valores da assinatura estavam praticamente inalterados desde a edição inaugural. O valor máximo da assinatura continuou em 7\$000 (valor anual para as Províncias) e o valor mínimo passou a 3\$000 (valor semestral para a Corte). A opção de assinatura trimestral foi abolida a partir do ano II (1867).

fins que aquella não póde já attingir. [...]

Para destruir perniciosos effeitos de uma educação sem religião, que o philosophismo creou, matando a fé dos povos, é preciso contrapor-lhes os principios são e beneficos do catholicismo.

Ao ensino pagão oppor o ensino pela religião, base da verdadeira civilisação.

Hoje que todos entre nós querem ser sabios sem o temor de Deos, que é o principio da sabedoria, e o que é mais, existe uma escola que se propõe desenvolver e sustentar no povo tão perniciosas idéas, é sobre tudo necessario levantar outra, que leve-lhe ao coração elementos, com os quaes unicamente póde viver em paz na sociedade.

Larga, pois, vastíssima é a missão e larga messe para cultivar, ainda que poucos sejam os verdadeiros operarios.

Crear esses operarios é tambem dever seu. [...]

Estabelecidas as regras geraes que devem guial-as, cada uma tem de conhecer o mal da sua localidade para applicar-lhe remedio energico.

É o que já estão fazendo todas nas diversas provincias, onde foram instaladas. [...]

Avante pois, marchemos unidos, a patria será agradecida, e no céo gozaremos da verdadeira recompensa (O APOSTOLO, ano VIII, n. 44, 02 Nov. 1873, p. 1).

Os estabelecimentos de ensino confessionais ganharam destaque a partir de 1873, não só como oposição à instrução pública e às escolas particulares secularizantes, mas como solução para o atendimento de crianças negligenciadas pelas famílias, no que tange à educação religiosa, conforme mostra o Quadro 10:

Quadro 10 – Editoriais que tratam da atuação de sacerdotes e religiosos na formação educacional e instrucional da infância e da mocidade

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano VIII, n. 24, p. 1	15 Jun. 1873	[Sem título]	Defende a atuação docente de sacerdotes no Imperial Colégio Pedro II e aponta como um grave problema na instituição a existência de professores leigos gozando de “liberdade indecente”.
Ano IX, n. 111, p. 1	11 Out. 1874	<i>A Instrucção publica.</i>	Em defesa do ensino paroquial para suprir a carência de professores públicos, os quais, segundo o redator, não possuíam conhecimento suficiente para o ensino da religião.
Ano IX, n. 117, p. 1.	01 Nov. 1874	[Sem título]	Acrescenta o ensino paroquial, ministrado pelo pároco, ao ensino religioso nas escolas como estratégia de combate à ausência de religião na casa e na escola.
Ano X, n. 41, p. 1	23 Fev. 1875	<i>Ao "Globo"</i>	Afirma que a Igreja não pretende ter o controle da instrução pública, mas o direito de abrir escolas confessionais.
Ano X, n. 50, p. 1	05 Mar. 1875	<i>O "Globo" e sua revista</i>	Assevera a obrigação da mãe no que diz respeito à introdução do ensino religioso aos filhos. Sendo tal trabalho aperfeiçoado na escola e complementado na escola paroquial, espaço em que os meninos seriam preparados para se defender dos “maus amigos” e dos “falsos mestres”.
Ano X, n. 180, p. 1	08 Dez. 1875	<i>A conferencia sobre os orphãos</i>	O redator interveio a favor da educação proporcionada pelas Irmãs da Caridade francesas às meninas desvalidas.
Ano X, n. 183, p. 1	15 Dez. 1875	<i>O Ilm. Sr. Pires Ferrão</i>	O redator complementou o editorial anterior reconhecendo a competência das mães brasileiras para a educação da infância, mas seriam as Irmãs da Caridade francesas as mais capacitadas para dirigir asilos, portanto, deveriam cuidar de todos os estabelecimentos de educação feminina.
Ano XII, n. 23, p. 1	28 Fev. 1877	<i>O ensino da doutrina</i>	Contra a atuação de preceptoras “mercenárias” e os livros e periódicos “imorais”, exige “um tratamento energico e radical” caracterizado pela ação dos párocos no sentido de

Quadro 10 – Editoriais que tratam da atuação de sacerdotes e religiosos na formação educacional e instrucional da infância e da mocidade

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
			sanar a ausência das mães e dos “bons mestres” na formação religiosa dos fiéis.
Ano XII, n. 69, p. 1	20 Jun. 1877	<i>As theses do liberalismo</i>	Apropriando-se do conceito de liberdade de ensino, afirma que a doutrina liberal seria contrária à ideia de liberdade se impedisse a Igreja de ensinar e moralizar para a salvação espiritual. Portanto, pedia que houvesse “liberdade plena de ensino para todos, ensine a Igreja e ensine o Estado e vamos a ver quem melhores resultados apresenta”.
Ano XII, n. 78, p. 1	11 Jul. 1877	<i>O “Globo” e as Irmãs da Caridade e os Padres Lazaristas</i>	Defende a qualidade do trabalho realizado pelas Irmãs da Caridade no Colégio Imaculada Conceição, e filiais, e contesta o argumento de que não poderiam atuar no Brasil por serem estrangeiras. Segundo o redator, se estrangeiros eram chamados para o trabalho na lavoura, por que as religiosas francesas não poderiam atuar na educação?
Ano XII, n. 80, p. 1	15 Jul. 1877	<i>O “Globo” e as Irmãs da Caridade</i>	O redator explica o trabalho das Irmãs da Caridade nos colégios, afirmando que a direção administrativa dos estabelecimentos era de responsabilidade da Associação de São Vicente de Paulo.
Ano XII, n. 81, p. 2	18 Jul. 1877	<i>Ainda as Irmãs da Caridade</i>	Crítica a imprensa da Corte de levantar calúnias contra as Irmãs e ratifica a qualidade dos estabelecimentos de ensino onde atuam, descrevendo-os como cuidados, asseados, com oferta de instrução literária de alta qualidade e define as religiosas como as mais competentes para a promoção da instrução religiosa.
Ano XII, n. 146, p. 1	23 Dez. 1877	<i>A funesta propaganda da “Província de São Paulo”</i>	O editorial se coloca contra a nacionalização do ensino, pois isso impediria a atuação das Irmãs da Caridade. O redator argumenta que não havia professores brasileiros suficientes para atender a demanda e que o trabalho feito por padres e Irmãs estrangeiras vinha sendo “brilhante”.
Ano XIII, n. 39, p. 1	05 Abr. 1878	<i>A educação da mocidade</i>	Utiliza-se dos pedidos póstumos de Pio IX (1846-1878) para incentivar os católicos ricos a financiarem os estabelecimentos de ensino confessionais: “abram pois mão de parte das suas rendas e apliquem-nas para o ensino e educação religiosa da mocidade”. E, ainda, cobra do clero o papel de ensinar religião, estimulando-o a abrir escolas de instrução primária e de religião.
Ano XIII, n. 43, p. 1	14 Abr. 1878	<i>Instrução religiosa</i>	Em campanha pela criação e manutenção de escolas católicas, instrui a criação de caixas para a arrecadação entre os católicos, em cada Freguesia, para aplicar ali o ensino literário e religioso. Pede, inclusive, que os fiéis lembrem dessa causa em seus testamentos.
Ano XIII, n. 66, p. 1	09 Jun. 1878	<i>Ainda o ensino religioso</i>	Propõe a criação de escolas paroquiais como reação ao processo de secularização do ensino proposto em regulamento do Imperial Colégio Pedro II.
Ano XIII, n. 87, p. 1	02 Ago. 1878	<i>O ensino do Catechismo nas escolas</i>	Crítica às famílias que não cuidavam do ensino religioso e aos professores ímpios que atuavam tanto nos colégios públicos quanto nos particulares. Aponta como alternativa a esse quadro a promoção do ensino religioso pelos párocos.
Ano XIII, n. 113, p. 1	08 Nov. 1878	[Sem título]	Indica os estabelecimentos do Sagrado Coração de Jesus como os melhores para “confiar a educação das futuras mães de família”.
Ano XIII, n. 116, p. 1-2	15 Nov. 1878	[Sem título]	Chama a atenção dos párocos para a orientação das mães na educação dos filhos.

Quadro 10 – Editoriais que tratam da atuação de sacerdotes e religiosos na formação educacional e instrucional da infância e da mocidade

Ano, número e página	Data	Título	Resumo
Ano XIV, n. 121, p. 1	17 Out. 1879	[Sem título]	Em discurso que ressalta falta de segurança, corrupção e impunidade na sociedade, coloca a mãe e o pároco como “os instrumentos mais aptos para a reforma social”.
Ano XVI, n. 47, p. 1	29 Abr. 1881	[Sem título]	Editorial em elogio à qualidade do ensino dado aos estudantes do Colégio do Caraça.
Ano XVI, n. 114, p. 1	09 Out. 1881	[Sem título]	Sobre a importância dos párocos e das mães atuarem na formação do povo.
Ano XVI, n. 128, p. 1	13 Nov. 1881	[Sem título]	Trata-se de uma recomendação para que o Seminário Menor de São José, no Rio Comprido, fosse indicado pelos párocos aos seus fiéis, pois ali se oferecia instrução primária e secundária orientada por lazaristas, com boa educação literária, moral e religiosa.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir da análise do periódico *O Apostolo*, disponível na HDB.

No conjunto de editoriais elencados no quadro acima é possível perceber a ascensão dos párocos da posição de orientadores dos fiéis a agentes da educação, fosse em escolas paroquiais, onde se ensinava o catecismo e a “instrução verdadeira”, fosse nos colégios e asilos sob o controle pedagógico de padres e irmãs – com destaque para a educação feminina ofertada pelos vicentinos.

Contudo, as escolas confessionais não eram suficientes para a formação da juventude. Os redatores de *O Apostolo* continuavam a insistir na necessidade da atuação da mãe na casa e no trabalho dos padres na igreja. O novo ator no processo educacional, aclamado na maioria dos editoriais elencados no Quadro 10, não dispensava o trabalho que deveria ser iniciado pela mãe e complementado pelo pároco.

Sem religião não ha povo verdadeiramente feliz.

O sentimento religioso é, não ha duvidar, o escudo onde se quebram as attribuições da vida, é a maior barreira ao desespero.

Mas, para que esse sentimento se desperte e actue sempre, convém educar n’elle o povo, e é por isso que o ensino do catecismo entra como elemento indispensavel na educação da mocidade.

Insistiremos sempre sobre isto, porque estamos convencidos da utilidade do ensino do catecismo, que é o resumo da doutrina Catholica, ensina pela Egreja, que a recebeu de Jesus-Christo, seu divino fundador.

Na familia deve principiar a formação religiosa do povo, poruqe é da familia que ele sahe, e, portanto, máo ou bom, conforme a educação religiosa tiver sido má ou boa.

O parocho assume depois o complemento de tão necessaria educação, pelo ensino do catecismo, pelo seu desenvolvimento e pela preparação para a frequência dos sacramentos (O APOSTOLO, ano XVI, n. 114, 09 Out. 1881, p. 1).

De qualquer maneira, esse projeto educacional sugerido às famílias daria frutos num prazo pelo qual os defensores da fé não poderiam esperar, tendo em vista a crise estabelecida entre governo e Igreja. Esta última necessitava de apoio real e imediato para o “combate do

erro”. *O Apostolo* pretendia publicizar ao máximo aquilo que considerava um atentado contra a fé e a autonomia do poder religioso, mas isso demandaria um alto investimento, esforço e empenho.

O Jornal não era unicamente sustentado pelos pagamentos dos assinantes, dos eventuais anúncios ou da venda de livros. Havia uma rede solidária composta por fiéis e sacerdotes que ofertavam dinheiro em forma de doações. Além disso, muitos dos seus articulistas eram também pessoas de expressão social que, ao unirem-se oficialmente na organização da Associação Catholica Fluminense, estabeleceram e registraram em ata a contribuição mensal para o auxílio da imprensa católica. Essa última medida – consonante ao estatuto proposto pela Associação, o qual contava com cláusula de apoio à imprensa católica – foi tomada prevendo a alteração da periodicidade do Jornal e formação de uma comissão de redatores. Todo esse movimento era apresentado aos leitores de *O Apostolo*, principalmente nos editoriais e em notas circulares que os antecediam:

A luta em que se acha empenhada a Egreja Catholica, no Brazil, tornou necessario o apparecimento do "Apostolo" duas vezes por semana, afim de poder destruir a tempo os sophismas da impiedade e protestar contra as calumnias e doestos de que é victima a Religião do Estado.

Em razão pois, do augmento de despeza, que esta medida acarretou, as assignaturas do "Apostolo" deverão ser tomadas de Janeiro em diante á razão de 10\$000 por anno e 5\$000 por semestre (O APOSTOLO, ano VIII, n. 57, 18 Dez. 1873).

A partir da segunda quinzena de 1874, encontramos períodos em que o Jornal era publicado três vezes por semana, devido ao volume de notícias e discussões acerca da Questão Religiosa. Até então, como seria de se esperar, os editoriais eram dedicados à defesa dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa, e somente após a prisão deles voltaram a aparecer na seção os artigos cuja temática principal era a educação, uma vez que o ensino baseado na religião já havia sido tomado como o meio principal para a regeneração do povo. E crescem aí dois elementos que, considerados os propagadores do erro e do indiferentismo, passaram a ser combatidos, cada vez mais frequentemente, pelos redatores do Jornal: os maus livros e a imprensa ímpia.

Além do tradicional combate aos professores ímpios, engrossaram as fileiras dos inimigos da fé, da família e, portanto, da sociedade brasileira, os maus livros e a imprensa ímpia, que eram identificados como propagadores de uma literatura que contribuía para a crise moral e da civilização, fazendo aumentar o número de crimes.

A publicação, em 1875, e o sucesso de recepção da obra *Escrava Isaura*, escrita por Bernardo Guimarães, estimularam a produção de editoriais dedicados a indicar e comentar obras consideradas más e boas, atentando para a importância de se oferecer obras literárias

desenvolvidas com base na doutrina católica à família. Ainda nesse espírito, *O Apostolo* condenava os trabalhos desenvolvidos pela Livraria Garnier, a qual pôs em circulação o “escandaloso” romance supracitado, indicava livreiros considerados louváveis e estimulava a organização de associações católicas para a publicação de livros católicos. Mas a imprensa também entrou no rigor da fiscalização ultramontana, devido a uma seção bastante popular na época: folhetim.

A estatística criminal é o thermometro da moralidade e civilização de um povo. [...] Por uma boa estatística criminal estuda se a causa predominante dos vícios que corróem o paiz. [...]

A sociedade que tolera uma imprensa que é antes a estatua de *Pasquino*, onde tudo se affixa, menos a religião, a moral, em uma palavra – a verdade e a justiça, deve ter contados os dias de sua existencia. [...]

Uma certa escola, apoiada pelo gazetismo commercial, procura introduzir entre nós a secularisação de tudo, substituindo o civil ao religioso. [...]

Ora, uma sociedade assim constituída e marchando animada pelo governo, que é o corruptor dos mais distinctos caracteres, não póde corar com as scenas desmoralisadoras de nossos theatros, nem com o *realismo* de nossos romances, e é por isso que o gazetismo elogia e engrandece os *Apostolos do Mal* e a celebre *Escrava Isaura*, que já fezs subir o rubor ás faces de um dos corifêos do nosso gasetismo [sis], que foi obrigado a retiral-o de suas columnas para não continuar a escandalizar os seus leitores. [...]

[Queremos] prevenir aos pais de familia de boa fé contra esses *Apostolos do Mal*, que são movidos pela mais torpe especulação e contra esse immoralissimo romance *Escrava Isaura*, que a Garnier desta côrte acaba de editar, e vai merecendo os applausos dos taes *Apostolos do Mal*, que aqui já tínhamos, antes dessa excrescencia posta em scena pela Sra. Ismenia. [...]

É muito melhor ficar privado do pouco, do muito pouco de bom, de util e de agradável, que de vez em quando trazem essas gazetas, a expor a mocidade á accção deleteria de doutrinas subversivas e mortíferas de que estão sempre cheias (O APOSTOLO, ano X, n. 99, 02 Jun. 1875, p. 1).

Segundo Ana Luiza Martins (2012, p. 69), “a partir de meados do século XIX, quando o jornalismo político, pesado e conselheiral entrou em declínio, outro chamariz se impôs para ampliar a circulação do jornal: o folhetim de pé de página”. A autora se reporta às crônicas e aos contos como um estilo muito estimulado na época por ser de mais fácil adaptação ao espaço disponível no jornal. A publicação de romances, “só aos bocaditos, em forma de folhetim, que aos jornais interessavam comercialmente como atração de primeira página. A característica da seriação, instigando a leitura seguinte, garantia o consumo da publicação enquanto lá se encontrasse, de suspense em suspense, o enredo instigante com os lances rocambolescos pertinentes” (Ibid., p. 70). Portanto, pelo formato da publicação e pela facilidade de acesso aos periódicos, o consumo de literatura por meio da seção folhetim alcançava muito mais espaços, públicos e privados, do que os livros, contendo, assim, um maior potencial de popularização de obras consideradas “inadequadas” pelos redatores de *O Apostolo*.

Na verdade, manifestações artísticas e literárias, assim como o Carnaval, desde os primeiros tempos do Jornal eram apontadas como estimuladoras da degradação social manifesta em símbolos da desordem social. E tal teoria era reafirmada na descrição de crimes, como o assassinato de uma senhora que contou com a participação de uma criança, o Godofredo; o estupro de uma menina com a anuência de sua responsável; e o apedrejamento do bispo D. Lacerda durante missa celebrada por ele na Igreja de Santa Rita.

O simbolismo máximo dos efeitos do erro, na concepção difundida nos editoriais de *O Apostolo*, foi a prisão dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa. Para corrigir tal injustiça, estabeleceu-se como estratégia a ampliação da circulação de ideias por meio da imprensa católica financiada por donativos e assinaturas que possibilitariam a produção de números diários do Jornal. Ao ampliar sua presença na esfera pública, os redatores do Jornal pretendiam construir e fortalecer a opinião pública favorável à Igreja ultramontana.

Sem dúvida, *O Apostolo* era o representante da Igreja ultramontana na esfera pública e, por meio da palavra escrita, visava influenciar a opinião pública. Contudo, a mídia impressa não alcançava somente o público simpático às ideias ali veiculadas. Conforme Maia (2006), a mídia conecta atores, instituições e mundos sociais distintos. Dessa conexão emanam solidariedades e rivalidades. Na esfera pública, os periódicos ilustrados configuraram-se na antítese de tudo aquilo que *O Apostolo* representava. E, por isso, eles voltam a ser tomados aqui como vozes de oposição às representações elaboradas pelo Jornal católico na esfera pública.

O maior número de charges e piadas sobre *O Apostolo* aparecem, não por acaso, na década de 1870. De um lado, porque o periódico católico deu-se mais a ver, de outro, porque aquela foi uma fase em que Angelo Agostini<sup>96</sup> e outros caricaturistas e escritores formaram um grupo muito ativo no mercado da crítica social por meio do humor. Era um contexto de grande confluência, circulação e disputa de ideias que incidiam diretamente na política e nos costumes, proporcionando a profusão de periódicos, um dos principais meios, pelo custo da produção e da comercialização, para alcançar os olhos, a mente e o coração do povo.

Os “ataques” das folhas ilustradas tomaram tal proporção que fizeram os redatores de *O Apostolo* buscarem amparo na lei para suspendê-los. Tendo por base o Regulamento da

<sup>96</sup> De acordo com Vainfas (2002, p. 44), em verbete produzido por Sheila de Castro Faria, Angelo Agostini nasceu em 1843, provavelmente no Piemonte. Depois de viver em Paris com a avó, veio para o Brasil em 1859, fixando-se em São Paulo, onde fundou os jornais ilustrados *Diabo Coxo* (1864-1865) e *O Cabrião* (1866-1867). “Transferiu-se para o Rio de Janeiro e colaborou nas folhas *A Vida Fluminense* e *O Mosquito*. Seu maior empreendimento, porém, foi a *Revista Illustrada*, da qual era editor, ilustrador e jornalista, que circulou entre 1876 e 1895. [...] Com o encerramento da *Revista Illustrada*, criou sua última revista, *D. Quixote* (1895-1902)” e passou a colaborar em diversos periódicos, tais como *O Malho*, *Gazeta de Notícias* e *Tico-Tico*. Faleceu em 1910, no Rio de Janeiro.

Alfândega da Corte<sup>97</sup>, foi produzido um artigo exigindo a proibição da circulação de *O Mosquito*, *Vida Fluminense* e congêneres, pois, de acordo com sua interpretação, tais folhas se encaixavam na categoria de “objecto [...] cujo assumpto seja obsceno ou offensivo da moral e bons costumes” (O APOSTOLO, ano IX, n. 14, 04 Fev. 1874. Attendam, p. 4, grifo do autor) e tinham livre entrada no “seio das familias [derramando sobre elas] as mãos cheias o virus da immoralidade e da heresia de que está impregnado!” (Ibid., p. 4).

A reação veio em seguida. No dia 7 de fevereiro chegava ao público a edição de número 230 de *O Mosquito*, trazendo um artigo intitulado “O que se diz do Mosquito”, em que se destacava a perseguição impetrada pela Igreja àqueles que não se submetiam às suas práticas. A redação da folha afirmava que não tinha por objetivo entender o porquê da acusação feita pelo periódico católico, mas “testemunhar-lhe o nosso afeto e a nossa gratidão mais cá de dentro pelo character especial da denuncia que de nos dá as justiças d’El Rei, em cujos ferros V. Ex. nos queria vêr, como bom catholico que é, arrastando as correntes do galé” (O que se diz do Mosquito. O MOSQUITO, ano VI, n. 230, 7 Fev. 1874, p. 3 e 6).

Algumas colocações feitas pelo redator do artigo merecem atenção. Primeiro, a sugestão de que há, no mínimo, dois tipos de católicos: os bons e os maus. Pelo recurso linguístico, percebe-se que *O Apostolo* representaria os maus católicos. Depois, relega-o à categoria de perseguidor, mas não sem antes personificar o Jornal no sujeito “pançudo e gordurento” que, tudo leva a crer, se trata do monsenhor Ferreira, à época ainda cônego:

Teem tanto brilho as excelsas qualidades que concorrem na pansuda e gordurenta pessoa de V. Ex., que só pela denuncia nos sentimos já envergonhados diante da sancção moral da sociedade, emquanto não alcança a sancção pecuniaria do regulamento da Alfandega da côrte. [...]  
O que pede V. Ex. para nós pelas nossas graves culpas?  
O cumprimento da lei que persegue o contrabandista, como os antecessores de V. Ex. perseguiram, por exemplo, os que limpavam candieiros ou vestiam roupa lavada á sexta-feira, os que se abstinham de certas comidas, os que trabalhavam ao domingo, os que faziam mal o signal da cruz, os que diziam – o mundo move-se – os que gritavam – viva a liberdade! – e, emfim, os que ainda hoje, não acreditam na infallibilidade do Papa (O MOSQUITO, ano VI, n. 230, 7 Fev. 1874, p. 3 e 6, grifo do autor).

E, em referência aos autos de fé executados pelas autoridades civis após a deliberação da punição pelo Tribunal da Inquisição, completa:

Quer, pois, V. Ex. que as justiças d’El-Rei façam o mesmo conosco?  
Ou prefere que o *Mosquito* antes de ser distribuido seja despachado na Alfandega, para que o Sr. Inspector lhe deite as unhas, e o entregue ás chammas purificadoras

<sup>97</sup> Decreto n. 4.343, de 22 de março de 1869. BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. Vol. 1, pt. II, 1869, p. 76. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4343-20-marco-1869-552840-publicacaooriginal-70397-pe.html>>. Acesso em: 29 Jul. 2018.

de uma fogueira ateadada por V. Ex.?

Como V. Ex. tem um coração de fera. Sujeitar-nos á vigilancia do fisco, era pôr-nos as mãos na guella e afogar-nos de uma vez.

Ah! malvado conego!

Porque em vez disso nos não condemna V. Ex. a jejuar, na sua presença, porque nós não sabemos de maior matyrio que ter fome diante de uma tal rotundidade e não poder lhe deitar o dente.

Antes isso que mandar-nos entrar para os cofres correccionais com o preço do nosso contrabando de que V. Ex. hade querer o quinhão da denuncia. [...]

Acceite V. Ex. os protestos de admiração mais profuda, que lhe votam os excummungados redactores do *Mosquito*, tão profundas como oleosas devem ser as banhas de V. Ex. (Ibid., p. 3 e 4, grifo do autor).

Por fim, com ironia e sarcasmo, o artigo transmite a ideia de que imperam no monsenhor Ferreira e, portanto, no seu Jornal e no grupo social representado por ele na esfera pública, o ódio e a avareza. E essa representação não era exclusiva de *O Mosquito*. Sem mencionar a saudade de tempos idos demonstrada pelo uso do termo “El-Rei”, insinuando viver o monsenhor no passado colonial. Essa ideia era compartilhada por outros periódicos ilustrados, mesmo na *Semana Illustrada*, considerada um pouco mais contida em seu discurso.

A crítica presente em *O Mosquito* e demais periódicos de viés liberal permanece atual no senso comum. A ideia é de que a Igreja do século XIX estava sempre com os olhos voltados para tempos bem mais remotos – a Idade Média –, numa atitude que visava o resgaste do prestígio e da autoridade católica, abalados pela ciência demonstrativa, pelo protestantismo e pelas revoluções liberais a partir do século XVI. Inclusive, é essa a ideia reafirmada pela historiografia e pesquisa em que se apoia Manoel (2004, p. 11), ao afirmar haver “um indisfarçável saudosismo da Idade Média” na esfera socioeconômica, identificado na documentação produzida pela hierarquia da Igreja entre os pontificados de Pio VII, iniciado no ano de 1800, e o de Pio XII, finalizado em 1958.

Segundo Manoel (1996; 2004) e seus intérpretes, havia por parte da Igreja a “necessidade de paralisação do movimento histórico, numa volta aos padrões medievais como base para a salvação humana” (ROIZ, 2005, p. 143). A ligação aos valores filosóficos medievais é inegável na documentação clerical a partir de meados do século XIX, entretanto, afirmar uma “necessidade de paralisação do movimento histórico” soa como um alargamento de conceitos ou uma descaracterização daquilo a que remete o termo “saudosismo” usado por Manoel (2004).

Apoiando-me nos estudos acerca da memória e da história (HALBWACHS, 2006; LE GOFF, 1990; POLLAK, 1989; 1992), aponto para um conceito que, acredito, esteja em maior consonância com a proposta da Igreja: a memória coletiva. Segundo Le Goff (1990, p. 29), a

memória coletiva “é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. A memória coletiva é, dessa maneira, estruturada a partir de diferentes pontos de ancoragem e reforça sentimentos de pertencimento, configurando-se como uma construção que, ainda conforme Le Goff (1990, p. 32), “faz parte do jogo do poder”, permitindo “manipulações conscientes ou inconscientes”, obedecendo “aos interesses individuais ou coletivos”.

Logo, a Idade Média é apontada como uma referência de convivência harmônica, período de predomínio da concepção católica de progresso, época da “trégua de Deus”. Mas não se pode confundir o referencial de comportamento com a tentativa de retorno aos padrões socioeconômicos medievais. Mesmo porque as argumentações em favor da delimitação entre os poderes temporal e religioso e as iniciativas de ordem econômica, como a dos jesuítas no século XVIII, que articulavam a exploração das drogas do sertão, a criação de gado e a plantação de cana-de-açúcar para financiar suas missões, assinalam a adaptação da Igreja ao seu tempo histórico.

Era, ademais, a adaptação aos valores mercantis inaugurados na transição da Idade Média para a Idade Moderna e os acordos estabelecidos na mesma época entre Igreja e Estado que *O Mosquito* criticava no artigo cujos trechos foram transcritos acima. Mas as críticas não se limitavam a isso. Aproveitando uma temática que dominou *O Apostolo* após a prisão dos bispos: as manifestações de apoio aos sacerdotes e solicitações de soltura, o periódico ilustrado *O Ganganelli*<sup>98</sup> publicou em página dupla uma representação aludindo à discrepância entre discurso e prática do clero ultramontano nas festividades e devoções do grupo, sob o título “Orgia Franciscana em honra de D. Vital” (Figura 14).

---

<sup>98</sup> O periódico foi fundado em 1876 e seu nome foi uma homenagem a Saldanha Marinho, político, maçom e defensor do anticlericalismo.

Figura 14 - Uma representação maçônica do clero ultramontano



Fonte: O GANGANELLI, ano I, n. 2, 19 Out. 1876, p. 4-5. Disponível na HDB.

Enquanto o proprietário e “alma” de *O Apostolo* esforçava-se por formar a opinião pública divulgando sua representação de civilização baseada na moral e na religião cristã, os opositoristas tratavam de imputar-lhe a pecha de falso moralista, dado aos prazeres mundanos<sup>99</sup>, como apontam os versos que acompanham a charge estampada acima.

Ora graças que aqui tem  
O Sr. D. Frei Vital  
E ora viva a pagodeira  
Que a ninguém faz mal

Puxa puxa esta freira  
Em louvor de D. Vital  
Ora viva a bebedeira  
Que a ninguém faz mal  
(O GANGANELLI, ano I, n. 2, 19 Out. 1876, p. 4-5).

Ao fim da contenda jurídica entre Igreja e Estado, voltaram a ocupar espaço nos editoriais questões ligadas ao ensino, ao protestantismo, à secularização das práticas e instituições, ao racionalismo, à liberdade de consciência, e também à maçonaria. Ou seja, as temáticas regulares foram retomadas, enquanto apenas a intensidade da abordagem e o enfoque cada vez maior em ações práticas contra o indiferentismo e a consolidação da Igreja como fonte doutrinária e filosófica para a civilização e progresso alteraram o quadro.

<sup>99</sup> O monsenhor Ferreira está posto no canto inferior direito da imagem.

Não só, mas também pelo poder de alcance da imprensa ímpia nos lares brasileiros, nos anos seguintes *O Apostolo* investiu na conscientização da importância da imprensa católica, dos bons livros e do compromisso dos católicos para o financiamento e popularização de jornais e tipografias comprometidas com obras de “interesse”. Apoiou, inclusive, a formação de um partido católico. Mas, para enveredar por essas empreitadas, o Jornal precisava sair da convalescência imposta pelas contas geradas pelo alto custo de manter o periódico diário entre os meses de janeiro e março de 1875.

Empenhada em denunciar a "situação calamitosa em que o catholicismo se achou de repente, as ameaças continuas dos inimigos da Igreja, seus ataques, suas intrigas e sobre tudo a posição hostil assumida pelo governo Imperial que ordenou o processo e a condenação de dous illustres Bispos" (Aos nossos assignantes. O APOSTOLO, ano X, n. 74, 04 Abr. 1875, p. 1), a Typographia do Apostolo entrou numa crise financeira que nem mesmo seus quatro mil assinantes e doações, como a de 2:000\$000 (dois contos de réis) efetuada pelo Bispo D. Lacerda, foram capazes de livrar a empresa das dívidas.

Mesmo diante da grave situação e dos apelos junto aos católicos, o Jornal conseguiu arrecadar somente 12:120\$000 (doze contos e cento e vinte mil réis), valor suficiente para custear pouco mais de um mês de jornal diário<sup>100</sup>. Além dos atrasos ou dos pagamentos em cima da hora das assinaturas, a redação criticava católicos que continuaram a preferir a imprensa ímpia para anunciar seus produtos e serviços. Culpava até mesmo o serviço do Correio Geral, que, pela irregularidade e desvio dos números que deveriam ser entregues nas residências dos assinantes, motivava o cancelamento das assinaturas. A queda no valor da arrecadação a partir de fevereiro se fez sentir e ao fim dos três meses de periódico diário o déficit teria chegado a 12:172\$538 (doze contos, 172 mil e 538 réis)<sup>101</sup>, absorvendo toda a quantia arrecada em donativos.

Passando a circular três vezes por semana, a assinatura caiu para 15\$000 (quinze mil réis) anuais. Os editoriais do Jornal externavam com frequência a decepção com os católicos

<sup>100</sup> De acordo com extrato das receitas e despesas que a empresa de *O Apostolo* teve nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1875 (Aos nossos assignantes. O APOSTOLO, ano X, n. 74, 04 Abr. 1875, p. 1).

<sup>101</sup> Com a finalidade de fornecer um referencial para o valor doado pelo bispo D. Lacerda a *O Apostolo*, assim como para os valores relativos ao custeio do mesmo jornal declarados em abril de 1875, recorro ao estudo desenvolvido por Lobo; Canavarros; Ferers; Gonçalves; Madureira (1971). Ao efetuarem estudo acerca da evolução de preços e de custo de vida no Rio de Janeiro entre os anos de 1820 e 1930, os autores usaram como uma das fontes analisadas o Diário da Companhia de Luz Stearica. Tratava-se de uma fábrica de velas, cujo um de seus donos, o Barão de Mauá, empregava escravos de ganho e trabalhadores livres. De acordo com os pesquisadores, nesse mesmo ano, o custo médio da alimentação diária de um empregado livre na fábrica da Companhia era de 1\$500 (mil e quinhentos réis). O valor de um escravo no mercado era de 1:015\$000 (um conto e quinze mil réis). Seu aluguel, 20\$000 (vinte mil réis) por mês. E os escravos de ganho recebiam 4\$300 (quatro mil e trezentos réis) de gratificação por quatro ou cinco domingos trabalhados no mês. Além disso, um trabalhador livre da construção recebia em média salário diário de 2\$000 (dois mil réis).

brasileiros por não terem sido capazes de angariar mais assinaturas e pediam que seguissem o exemplo do povo católico francês, apoiador dos periódicos católicos *Univers* e *Monde*.

Na verdade, a inadimplência era um problema explícito desde o segundo ano da publicação. A manutenção do Jornal não era simples. Tornaram-se comuns os pedidos de regularização do pagamento das assinaturas junto ao leitor, e a cada alteração que significasse aumento de despesas para o Jornal, o redator participava aos assinantes, com bastante antecedência, convencendo-os da importância de se manter em circulação o principal periódico católico da época, apelando ao compromisso de cada um com a propagação da fé.

Conforme apontado no Capítulo 1 desta Dissertação, Montenegro e, em seguida, Reis tornaram-se sócios do monsenhor Ferreira na segunda metade da década de 1870. Enquanto o primeiro contrato foi encerrado com tranquilidade, o segundo teve como marca a forma tempestuosa pela qual as partes romperam sociedade e amizade.

O fato foi bastante noticiado à época, graças a uma publicação do Reis contradizendo o monsenhor nas páginas do *Jornal do Commercio*. A querela tornou-se pública quando, com a saída do gerente, monsenhor Ferreira anunciou, naquele jornal, em 25 de setembro de 1878, que *O Apostolo* fecharia temporariamente para a reorganização da empresa, deixando, para tanto, de circular no período. Reis, então, publicou no dia seguinte a sua réplica, explicando que, de acordo com contrato firmado entre as partes envolvidas, ele, como único gerente, seria sócio solidário responsável pela não interrupção da publicação de *O Apostolo*. Como a sociedade ainda não estava oficialmente rompida, colocava-se contra a pretensão de interrupção da publicação. O acordo comercial terminaria em 1880, mas o gerente propôs a rescisão em 3 de agosto de 1878, sob a condição de receber parte dos lucros a que teria direito e os empréstimos feitos à caixa. Ele cobrava o pagamento da dívida o quanto antes e afirmava que deixaria a firma imediatamente após o cumprimento dessas condições.

A *Revista Illustrada* e *O Mequetrefe* pronunciaram-se sobre a questão com a costumeira acidez de suas penas. No primeiro periódico, texto e imagem compuseram o enredo das divergências que levaram à suspensão temporária de *O Apostolo*. Na seção “Piadas”, D. Fortes escreveu:

A falta de dinheiro foi a grande razão porque suspendeu a sua publicação o seraphico collega da rua Nova, *O Apostolo* de gloriosa memoria. É verdade que podia bem dar-se a suspensão do collega sem a agua-suja que fizeram os seus proprietarios e redactores, os Srs. Conego Ferreira e Dr. Reis, vindo para o *Jornal* declarar, um que é monsenhor e que hade suspender a folha, o outro que monsenhor é conego e que hade publicar a folha. Uma mixordia que só elles entendem.

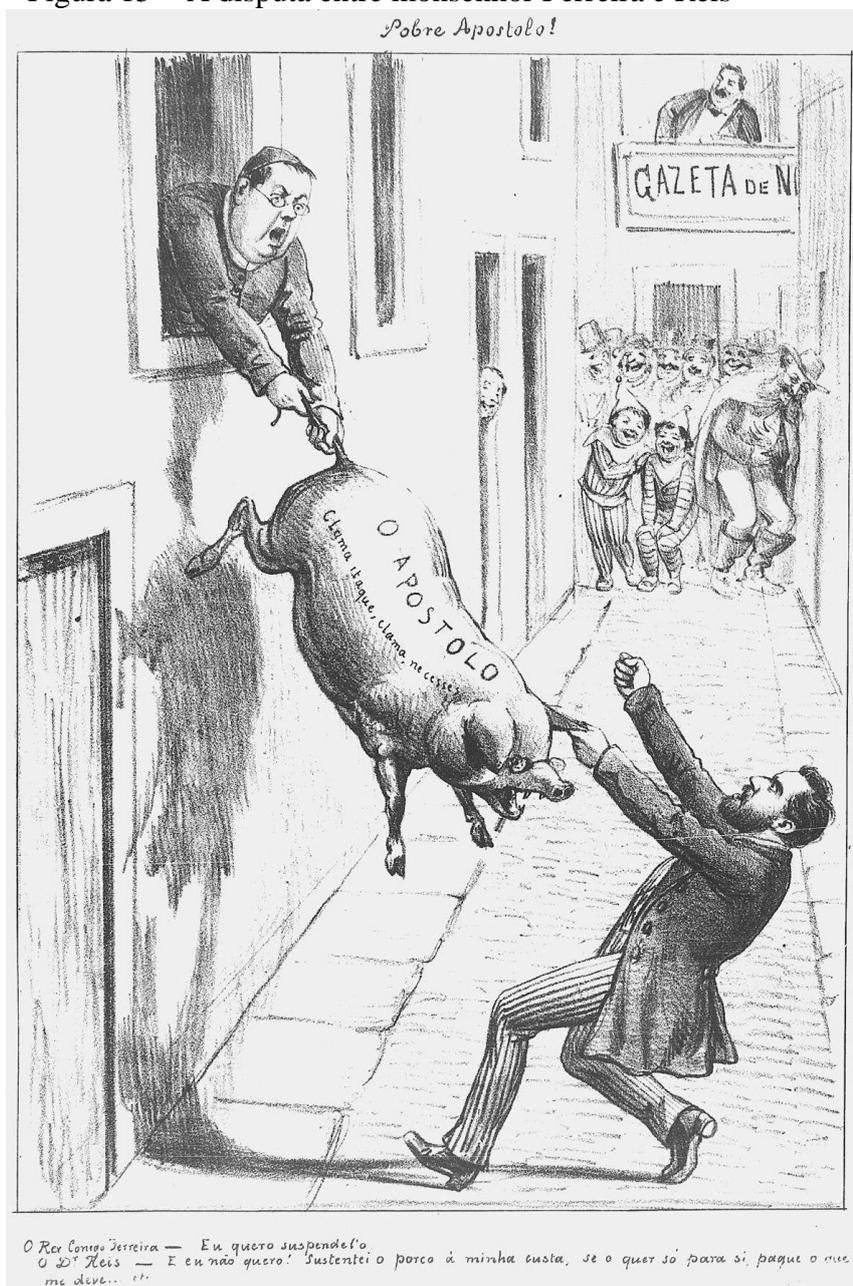
Eu apenas compreendo que o Sr. Reis queria á força o seu dinheiro, e que o conego queria dar-se em pagamento aos assignantes lesados, como diz a sua declaração no *Jornal do Commercio*. [...]

[Os assinantes que reclamarem] a quota do quarto trimestre, receberá um quarto do conego Ferreira – visto que por certo elle não pretende dar-se inteiro ao primeiro assignante que apresentar reclamação.

Por minha parte sinto hoje profundamente não ser assignante do *Apostolo*; pois se o fosse reclamava agora a minha parte e preferiria-a... em linguças (Piadas. REVISTA ILLUSTRADA, ano III, n. 131, 28 Set. 1878, p. 7).

Ao texto de tom moderado, se comparado com o que os periódicos ilustrados costumavam publicar acerca de *O Apostolo*, segue-se a charge “Pobre Apostolo”, reproduzida na Figura 15.

Figura 15 - A disputa entre monsenhor Ferreira e Reis



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA, ano III, n. 131, 28 Set. 1878, p. 8<sup>102</sup>. Disponível na HDB.

<sup>102</sup> Transcrição: Pobre Apostolo! O Rev. Conego Ferreira – Eu quero suspendel-o. O Dr. Reis – E eu não quero! Sustentei o porco a minha custa. Se o quer só para si pague o que me deve...

Nela podem ser identificados os sócios, protagonizando a grande cena que envolveu a disputa do destino do Jornal, ridicularizados pela imprensa e pelo povo. Mas foi através do republicano *O Mequetrefe* que, para além da jocosidade costumeira pela qual tratava o monsenhor e seu periódico, tivemos acesso a uma crítica clara e veemente apontando o tom das disputas travadas entre os jornais da época pela opinião pública. Sob o título “Reverendissimos Srs. do defuncto *Apostolo*”, o articulista que assina D. Pierolo iniciou seu texto com votos de que o Jornal não retomasse suas atividades e que seus redatores sofressem “todos os amargores da alma, todas as dores do corpo, inclusive mesmo as torturas do ideal” (Reverendissimos Srs. do defuncto *Apostolo*. O MEQUETREFE, ano IV, n. 142, 04 Out. 1878, p. 6-7, grifo do autor), seguindo-se a isso algumas considerações sobre a suspensão do periódico católico.

Com as perguntas “o que representava na imprensa o vosso jornal? Á que veio elle? Que fim visava? Era a propaganda das ideas [sic] catholicas? Era a vigilancia d’essas mesma idéas? Era para o combate do erro?” (Ibid., p. 6-7), *O Mequetrefe* possibilitava uma leitura acerca da materialidade de *O Apostolo*. Uma leitura carregada de referências que, nem de longe, pretendiam ser isentas, afinal, *O Mequetrefe* e outros jornais da época atuavam na esfera pública carregados de intenções explícitas: vencer a luta de representações, formando a opinião pública. Tratam-se de legítimos representantes da imprensa de opinião que marcou o século XIX no Brasil.

Àquelas perguntas, o articulista de *O Mequetrefe* respondeu que, primeiro, não havia necessidade de fazer propaganda do catolicismo, pois a família brasileira era excessivamente católica. Depois, que não havia erro a ser combatido, pois, até a aparição do Jornal, a sociedade brasileira vivia bem com as tarefas rotineiras e afazeres da casa e, melhor ainda, com o catecismo de seu diocesano. Dizia que, na verdade, *O Apostolo* prestou um “grande serviço” à sociedade porque despertou as consciências:

Elle, o *Apostolo*, foi quem veio dividir o clero, dividir os catholicos, despertar os livres pensadores, abalar a fé e picar as consciencias.

O *Apostolo* trouxe consigo os grandes partidos dos ultramontanos, dos catholicos, dos livres pensadores e dos indifferentes em materia de religião. Para nós foi o maior serviço prestado nestes ultimos tempos a nossa sociedade, esse que elle prestou – o despertar das consciencias. Quiz servir a sua causa mas correntes do impulso progressivo arrastaram-o para o outro lado. O choque produzido de improviso pelas idéas mais absurdas possiveis propagadas por elle, fizeram nascer a reacção e d’ahi a luta incarnizada a que todos nós assistimos durante alguns annos (Reverendissimos Srs. do defuncto *Apostolo*. O MEQUETREFE, ano IV, n. 142, 04 Out. 1878, p. 6-7).

De acordo com D. Pierolo, as consequências das posições defendidas em *O Apostolo*

foram muito ruins para a Igreja, pois gerou o desgaste da relação entre esta instituição e o Estado com o estímulo e apoio dados aos bispos envolvidos na Questão Religiosa, e fez com que a família brasileira se afastasse da religião católica. E conclui apontando que, bem antes daquele veículo ter se constituído em “unicos verdadeiros catholicos, unicos verdadeiros propagadores do catholicismo” (O MEQUETREFE, ano IV, n. 142, 04 Out. 1878, p. 6-7), um grande legado já havia sido deixado por católicos, para o bem ou para o mal, portanto o Jornal católico nada havia produzido: “Nada propagastes, nada doutrinastes, vós, meus ricos senhores, com o vosso jornal, fosteis pura, única e simplesmente – inuteis” (Ibid., p. 6-7).

Para além das questões acerca da utilidade ou não de *O Apostolo* para o fortalecimento da Igreja e do catolicismo no Brasil, o articulista apontou para uma característica importante do cenário jornalístico do Segundo Reinado: a diversidade de vozes que se levantaram no espaço aberto pela liberdade de imprensa. A ausência de *O Apostolo* da cena jornalística simbolizava o empobrecimento do debate acerca dos projetos de Brasil.

Contudo, conforme havia prometido o monsenhor Ferreira, a despeito dos protestos do Reis, a empresa de *O Apostolo* retirou-se brevemente. Voltou à cena em 1º de novembro do mesmo ano, anunciando que estava sob nova administração (mas não identificou o responsável) e superando os problemas financeiros. Contando com o apoio de D. Lacerda, o proprietário do Jornal previa o rápido reequilíbrio da empresa.

Tal qual a defesa de Voltaire (1694-1778) sobre Helvétius (1715-1771), sintetizada na célebre frase de Evelyn Hall, biógrafa daquele filósofo iluminista: "I disapprove of what you say, but I will defend to the death your right to say it"<sup>103</sup>, a *Revista Illustrada* saudou o retorno de *O Apostolo* à arena (Figura 16).

---

<sup>103</sup> A frase “Eu discordo do que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de dizê-lo”, em tradução livre, foi cunhada por Evelyn Hall em livro publicado no ano de 1906, *The friends of Voltaire*. Hall traçou o perfil biográfico de Voltaire por meio de situações emblemáticas vividas com dez personalidades de seu tempo, sendo uma delas, Claude-Adrien Helvétius, com quem Voltaire tinha desacordo, mas ainda assim defendia seu direito de ter o livro *De l'esprit* publicado.

Figura 16 - A *Revista Illustrada* saúda o retorno de *O Apostolo*



Fonte: REVISTA ILLUSTRADA, ano III, n. 136, 02 Nov. 1878, p. 8<sup>104</sup>. Disponível na HDB.

Apenas a título de ilustração, é interessante apontar o cisma ocorrido entre os intelectuais católicos brasileiros acerca da saída do Reis da gerência de *O Apostolo*. Podem ser encontradas algumas notas no *Jornal do Commercio*, por exemplo, de apoio ao advogado e escritor, animando-o, inclusive, a empreender um novo periódico católico. E, talvez por ser já uma personalidade conhecida na imprensa periódica carioca – ele foi editor, juntamente com Angelo Agostini, de *Cabrião*, periódico ilustrado, de onde veio a alcunha “Reis Patusco” –, até mesmo os jornais oposicionistas esperavam que ele reagisse<sup>105</sup>:

Vamos ainda ter outro *Apostolo*, o *Apostolo Junior*, serie *B*, redigido pelo Reis Patusco em opposição ao velho conego.  
O novo orgam do sachristão representa o schisma, e os dois vão naturalmente pegarse á unha.  
Ha de ter graça a cousa.  
O Reis schismatico!...  
Dá que scísmar. (REVISTA ILLUSTRADA, ano III, n. 136, 02 Nov. 1878, p. 2).

<sup>104</sup> Transcrição: Folgamos muito de o ver apparecer de novo, creia que nos fazia falta.

<sup>105</sup> A reação veio, mas depois de alguns poucos anos. Em 1879, Reis empreendeu *O Bom Catholico* e, a partir de 1880, o periódico *Brazil Catholico*. Infelizmente, sobre esses jornais não foi possível encontrar maiores informações.

Em meio ao turbilhão da crise financeira que atingiu não só a empresa, mas diretamente também o seu proprietário, os editoriais de *O Apostolo* continuavam apresentando olhares atentos ao mundo que cercava seus redatores.

Na segunda metade da década de 1870, uma das principais consequências da Questão Religiosa para o jornalismo praticado em *O Apostolo* foi sua forçosa definição de posicionamento nas disputas políticas de então. E isso é possível perceber nos editoriais, pois o “outro”, aqueles que deveriam ser combatidos, não eram simplesmente os indiferentes, mas os causadores, os propagadores da indiferença, os nomeadamente regalistas e liberais. A si mesmos, os redatores de *O Apostolo* definiam-se como católicos apostólicos romanos, comportando cada vez mais o termo ultramontano não como segmentação do catolicismo, mas como “o” catolicismo.

A assunção de Leão XIII<sup>106</sup> ao pontificado promoveu uma reorientação do olhar sobre as questões candentes ao Jornal, sugerindo medidas práticas de intervenção sobre a política e práticas educacionais legitimadas socialmente, pois “em união sincera com os bispos e em comunhão com o vigário de Nosso Senhor Jesus Cristo, exerciam o poder de fiscalizar o ensino e a propagação da doutrina às ovelhas de cada um deles”<sup>107</sup>. Seguindo as orientações do Papa, que iniciou e mandou realizar por encíclica a reforma do ensino da filosofia<sup>108</sup>, a atenção aos impressos lidos pelas famílias, aos compêndios adotados nos estabelecimentos de ensino e à atuação de professores compuseram o principal foco dos editoriais cuja temática era a educação católica.

Como alternativa, os redatores iniciaram uma campanha pelo ensino religioso e literário e pelas “associações de S. Vicente de Paulo, unicas que merecem o titulo de religiosas, porque estão expurgadas do virus, que infesta o mundo”. As associações leigas apareciam como estratégia para o fomento da educação católica e, por isso, muitos editoriais apresentavam o tema da caridade. E, enquanto as escolas domésticas e os asilos administrados pelas Irmãs da Caridade e pelos padres de São Vicente de Paulo eram tomados como celeiros

---

<sup>106</sup> Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi nasceu em março de 1810 e faleceu em julho de 1903. Era filho de Conde Pecci e Anna Prosperi-Buzzi e iniciou sua trajetória sacerdotal aos oito anos de idade, quando foi estudar no seminário de Viterbo. Foi ordenado em 1837, tornou-se núncio apostólico da Bélgica em 1843, tomou posse como arcebispo de Pérugia, na Itália, em 1846, cardeal em 1853 e Papa em 1878. Pode-se destacar em seu pontificado o trato de questões envolvendo o capital e as relações de trabalho e a declaração do tomismo como filosofia oficial das escolas católicas.

<sup>107</sup> Apropriando-me de algumas falas dos redatores de *O Apostolo*, procuro chamar atenção para a associação entre Papa, bispos e imprensa católica para a fiscalização da fé, tarefa definida desde o primeiro número do Jornal e reafirmada no editorial que marcou o seu retorno em 1º de novembro de 1878, mas não só nele. A importância da imprensa católica para o combate ao erro foi ratificada nos editoriais regularmente, fosse por sua facilidade de inserção nos lares brasileiros, fosse para animar os católicos a sustentá-la.

<sup>108</sup> Passa a haver o incentivo à restauração do método escolástico, cujo expoente foi São Tomás de Aquino.

da boa educação religiosa, os mestres que atuavam nas escolas secularizadas passariam ao controle exercido pelos olhos da Igreja e da família.

É na escola, sob a direcção do mestre, que o menino vai augmentar as noções dobre religião, que em casa recebeu; e tato mais facil ser-lhe-ha a comprehensão da doutrina na escola, quanto tiver sido esmerado e cuidadoso o ensino religioso domestico, que lhe tiverem dado.

O professor na escola suppre as faltas, que porventura possam ter havido em casa, e si fôr habilitado e bom, eleva ao maior gráo de perfeição, tira todo o proveito dos principios adquiridos pelo menino, cuja educação lhe é confiada para continuar.

Mas é preciso que o professor seja habilitado e bom, insistimos, pois a falta ou de habilidade ou de bondade destróe a fraca educação domestica e expõe a muitos perigos a que foi boa, de modo que victima é o menino e perdido p tempo e os desvelos da mãe.

Nisto deve haver o maior escrupulo, toda a vigilancia. [...]

Previnam-se pois os pais de familia, contra as faltas, que arruinam os mestres, procurando homens que possam sustentar ao menos o que seus filhos aprenderam no lar.

Estamos tão atrazados neste sentido, que se não póde só confir, é preciso observar, examinar do saber do mestre, para que se o possa escolher com proveito.

Ao pai corre esse dever, já que os governos o desprezam (O APOSTOLO, ano XIII, n. 117, 17 Nov. 1878, p. 1-2).

Tais posicionamentos emergiram como uma reação ao regulamento aprovado para o Colégio Pedro II, em 1878. De acordo com os editoriais 51 até 58, a retirada dos exames da disciplina de ensino religioso significava a secularização da instrução legitimada pelo novo documento. É importante destacar que o regulamento do Colégio Pedro II servia como parâmetro para a organização da instrução pública e privada, portanto, a medida adotada naquele colégio abria brecha para que outras escolas deixassem de oferecer a disciplina de ensino religioso.

Nesse cenário de desconfiança em relação ao sistema de ensino adotado pela instrução pública e por algumas escolas particulares, o discurso elaborado em *O Apostolo* legitimava o papel da mãe e do sacerdote na educação das crianças, sobrepondo-o ao do professor. Nesse sentido, 1882, ano limite desta pesquisa, foi o ano em que os editoriais sobre educação católica concentraram-se em orientar os pais acerca do conceito de qualidade do ensino, baseado na presença do ensino literário e religioso. Essa proposta de ensino estava mais bem alinhada ao método escolástico, conciliando a fé cristã ao sistema de pensamento racional da filosofia grega, com ênfase na dialética para ampliar o conhecimento por inferência e resolver contradições.

E, a partir da consolidação dessa ideia, os redatores apontavam as escolas católicas como as únicas capazes de promover o ensino de qualidade, pois nelas livros e professores estavam imbuídos da verdadeira religião.

Com algumas notícias sendo veiculadas na imprensa periódica brasileira acerca do

endividamento e possível falência do Jornal, os editoriais de 17 de março e de 9 de maio de 1880 foram dedicados a desmentir os “boatos”. O primeiro deles nos é particularmente importante, pois, após afirmar que “a empresa do *Apostolo* em suas transacções puramente commerciaes, isto é, no seu movimento industrial e artistico, tem pago suas contas com toda a sua pontualidade com recursos propios. Vive do producto do seu trabalho e vence com elle as difficuldades inherentes á taes empresas” (O APOSTOLO, ano XV, n. 30, 17 Mar. 1880, p. 1-2), apresenta correspondência escrita pelo monsenhor e enviada às pessoas com quem estabelece transações. São cartas, *mutatis mutandis*, como a transcrita a seguir.

Illm. Sr. José da Cunha Ferreira. – Côrte, 6 de Março de 1880.

Meu prezadissimo amigo e senhor. – Uma calumnia do *Arauto*, de Minas, affirmando que a empresa do *Apostolo* suspenderia a publicação do seu periodico, em razão do seu máo estado economico, a qual já foi reproduzida no *Jornal do Commercio e Gazeta de Noticias*, obriga me a dar uma satisfação aos catholicos assignantes do *Apostolo*; por isso, venho pedir a V. S. o obsequio de responder-me, junto a esta, se tenho pago, por conta de 3:000\$ [três contos de réis], que lhe ficou a dever a extincta firma, a quantia de 2:300\$ [dois contos e trezentos mil réis], estando este debito reduzido a 700\$ [setecentos mil réis].

V.S. me desculpará ter de fazer publico um serviço que prestou a esta empresa, e que sua modestia e generosidade desejariam que ficasse suas boas e nobres acções. Além de pedir prompta resposta, rogo a V. S. me permitta fazer della uso conveniente.

Sou com muita consideração, respeito e amizade – De V. S. amigo affectuoso e muito grato – Monsenhor *José Gonçalves Ferreira* (Ibid., p. 1-2).

Para esse modelo de carta, seis respostas foram recebidas e publicadas. A de José da Cunha Ferreira, a quem foi destinada a carta transcrita acima, foi a primeira a ser publicada. Em sua resposta, Cunha Ferreira afirmava que o débito era remanescente da extinta firma Reis & C., mas não indicava o tipo de relação comercial existente entre eles. Na sequência, foi publicada a carta da firma fornecedora de papel para impressão do referido periódico, a Gomes Brandão & C, que afirmava estarem quites as dívidas deixadas pela gerência do Dr. Reis e que continuavam mantendo relações, sem queixas que pudessem abalar a confiança e o crédito entre eles. Depois, assinaram as cartas John Gordon, gerente do *The New London & Brazilian Bank Limited*; o representante da fornecedora Bouchaud & Sobrinho; o credor Victor Milhas; e o prestador de serviços José Adriano Pereira.

Ou os parceiros comerciais de *O Apostolo* buscavam preservar a imagem da empresa ou algo deu muito errado com sua nova administração. Pois, em 12 de maio de 1882, pouco mais de dois anos após a “comprovação” da estabilidade financeira da tipografia e do Jornal, foi anunciada, na “Secção Noticiosa”, sua falência, encerrando a fase em que o monsenhor Ferreira figurou como proprietário e principal redator da folha católica. Mas não sem antes apontar os culpados por tal desfecho: os católicos. Segundo o redator, os católicos do Império

não se empenharam em auxiliar na manutenção daquele importante veículo da doutrina religiosa. Todavia, reconhecia bispos, sacerdotes e fiéis que ajudaram com ações e assinaturas, em especial nas províncias do Norte.

O pregão de venda e arrematação dos bens da Typographia do Apostolo para o pagamento da execução movida por Gomes Brandão & C. – o fornecedor de papel – ocorreu em 15 de maio de 1882<sup>109</sup>. As três máquinas Alauzet (Figura 17), avaliadas em 4:000\$000 (quatro contos de réis), foram arrematadas por Montenegro, o mesmo que gerenciou a empresa de *O Apostolo* até a entrada do Reis.

Figura 17 - Máquina de impressão francesa, fabricada no final do século XIX



Fonte: Foto de Diadorim Ideias/Cris Izidoro. A máquina faz parte do acervo do Espaço Cultural Luciano Bastos, em Bom Jesus do Itabapoana, RJ.

O maquinário foi agregado à Typographia Montenegro, existente desde 1876, e o título do Jornal foi doado à nova empresa pelo monsenhor Ferreira, sob a promessa de não se alterar o perfil do periódico católico. Isso fez com que a transferência de propriedade não surtisse impacto imediato na produção e circulação do periódico.

Na folha, ainda sem qualquer sinal visual de mudança, o redator afirmou, após anunciar ter sido vendido o Jornal: “Em nova phase entra hoje *O Apostolo*, forçado pelas circunstancias precárias da sua empresa” (O APOSTOLO, ano XVII, n. 56, 15 Maio 1882). O editorial em questão deixava entrever que o bispo D. Lacerda era quem passava a financiar o Jornal, mas isso ainda não colocava o impresso em equilíbrio financeiro. Nesse número, e

<sup>109</sup> O informe foi veiculado no *Jornal do Commercio* e compartilhado por outros periódicos da época. Usei como referência a nota publicada na seção “Echos da Semana”, da *Revista Illustrada*, publicada em 14 de maio de 1882.

nos subsequentes, os pedidos de auxílio aos católicos e de pagamento das assinaturas em dia continuavam presentes, como já vinha acontecendo há anos.

De fato, o antigo dono, monsenhor Ferreira, foi atingido por uma grave crise financeira. Todos os seus bens foram alienados, e não somente o material da Typographia do Apostolo. Pinheiro (2012) afirma que os recursos das assinaturas não foram suficientes para a manutenção do periódico e seu proprietário usou recursos próprios para isso, o que o levou à falência, em 1882.

Tendo penhorado seus bens para honrar dívidas, o monsenhor Ferreira foi socorrido por um amigo, o cônego João Pires de Amorim, conforme o próprio monsenhor expôs em nota de agradecimento publicada em *O Apostolo* de 14 de julho de 1882 e aqui transcrita na íntegra.

É na ocasião incerta que se manifesta o amigo certo. Em mim realizou-se no dia 12 de corrente esta sentença.

Arrastado pelos atrazos da empreza do Apostolo, vi posto em praça o que possuía, e estava ameaçado de presenciar a sahida dos meus livros, da minha mesa de constante trabalho, até da propria cama, se não fosse a generosidade de um amigo.

Ao Rvm. Sr. Conego João Pires de Amorim devo este favor; pois, concorrendo á praça, arrematou os meus bens penhorados e veio logo offerrecer-me o uso-fructo de tudo, reservando para si a propriedade, para resalvar-me de qualquer outro desastre.

Fiquei então conhecendo com maior firmeza a sincera amisade do meu discipulo, que sempre considerei desde as aulas.

Com esta acção revelou-me a magnanimidade do seu coração e a grandeza da sua alma.

Meu fim, n'este momento, é pôr bem publico o acto do meu illustre discipulo e amigo, que durará quanto durar a minha vida.

Não tenho outro modo para exprimir minha gratidão, senão confessando que o piedoso e illustrado discipulo abrio e digno parente.

Espero resignado que Deus Nosso Senhor me dará forças para resistir ás contrariedades do mundo, e consentirá que traga sempre na memoria e no coração o discipulo e amigo, e pronuncie com o maior reconhecimento o seu nome, como o de um verdadeiro amigo.

*Amicus certus in re incerta cernitur.*

Receba, pois, o Rvm. Sr. Conego João Pires de Amorim os sinceros sentimentos do coração grato do seu amigo.

Rio, 13 de Julho de 1882.

Monsenhor José Gonçalves Ferreira (Acção generosa e nobre. O APOSTOLO, ano XVII, n.77, 14 Jul. 1882, p. 1-2, grifo do autor).

Menos de um ano após perder seus bens, o monsenhor Ferreira faleceu. Ainda colaborava com o Jornal, mas a doença o vinha afastando do trabalho. Apesar da manutenção das características gerais do Jornal, mesmo após a morte de seu redator principal, progressivamente os novos editores foram imprimindo seus interesses nas pautas do periódico. Sinal de novos tempos, sinal de novas demandas para a Igreja Católica no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado pela historiografia como um jornal consonante ao movimento ultramontano, iniciado no interior da Igreja Católica a partir de meados do século XIX, o periódico católico *O Apostolo*, personificado em seu proprietário, o monsenhor José Gonçalves Ferreira, emergiu na década de 1990, como fonte privilegiada para a análise dos embates entre Estado e Igreja, os quais marcaram a história do Brasil, especialmente, na década de 1870. Desde então, o periódico católico vem sendo utilizado também em estudos na área da História da Educação, pois há em suas páginas uma grande profusão de conteúdos que fomentam análises sobre a atuação católica na educação brasileira.

Mas o presente trabalho comprometeu-se em acessar o Jornal de maneira diferenciada. Tomando-o como fonte e objeto de estudo, a proposta definida teve como objetivo investigar as representações de educação católica, e seus protagonistas, veiculadas nos editoriais publicados entre os anos de 1866 e 1882, período em que monsenhor Ferreira foi proprietário do periódico e da tipografia que o produzia, a *Typographia do Apostolo*.

Para atender ao objetivo exposto, o Capítulo 1 desta Dissertação foi dedicado à exploração do grupo responsável pela linha editorial do Jornal. Essa tarefa se mostrou bastante árdua, pois, diante da ausência do registro de autoria nos artigos lá publicados e, também, da omissão dos nomes que compunham sua redação, precisei buscar e reunir pequenos indícios, pequenas pistas, para, no seu entrecruzamento, desvelar nomes, perfis e período de atuação dos colaboradores. Considero um “feliz achado” apresentado nesse capítulo, a distinção de Antonio Manoel dos Reis. A identificação dos editoriais escritos por ele, assim como a descoberta de traços de colaboração em determinado intervalo de tempo, foi importante para apontar as divergências existentes no interior de um coletivo que, em princípio, compartilhavam as mesmas ideias, valores e crenças.

Ainda no Capítulo 1 abordei as motivações que levaram o monsenhor Ferreira e seus colaboradores a escolherem a mídia impressa periódica como veículo de suas ideias. Inseridos num movimento de reforma do clero e da civilização católica, os redatores de *O Apostolo* atuavam na arena da opinião pública em busca de legitimação da percepção de real inscrita em suas páginas, bem como de adesão às suas representações de mundo e de educação católica, esta destacada como elemento formador da civilização católica idealizada por eles.

Após abalizar no primeiro capítulo a representação de educação católica própria do grupo intelectual atuante no periódico católico em pauta, o Capítulo 2 apresentou as referências para o desenvolvimento de um projeto de educação católica nos editoriais do

Jornal. Diante do reconhecido lugar de importância da educação religiosa na formação da sociedade brasileira, o “projeto de educação” delineou-se gradativamente ao longo da trajetória da folha na esfera pública da Corte.

Mantendo o diálogo com a realidade que os circundavam, os redatores dos editoriais sobre educação católica fizeram emergir agentes autorizados à promoção da “verdadeira instrução” – instrução literária e religiosa –, enquanto traçavam as características da “falsa educação” – instrução livre dos valores morais da religião. A família, em particular a mãe, os mestres e os párocos assumiam papel primordial no projeto engendrado ali, mas a atuação de cada um deles variou de importância ao longo dos dezesseis anos analisados. Os mestres – designação usada genericamente para se referir a professores e preceptores – por muito tempo foram mostrados como o elo fraco daquela corrente, sobretudo os que atuavam em estabelecimentos de instrução pública e as estrangeiras que assumiam a preceptoria de crianças. As mães, estas sim, sempre em voga no discurso sobre educação do período, apesar de terem lugar de destaque no processo educacional das crianças, eram frequentemente culpabilizadas pela “desordem social” em vigor. Nesse contexto, os párocos foram progressivamente ganhando espaço, reconhecidos como “bons professores” – em oposição aos “maus professores”, ou “mestres ímpios” –, chamados à responsabilidade de catequizar e instruir as crianças nas escolas paroquiais. Aos párocos juntaram-se os religiosos, considerados os melhores na tarefa de instruir e educar a infância e a mocidade, masculina e feminina. Com suas escolas confessionais, os religiosos tornaram-se referência na oferta da “verdadeira instrução”.

Mas, é importante destacar, os defeitos apontados na instrução pública, celeiro dos “maus professores”, ou “mestres ímpios”, não guiavam o discurso da redação no sentido da negação de sua importância – excetuando os editoriais mais exaltados de Antonio Manoel dos Reis. Mesmo quando as escolas paroquiais e as escolas confessionais surgiram como base de defesa da educação católica, a redação mantinha as cobranças em nome da implementação da educação católica nos estabelecimentos de ensino públicos. E quando esta proposta se distanciava da realidade, lutava-se pela manutenção da disciplina de Ensino Religioso nos programas escolares. A Igreja tentava de todas as maneiras manter, portanto, a união com o Estado para a propagação da fé. União, esta, marca da herança portuguesa e que a Igreja relutava em abrir mão.

Os dois capítulos foram orientados pela problemática de investigação configurada pela análise de como os editoriais de *O Apostolo*, ao divulgarem a ordem religiosa entre as décadas de 1860 e 1880, propunham um projeto de educação católica com vistas ao fortalecimento da

civilização cristã. Disso derivaram-se questões de estudo intimamente ligadas ao Jornal tomado como cultura material escrita.

Por um lado, havia o empenho em caracterizar o projeto de educação configurado pelo periódico católico, por outro, a necessidade de realizar um aprofundado estudo acerca da materialidade, do conteúdo e dos idealizadores/colaboradores do Jornal. Esses foram os dois prismas da balança entre os quais procurei me equilibrar. Contudo, pelo volume de fontes e pela ausência de estudos que dessem conta de *O Apostolo* enquanto cultura material escrita, as discussões acerca da educação católica acabaram por serem secundarizadas.

Optei por promover uma “arqueologia” da folha religiosa com vistas à História da Educação. Por meio da reunião de informações como periodicidade, preços, temáticas abordadas e sua relação com o contexto vivido pelos redatores, circulação, contendas ligadas à manutenção da folha e à representatividade do Jornal na imprensa local, busquei chamar atenção para as especificidades desse exemplar de cultura material escrita produzido por um segmento do clero e laicato do país identificado como ultramontano. Nesse contexto, por meio da análise dos editoriais sobre educação católica, organizados em quadros temáticos, ainda que incipiente, foi possível vislumbrar as marcas da História da Educação nas páginas do Jornal, das quais despontou a concepção de educação como processo ao longo da vida, para além da instrução e comprometida com um ideal de sociedade.

Sem abrir mão de seu ideal, em *O Apostolo* foram criadas estratégias de sobrevivência da religião, como conformadora da moral e amálgama social, no interior dos modelos de educação vigentes, mostrando seu grupo como alinhado ao ultramontanismo, mas atento às articulações do sistema sob o qual estava submetido.

Ciente da complexidade das redes estabelecidas entre a redação do Jornal e os ultramontanos no Brasil, não pretendi esgotar nesta Dissertação todos os aspectos ligados às relações estabelecidas entre os diferentes poderes e interesses envolvidos na publicização da representação de educação produzida em *O Apostolo*.

Detida nas questões internas à redação e nas marcas da educação católica projetada por aquele coletivo, deparei-me com indícios que certamente abrem outras rotas de pesquisa em diversas linhas. A atuação das Irmãs da Caridade na educação feminina na Corte; a “rede” traçada pelo Jornal entre os Colégios Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, e os colégios das mesmas irmãs, em Botafogo e no Catumbi; as estratégias de sustento e manutenção dos colégios lazaristas; a atuação de professoras formadas na Escola Normal (Niterói) na educação doméstica, em substituição das preceptoras estrangeiras; e a história das escolas paroquiais da Corte são alguns dos temas que emergem dos editoriais em defesa dos

estabelecimentos de ensino religiosos. Mas, outros também podem ser apontados quando se mantém o foco no Jornal como cultura material escrita. Pode-se destacar os pontos discordantes assumidos por intelectuais que atuavam no interior do movimento ultramontano, com destaque para Antonio Manoel dos Reis, que, conforme apontei no texto, contou com defensores na imprensa católica na época em que se desligou da sociedade firmada com monsenhor Ferreira. Também são interessantes os estudos mais sistematizados que se podem desenvolver acerca das divergências entre o conteúdo de *O Apostolo* e o dos jornais empreendidos por Reis a partir da década de 1880.

Por fim, lembro que esta Dissertação se comprometeu, apenas, em analisar o período em que *O Apostolo* esteve sob a tutela do monsenhor Ferreira, entre 1866 e 1882. Após tal período, assumiram a chefia da redação antigos pupilos do monsenhor, seus alunos no Seminário de São José. Apesar do compromisso assumido de manutenção do viés religioso, progressivamente as novas demandas impostas pelos novos tempos se fizeram presentes, o que impactou no aparecimento de outros temas e abordagens. Portanto, o estudo da segunda fase do Jornal significa a possibilidade de caracterização ampliada do grupo intelectual representado ali, assim como da análise das diferentes nuances das concepções de educação produzidas por ele.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

A NAÇÃO. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

ALMANAK POPULAR DO RIO DE JANEIRO E IMPERIAL CIDADE DE NICTHEROY. Rio de Janeiro: Typographia Carioca, 1879.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em 20 Maio 2016.

BRASIL. Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854**, v. 1, pt I, p. 45. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 30 Jun. 2018.

BRASIL. Decreto n. 4468, de 1º de fevereiro de 1870, Altera os regulamentos relativos ao Imperial Collegio de Pedro II. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1870**, v. 1, pt II, p. 67. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4468-1-fevereiro-1870-552830-publicacaooriginal-70377-pe.html>>. Acesso em: 30 Jun. 2018.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1878.

FOLHA NOVA. Rio de Janeiro: [?], 1883.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta da Tarde, 1883.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1878.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo, 1866-1882.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1882-1883.

O APÓSTOLO. Rio de Janeiro: Typographia N.L. Vianna & Filhos, 1866.

O GANGANELLI. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1876.

O GLOBO. Rio de Janeiro: [?], 1883.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro: Nova Typographia de J. Paulo Hildebrandt, 1875-1876.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro: Typographia Cosmopolita, 1878.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro: Typographia Hildebrandt, 1879-1883.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1877.

O MOSQUITO. Rio de Janeiro: Nova Typographia de J. Paulo Hildebrandt, 1874-1875.

O MOSQUITO. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1877.

O MOSQUITO. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1876.

O MOSQUITO. Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1872-1873.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: Typographia Hildebrandt, 1878-1883.

SEMANA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: Typographia do Imp. Inst. Artistico, 1866-1870.

## SITES

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<http://multirio.rio.rj.gov.br/>

<http://www.cdpb.org.br/>

<https://cpdoc.fgv.br/>

<http://www.ceara.pro.br/>

<http://www.dec.ufcg.edu.br/>

<http://www.domvitaldeoliveira.org/>

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>

<https://ihgb.org.br/>

<http://www.integralismo.org.br/>

<http://www.ladht.com/>

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>

<http://www.vatican.va/>

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://www2.senado.leg.br/>

<https://www.britannica.com/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: geração 1870 na crise do Brasil Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

ANDRADE, Joaquim Marçal F. de. A trajetória de Henrique Fleiuss, da *Semana Illustrada*: subsídios para uma biografia. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Mônica P. **Revistas ilustradas**: modos de ler e ver no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011. p. 53-66.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. Coleção Historial.

ANJOS, Juarez José T. **Pais e filhos na Província do Paraná**: uma história da educação pela família. 2015. 617 f. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37921>>. Acesso em: 05 Set. 2018.

AZZI, Riolando. A concepção de Ordem Social segundo D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará (1860-1890). **Síntese**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 20, p. 97-123, 1980. Disponível em: <[faje.edu.br/periódicos/index.php/Sintese/article/view/2266/2549](http://faje.edu.br/periódicos/index.php/Sintese/article/view/2266/2549)>. Acesso em: 07 Abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, c. 1992.

\_\_\_\_\_. **O catolicismo popular no Brasil, aspectos históricos**. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

BARBOSA, Rui. Introdução. In: DOLLINGER, Johann J. I. Von. **O Papa e o concílio**: a questão religiosa. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877. p. V-CCLXXXV. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222262>>. Acesso em: 01 Jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares de Instrução Pública. In : \_\_\_\_\_. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. X, t. I, II, III, IV. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947.

\_\_\_\_\_. Reforma do Ensino Secundário e Superior. In : \_\_\_\_\_. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. XI. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947.

BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa: uma revisão do tema. **Universitas**, Brasília, v. 5, n. 1/2,

p. 23-24, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 145-171, 2003. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5925/4901>> Acesso em: 13 Jun. 2018.

BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. O Império brasileiro: panorâma político. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BEAKLINI, Adriana Valentim. *A Instrução Pública*: representações sobre a profissão docente na década de 1880. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José María (coord.). **La prensa de los escolares y estudiantes**: su contribución al patrimonio histórico educativo. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015. p. 627-639.

BEDIAGA, Begonha. Discreto personagem do Império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 381-405, Jul. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2017000200381&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2017000200381&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 30 Jul. 2018.

BERGER, Paulo. **Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro**: I e II Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974.

BEOZZO, José Oscar; HAUCK, João Fagundes; VAN DER GRIJP, Klaus; BROD, Benno *et al.* **História da Igreja no Brasil**: segunda época, século XIX. Petrópolis: Edições Paulinas; Vozes, 1992.

BOTO, Carlota dos R. Pombalismo e escola de Estado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória (ES): EDUFES, 2010.

BROTTO, Renata B. **Médicos e padres**: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870). 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6110>>. Acesso em: 05 Set. 2018.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CABRIÃO: semanário humorístico editado por Ângelo Agostini, Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, 1866-1867. Introd. Délio Freire dos Santos. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Mônica P. **Revistas ilustradas**: modos de ler e ver no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011. p. 17-40.

CAVALCANTI, Ana. A crítica da arte ilustrada: Angelo Agostini e o Salão de 1884. In:

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Claudia de; VELLOSO, Mônica P. **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011. p. 123-140.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 2002.

\_\_\_\_\_. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

\_\_\_\_\_. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a02.pdf>> Acesso em 29 Mar. 2017

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Abr. 1991. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Mar. 2017.

COELHO, Tatiana C. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro**. 2016. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2016. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1764.pdf>>. Acesso em: 05 Set. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Confessionalismo *versus* laicidade no ensino público. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória (ES): EDUFES, 2010.

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: BASSANESSI, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. Fontes impressas, historiografia e escrita da História. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo. (Org.). **História nas bancas de revista. Um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Ana Luiza. Notas sobre os historiadores e suas fontes. **Métis: História & Cultura**, v. 11, p. 13-21, 2012.

DIAS, Rosa Maria. **Nietzsche educador**. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

FALCÃO, Manuel F. **Enciclopédia Católica Popular**. [?]: Editora Paulinas, 2004. Disponível em: <[www.ecclesia.pt/catolicopedia/](http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/)> Acesso em: 18 Mar. 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ASSIS, Raquel Martins de. A educação exilada: Colégio do Caraça. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 182-184, Dez. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 Maio 2018.

FERRAROTTI, Franco. **História e história de vida**. Natal: EDUFRN, 2014a.

\_\_\_\_\_. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. **O método (auto) biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN, 2014b.

FERREZ, Marc. **O Rio de Janeiro do fotógrafo Marc Ferrez**. São Paulo: Libris, 1985.

FONSECA, Letícia P. Henrique Fleiuss e a cultura de consumo de imagens no Brasil. **Tipo & Grafia**. N. 3. Vitória (ES). 2013. p. 10-13.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **Panorâmica das tendências e práticas pedagógicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

GÉRSON, Brasil. **O Regalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria R. **Convivendo com o pecado: na sociedade colonial paulista (1719-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

GOMES, Daniela Gonçalves. O poder da palavra escrita: os jornais católicos e a difusão dos ideais ultramontanos na diocese de Mariana (1844-1876). **Revista de História da UEG**, Goiania, v. 1, n. 2, p. 11-22, Jul./Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/viewFile/1302/704>>. Acesso em: 20 Jun. 2017.

GOMES, Eveline V; MARTINS, Marco Aurélio C. A crítica de Nietzsche e a compreensão da escola prussiana. In: **14ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO**, 2015, Rio de Janeiro. 14ª Jornada de Iniciação Científica. Rio de Janeiro: PROPG/DPq UNIRIO, 2015. p. 375-376.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **As origens da escolarização obrigatória estatal no Brasil**. In: 15ª Jornada de Iniciação Científica, 2016, Rio de Janeiro. 15ª Jornada de Iniciação Científica - Livro de Resumos, 2016. p. 576-578.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido**. 2007. 313 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Letras, Centro de Artes e Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE,

2007. Disponível em:

<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_auto\\_r=101459](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_auto_r=101459)>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997 apud BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos. A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa: uma revisão do tema. **Universitas**, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 23-24, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural na esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva** (1950). São Paulo: Centauro, 2006.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

KLAUCK, Samuel. A imprensa como instrumento de defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX. **Mneme**, Caiacó/RN, v. 12, n. 29, p. 132-148, p. 132-148. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/issue/view/98>>. Acesso em: 15 Jul. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni, Entrevista, 1999. <http://escuelahistoria.fcs.ucr.ac.cr/contenidos/modhis/e-levi-cost.htm>. Último acesso 06/08/2012

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 133-162.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 172.

LOBO, Eulália Maria L; CANAVARROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barbosa. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 - resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 235-266, Out./Dez. 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/view/25-4>>. Acesso em: 01 Ago. 2018.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 228-229.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

LUSTOSA, Oscar de F. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983. Cadernos de História da Igreja no Brasil.

MACHADO, Maria Cristina G. Estado e políticas da educação no Império brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória (ES): EDUFES, 2010.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres P. S. (org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades coletivas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

\_\_\_\_\_. **O pêndulo da História**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 45-80.

MARTINS, Marco Aurélio C. Romanização, ultramontanismo, tradicionalismo: revisão historiográfica. **Anais VI Congresso Internacional em Ciências da Religião**, 2012, Goiânia. Transformação Social Economia e Literatura Sagrada. Goiânia: Ed. PUC Goiás/América, 2012. p. 280-287. Disponível em: <[http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/7/file/ANAIS\\_Congresso%202012\\_PUC%20GOI%C3%81S.pdf](http://www.cpgss.pucgoias.edu.br/ArquivosUpload/7/file/ANAIS_Congresso%202012_PUC%20GOI%C3%81S.pdf)> Acesso em: 24 Ago 2016.

\_\_\_\_\_; GOMES, Eveline V. Educação católica *versus* educação de Estado: a crítica do catolicismo ao modelo de educação prussiano. **Revista Kiri-Kerê**: pesquisa em ensino, n. 3, p. 78-96, Nov. 2017.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 23-43.

MOREIRA DE AZEVEDO. **O Rio de Janeiro**: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. Vol 1. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8980\\_v1.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv8980_v1.pdf)>. Acesso em: 24 fev. 2016.

NERY, Laura. Os sentidos do humor: Henrique Fleiuss e as possibilidades de uma sátira bem-comportada. In: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize; OLIVEIRA, Cláudia de; VELLOSO, Mônica P. **Revistas ilustradas**: modos de ler e ver no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2011. p. 173-188.

NEVES, Flávio R. A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX. **9º Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013, Ouro Preto. Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia. Ouro Preto, 2013. v. 1. p. 1-13.

\_\_\_\_\_. **Vozes da reação**: atuação católica e laicização do Estado brasileiro (1890- 1891). 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_cf913bcb5bd708d796db5a2ba58c6670](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_cf913bcb5bd708d796db5a2ba58c6670)>. Acesso em: 05 Set. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Escritos sobre educação**. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2012. 6ª ed.

NUNES, Tassia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)**. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19072010-145527/publico/2010\\_TassiaToffoliNunes.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19072010-145527/publico/2010_TassiaToffoliNunes.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PINHEIRO, Alceste. A emancipação dos escravos no Ceará em um jornal católico. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 1, p. 53-60, 2012.

\_\_\_\_\_. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. Alceste Pinheiro. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, Rio de Janeiro, 7 a 9 Maio 2009.

\_\_\_\_\_. O Ventre Livre em um jornal católico do século XIX. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR), v. III, n. 9, jan/2011. ISSN 1983-2859. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

PINTO, Ana Paula Magno. Caridade organizada: o Manual da Sociedade São Vicente de Paulo de Lisboa em 1885. **XXVIII Simpósio Nacional de Historiadores**, Florianópolis, 27 a 31 Jul. 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1425129273\\_ARQUIVO\\_CaridadeorganizadaANPUH.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1425129273_ARQUIVO_CaridadeorganizadaANPUH.pdf)>. Acesso em: 17 Jan. 2017.

PINTO, Jefferson de Almeida. Os lazaristas e a política imperial: a escola, a assistência e a família. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 153-175, Jun. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2016000100153&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2016000100153&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 Maio 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, Jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 14 Jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, Jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 14 Jun. 2018.

RAMIRO JUNIOR, Luiz Carlos. O conceito de civilização e o discurso ultramontano no Brasil. **Ariadna histórica: linguajes, conceptos, metáforas**, n. 5, p. 69-107, 2016. Disponível em: <<http://www.ehu.es/ojs/index.php/Ariadna/index>>. Acesso em: 15 Jan. 2017.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. O ensino elementar no Decreto Leônicio de Carvalho:

"visão de mundo" herdada pelo tempo republicano? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 126-147, Abr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 Jun. 2018.

ROIZ, Diogo da Silva. Um tempo de desaparecimento das filosofias leigas e católicas da História? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 19, p. 143-146, Set. 2005.

ROMUALDO, Carlos E. **Charge Jornalística**: intertextualidade e polifonia. Maringá: Eduem, 2000.

SANTINI, Cândido. O padroado no Brasil. Direito Real. 1822-1890. **Perspectiva teológica**. v. 6, n. 11, p. 159-204, 1974. Disponível em: <[faje.edu.br/periodicos2/index.php/perspectiva/article/viewFile/2383/2648](http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/perspectiva/article/viewFile/2383/2648)>. Acesso em: 27 Maio 2016.

SANTIROCCHI, Í. D. A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil. **Almanack**, v. 1, p. 59-80, 2014.

\_\_\_\_\_. Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império. **Mneme** (Caicó. Online), v. 12, p. 187-207, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os ultramontanos no Brasil e o regalismo no segundo império (1840-1889)**. 2010. 667 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História e bens culturais da Igreja. Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 2010a.

\_\_\_\_\_. Uma questão de revisão de conceitos: romanização, ultramontanismo, reforma. **Temporalidades**: revista de História, v. 2, n. 2, p. 24-33, Ago/Dez 2010b.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

\_\_\_\_\_. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória (ES): EDUFES, 2010.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. V. 1. Fortaleza (CE): Typo-lithographia a vapor, 1910. Disponível em: <[http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1264&catid=292&Itemid=101](http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1264&catid=292&Itemid=101)>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário de Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História da mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VASCONCELOS, Maria Celi C. **A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

\_\_\_\_\_. Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, MG, v. 17, n. 2, Maio/Ago. 2018. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43282/22588>>. Acesso em: 14 Set. 2018.

VENANCIO FILHO, Alberto. O liberalismo nos Pareceres de Educação de Rui Barbosa. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 267-276, Dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142007000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Maio 2018.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844 -1926)**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 2007.

**APÊNDICE** – Editoriais por frequência das categorias educação religiosa/católica, instrução verdadeira e falsa educação

A listagem a seguir respeita a ordem cronológica em que foram publicados os editoriais em destaque.

- Lê-se no Relatório do Exm. Ministro do Imperio. *O Apostolo*, ano I, n. 24, p. 4-5, 17 Jun. 1866.
- O ensino religioso e os máos livros. *O Apostolo*, Ano II, n. 2, p. 10-12, 13 Jan. 1867.
- A educação religiosa. *O Apostolo*, Ano II, n. 7, p. 50, 17 Fev. 1867.
- A necessidade do ensino religioso. *O Apostolo*, Ano II, n. 37, p. 290, 15 Set 1867.
- Ensino do catecismo. *O Apostolo*, Ano II, n. 38, p. 298-299, 22 Set. 1867.
- Ensino de catecismo. *O Apostolo*, Ano II, n. 39, p. 306-307, 29 Set. 1867.
- Escolas nocturnas. I. *O Apostolo*, Ano II, n. 50, p. 393-394, 15 Dez. 1867.
- Escolas nocturnas. II. *O Apostolo*, Ano II, n. 51, p. 402, 22 Dez. 1867.
- A actualidade. *O Apostolo*, Ano III, n. 14, p. 106-107, 05 Abr. 1868.
- A actualidade. *O Apostolo*, Ano III, n. 17, p. 130-131, 26 Abr. 1868.
- Escolas nocturnas. *O Apostolo*, Ano III, n. 23, p. 178-179, 07 Jun. 1868.
- A escola domestica de Nossa Senhora do Amparo. *O Apostolo*, Ano III, n. 33, p. 258, 16 Ago. 1868.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano V, n. 12, p. 90, 20 Mar. 1870.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano V, n. 28, p. 217-218, 03 Jul. 1870.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano V, n. 35, p. 273-274, 21 Ago. 1870.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano V, n. 39, p. 309-310, 18 Set. 1870.
- [Sem título] *O Apostolo*, Ano VI, n. 21, p. 162-163, 21 Maio 1871.
- [Sem título] *O Apostolo*, Ano VI, n. 27, p. 210-211, 02 Jul. 1871.
- [Sem título] *O Apostolo*, Ano VI, n. 34, p. 266, 20 Ago. 1871.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VII, n. 12, p. 1-2, 24 Mar. 1872.
- A educação do povo. Ano VII, n. 19, p. 1, 12 Maio 1872.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VII, n. 39, p. 2, 29 Set. 1872.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VII, n. 41, p. 1-2, 13 Out. 1872.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VIII, n. 7, p. 1-2, 16 Fev. 1873.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VIII, n. 24, p. 1, 15 Jun. 1873.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VIII, n. 36, p. 1, 07 Set. 1873.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano VIII, n. 44, p. 1, 02 Nov. 1873.

- O Sr. Vieira da Silva e Mme. de Stael. *O Apostolo*, Ano IX, n. 73, p. 1, 28 Jun. 1874.
- A Instrução publica. *O Apostolo*, Ano IX, n. 111, p. 1, 11 Out. 1874.
- A Maçoaria [sic] Imperial. *O Apostolo*, Ano IX, n. 114, p. 1, 22 Out. 1874.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano IX, n. 117, p. 1, 01 Nov. 1874.
- Desacatos á autoridade publica durante o ultimo carnaval. *O Apostolo*, Ano X, n. 38, p. 1, 19 Fev 1875.
- Ao "Globo". *O Apostolo*, Ano X, n. 41, p. 1, 03 Fev. 1875.
- O "Globo" e sua revista. *O Apostolo*, Ano X, n. 50, p. 1, 05 Mar. 1875.
- A situação. *O Apostolo*, Ano X, n. 96, p. 2, 26 Maio 1875.
- A sociedade actual. *O Apostolo*, Ano X, n. 99, p. 1, 02 Jun. 1875.
- A liberdade de ensino. *O Apostolo*, Ano X, n. 132, p. 1, 18 Ago. 1875.
- Os ingênuos. *O Apostolo*, Ano X, n. 136, p. 1-2, 27 Ago. 1875.
- A educação do povo. *O Apostolo*, Ano X, n. 153, p. 1, 06 Out. 1875.
- Uma nomeação infeliz. *O Apostolo*, Ano X, n. 175, p. 1, 26 Nov. 1875.
- A conferencia sobre os orphãos. *O Apostolo*, Ano X, n. 180, p. 1, 08 Dez. 1875.
- O Ilm. Sr. Pires Ferrão. *O Apostolo*, Ano X, n. 183, p. 1, 15 Dez. 1875.
- O Sr. Pires Ferrão e o "Apostolo". *O Apostolo*, Ano XI, n. 35, p. 1, 31 Mar. 1876.
- O Recolhimento das Orphãs. *O Apostolo*, Ano XI, n. 37, p.1-2, 05 Abr. 1876.
- Ainda o Recolhimento das Orphãs. *O Apostolo*, Ano XI, n. 38, p. 2-3, 07 Abr. 1876.
- Para onde vamos? *O Apostolo*, Ano XI, n. 78, p. 1, 19 Jul. 1876.
- O ensino religioso. *O Apostolo*, Ano XI, n. 145, p. 1, 24 Dez. 1876.
- A instrucção e a educação. *O Apostolo*, Ano XII, n. 5, p. 1, 14 Jan. 1877.
- O ensino da doutrina. *O Apostolo*, Ano XII, n. 23, p. 1, 28 Fev. 1877.
- O ensino religioso na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro. *O Apostolo*, Ano XII, n. 46, p. 1, 22 Abr. 1877.
- A instrucção e educação do povo. *O Apostolo*, Ano XII, n. 65, p. 1, 10 Jun. 1877.
- As theses do liberalismo. *O Apostolo*, Ano XII, n. 69, p. 1, 20 Jun. 1877.
- As theses do liberalismo. *O Apostolo*, Ano XII, n. 76, p. 1, 06 Jul. 1877.
- O "Globo" e as Irmãs da Caridade e os Padres Lazaristas. *O Apostolo*, Ano XII, n. 78, p. 1, 11 Jul. 1877.
- O "Globo" e as Irmãs da Caridade. *O Apostolo*, Ano XII, n. 80, p. 1, 15 Jul. 1877.
- Ainda as Irmãs da Caridade. *O Apostolo*, Ano XII, n. 81, p. 2, 18 Jul. 1877.
- A Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo. *O Apostolo*, Ano XII, n. 97, p. 1, 24 Ago. 1877.
- O Relatório da Escola Domestica Nossa Senhora do Amparo. *O Apostolo*, Ano XII, n. 101, p.

- 1, 02 Set. 1877.
- O Collegio Immaculada Conceição. *O Apostolo*, Ano XII, n. 140, p. 1, 07 Dez. 1877.
  - A funesta propaganda da “Província de São Paulo”. *O Apostolo*, Ano XII, n. 146, p. 1, 23 Dez. 1877.
  - O ensino obrigatório. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 5, p. 1, 13 Jan. 1878.
  - O liberalismo e seus fructos. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 10, p. 1, 25 Jan. 1878.
  - A Escola Domestica de N. S. do Amparo. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 36, p. 1, 29 Mar. 1878.
  - A educação da mocidade. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 39, p. 1, 05 Abr. 1878.
  - Instrucção religiosa. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 41, p. 1, 10 Abr. 1878.
  - Instrucção religiosa. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 43, p. 1, 14 Abr. 1878.
  - A instrucção religiosa. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 49, p. 1, 28 Abr. 1878.
  - Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 51, p. 2, 03 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 52, p. 1, 05 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 53, p. 2, 08 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 54, p. 1, 10 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 55, p. 1, 12 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 56, p. 2, 15 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 57, p. 1-2, 17 Maio 1878.
  - O Imperial Collegio de Pedro II. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 58, p. 1-2, 19 Maio 1878.
  - Ainda o ensino religioso. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 66, p. 1, 09 Jun. 1878.
  - O ensino do Catechismo nas escolas. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 87, p. 1, 02 Ago. 1878.
  - A falta de educação religiosa. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 100, p. 1, 04 Set. 1878.
  - [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 113, p. 1, 08 Nov. 1878.
  - [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 116, p. 1-2, 15 Nov. 1878.
  - [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 117, p. 1-2, 17 Nov. 1878.
  - [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 120, p. 1, 24 Nov. 1878.
  - A educação. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 128, p. 1, 13 Dez. 1878.
  - A educação. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 129, p. 1, 15 Dez. 1878.
  - A educação. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 130, p. 1, 18 Dez. 1878.
  - A educação. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 131, p. 1, 20 Dez. 1878.
  - A educação. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 132, p. 1, 22 Dez. 1878.
  - A educação. *O Apostolo*, Ano XIII, n. 134, p. 1, 27 Dez. 1878.
  - Os abandonados e o governo. *O Apostolo*, Ano XIV, n. 4, p. 1, 08 Jan. 1879.
  - [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIV, n. 10, p. 1, 22 Jan. 1879.
  - [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIV, n. 79, p. 1, 11 Jul. 1879.

- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIV, n. 121, p. 1, 17 Out. 1879.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIV, n. 143, p. 1, 10 Dez. 1879.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XIV, n. 150, p. 1, 28 Dez. 1879.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 3, p. 1, 11 Jan. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 11, p. 1, 01 Fev. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 12, p. 1, 04 Fev. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 16, p. 1, 13 Fev. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 22, p. 1, 27 Fev. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 23, p. 1, 29 Fev. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 40, p. 1, 11 Abr. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 43, p. 1, 18 Abr. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 67, p. 1, 18 Jun. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 74, p. 1, 09 Jul. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 82, p. 1, 28 Jul. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 87, p. 1, 08 Ago. 1880.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XV, n. 112, p. 1, 06 Out. 1880.
- Incidente no Caraça. *O Apostolo*, Ano XVI, n. 44, p. 1, 22 Abr. 1881.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVI, n. 47, p. 1, 29 Abr. 1881.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVI, n. 103, p. 1, 14 Set. 1881.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVI, n. 114, p. 1, 09 Out. 1881.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVI, n. 128, p. 1, 13 Nov. 1881.
- Matriz de Sant'Anna. *O Apostolo*, Ano XVII, n. 3, p. 1, 06 Jan. 1882.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVII, n. 17, p. 1, 10 Fev. 1882.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVII, n. 43, p. 1, 16 Abr. 1882.
- [Sem título]. *O Apostolo*, Ano XVII, n. 48, p. 1, 28 Abr. 1882.